

**SUJEITOS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIAS:
O cuidado no Centro de Atendimento às vítimas de Crimes**

KELLY APARECIDA DOS SANTOS

N.Cham. CETD UFSC PEED 0913

Autor: Santos, Kelly Aparecida dos

Título: Sujeitos em contextos de violênc



974656711

Ac. 300639

Ex.1 UFSC BC



O aumento da violência, em todas as suas interfaces, configura-se em fator representativo e problemático da atual organização social. O tema incide em diversas instâncias e discussões sobre o papel do Estado e da sociedade no combate e prevenção aos agravos resultantes desta questão social. Neste sentido o presente trabalho apresenta um estudo de caso que versa sobre um programa que se insere dentro de uma política nacional de Direitos Humanos e que nasce como uma resposta do Estado para demandas ocasionadas em virtude de diversas violências, o Centro de Atendimento a Vítimas de Crime de Florianópolis (CEAV).

Orientador: Prof. Dr.
Reinaldo Matias Fleuri
Co-orientador: Prof.
Dr^a. Lucienne Martins
Borges.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
- PPGE



KELLY APARECIDA DOS SANTOS

SUJEITOS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIAS:
O cuidado no Centro de Atendimento às vítimas de
Crimes

Florianópolis, dezembro de 2011.

KELLY APARECIDA DOS SANTOS

**SUJEITOS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIAS:
O cuidado no Centro de Atendimento às vítimas de
Crimes**

Dissertação de Mestrado
apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em Educação,
à Linha Educação e
Movimentos Sociais, como
exigência para obtenção do
título de Mestre em Educação,
sob a orientação do Professor
Dr. Reinaldo Matias Fleuri e
co-orientação da Professora
Dr^a. Lucienne Martins Borges.

Florianópolis
2011

CELD
UFSC
PEED
913

SC001370589
300639

Reg. 97465671-1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**“SUJEITOS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIAS: O CUIDADO NO CENTRO DE
ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES”**

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso
de Mestrado em Educação do Centro de
Ciências da Educação em cumprimento parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 13/12/2011

Dr. Reinaldo Matias Fleuri (CED/UFSC-Orientador)

Dra. Lucienne Martins Borges (UFSC-Co-orientadora)

Dra. Nadir Esperança Azibeiro (UDESC/SC-Examinadora)

Dra. Cristiana de Azevedo Tramonte (CED/UFSC-Examinadora)

Dra. Patrícia de Moraes Lima (CED/UFSC-Suplente)

Profa. Célia Regina Vendramini
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação/CED/UFSC
Portaria nº 988/GR/2010

KELLY APARECIDA DOS SANTOS

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/DEZEMBRO/2011

*Este trabalho é dedicado a todas as pessoas
usuárias do Centro de Atendimento a
Vítimas de Crime de Florianópolis - CEAV.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação não foi um trabalho solitário. Dela participaram muitas pessoas que fizeram parte nas minhas aflições, dúvidas, angustias, mais também, dos meus sorrisos e da minha alegria em escrever sobre um tema tão presente no meu cotidiano profissional. Cada fala, cada atitude e cada gesto, seja no âmbito teórico ou emocional, foram adentrando e construindo comigo o trabalho desta pesquisa. Por isso manifesto o meu agradecimento a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para este estudo, em especial:

A Deus que existe e sem o qual nada seria possível;

Ao meu marido pelo amor, incentivo e companheirismo e ao meu filho que ainda em meu ventre, me movimenta a pensar em um mundo menos violento;

Aos meus pais, pelos ensinamentos e esforços dispensados à minha criação;

A minha irmã e cunhado pelo cuidado sempre dispensado a minha família;

Aos meus orientadores que me acolheram carinhosamente, por suas sugestões, contribuições e paciência em me orientar;

As professoras Cristiana Tramonte e Patrícia de Moraes Lima, exemplos de simplicidade e competência, pelas primeiras e importantes sugestões, contribuições, explicações e pela presença na Banca Examinadora;

A minha companheira de trabalho, professora e membro da banca, Nadir Azibeiro, por todo incentivo e defesa para minha participação no processo de seleção do mestrado;

A professora Aline Pedra, pelas dicas valorosas na linha dos Direitos Humanos;

Ao Centro Cultural Escrava Anastácia pela oportunidade de trabalho, crescimento profissional e liberação para as aulas do mestrado;

As minhas colegas Natalia pelo trabalho de transpor o texto (resumo) em inglês e Neli pelo esforço de realizar a revisão ortográfica;

Ao Pe. Wilson Groh que ao transcender uma relação profissional me motiva através de suas ações e do seu exemplo a pensar em um mundo com mais beleza, ternura e liberdade;

Aos colegas e técnicos do CEAV pelo carinho recebido, em especial Marisa pela dicas nos estudos de caso;

A minha amiga Débora pela formatação deste trabalho;

Enfim, as mulheres, que gentilmente se dispuseram a relatar fatos íntimos de suas histórias, para que este trabalho pudesse acontecer.

RESUMO

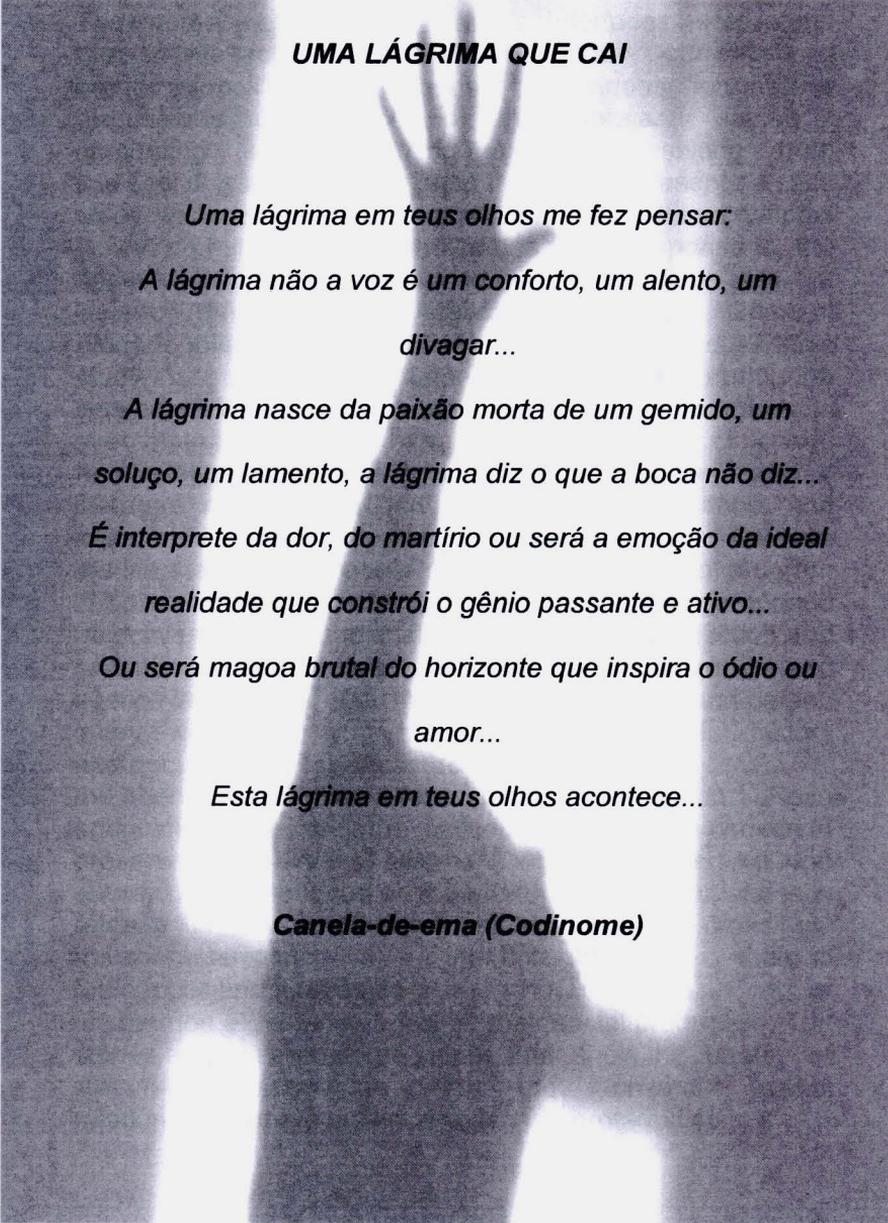
O aumento da violência, em todas as suas interfaces, configura-se em fator representativo e problemático da atual organização social. O tema incide em diversas instancias e discussões sobre o papel do Estado e da sociedade no combate e prevenção aos agravos resultantes desta questão social. Neste sentido o presente trabalho apresenta um estudo de caso que versa sobre um programa que se insere dentro de uma política nacional de Direitos Humanos e que nasce como uma resposta do Estado para demandas ocasionadas em virtude de diversas violências, o Centro de Atendimento a Vitimas de Crime de Florianópolis (CEAV). Para tanto, optamos por uma pesquisa qualitativa que buscou investigar as ações desenvolvidas no processo de atendimento no CEAV de Florianópolis que contribuem ou não para a superação do trauma vivenciado pelas vitimas de Crimes. Como modelo operativo e conceitual da pesquisa, usamos a pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em diversos autores e materiais elaborados sobre o programa. Ainda, ilustramos a história de vida de duas pessoas atendidas pelos técnicos do programa a fim de construir algumas reflexões em relação aos objetivos propostos. Utilizamos como instrumentos para coleta de dados e construção do texto referente às histórias de vidas, entrevistas. Para contar o vivido de cada pessoa entrevistada, valemos de aspectos da história oral e suportes de fontes documentais referentes aos atendimentos das entrevistadas em questão. Rosa e Canela-de-ema foram os nomes fictícios escolhidos para preservar os nomes das mulheres que participaram da pesquisa. Procuramos focar as resistências e singularidades em relação à violência evidenciada, ressaltando os atravessamentos, as particularidades que as trouxeram ao CEAV. As histórias são regadas de algumas narrativas que denotam a beleza da vida ou/e a tristeza, como no caso das relações sociais onde as violências se fazem protagonistas.

Palavras-chave: violência, educação, direitos humanos e políticas públicas

ABSTRACT

The increase of violence in all its interfaces, sets in and problematic factor representative of the current social organization. The theme focuses on various forums and discussions on the role of the state and society in combating and preventing the diseases resulting from this social issue. In this sense this paper presents a case study which deals with a program that falls within a national policy on human rights and comes as a response to the demands of the state caused due to various acts of violence, the Centre for Assistance to Victims Crime of Florianopolis (CEAV). To this end, we chose a qualitative study that sought to investigate the actions taken during the service of CEAV in Florianopolis or not to contribute to overcoming the trauma experienced by victims of crime. As operating model and conceptual research, we use the literature review developed based on various authors and materials prepared on the program. Still, we illustrate the life story of two people served by the technical program to build some reflections in relation to the proposed objectives. We use as instruments for data collection and construction of the text referring to the life histories and interviews. One way to tell the living of each person interviewed, are worth the aspects of oral history and documentary media sources regarding the attendance of the respondents in question. Rosa and Canela-de-ema of the fictitious names were chosen to preserve the names of women who participated in the survey. We try to focus on the strengths and peculiarities in relation to violence shown, highlighting the crossings, the characteristics that brought them to the supper and it revealed how common or uncommon experience, part of their social production. The stories are watered some stories that show the beauty of life or/and sorrow, as in the case of social relationships where violence are made protagonists.

Keywords: violence, education, human rights and public policy



UMA LÁGRIMA QUE CAI

Uma lágrima em teus olhos me fez pensar:

*A lágrima não a voz é um conforto, um alento, um
divagar...*

*A lágrima nasce da paixão morta de um gemido, um
soluço, um lamento, a lágrima diz o que a boca não diz...*

*É interprete da dor, do martírio ou será a emoção da ideal
realidade que constrói o gênio passante e ativo...*

*Ou será magoa brutal do horizonte que inspira o ódio ou
amor...*

Esta lágrima em teus olhos acontece...

Canela-de-ema (Codinome)

ABSTRACT

The increase of violence in all its interfaces, sets in and problematic factor representative of the current social organization. The theme focuses on various forums and discussions on the role of the state and society in combating and preventing the diseases resulting from this social issue. In this sense this paper presents a case study which deals with a program that falls within a national policy on human rights and comes as a response to the demands of the state caused due to various acts of violence, the Centre for Assistance to Victims Crime of Florianopolis (CEAV). To this end, we chose a qualitative study that sought to investigate the actions taken during the service of CEAV in Florianopolis or not to contribute to overcoming the trauma experienced by victims of crime. As operating model and conceptual research, we use the literature review developed based on various authors and materials prepared on the program. Still, we illustrate the life story of two people served by the technical program to build some reflections in relation to the proposed objectives. We use as instruments for data collection and construction of the text referring to the life histories and interviews. One way to tell the living of each person interviewed, are worth the aspects of oral history and documentary media sources regarding the attendance of the respondents in question. Rosa and Canela-de-ema of the fictitious names were chosen to preserve the names of women who participated in the survey. We try to focus on the strengths and peculiarities in relation to violence shown, highlighting the crossings, the characteristics that brought them to the supper and it revealed how common or uncommon experience, part of their social production. The stories are watered some stories that show the beauty of life or/and sorrow, as in the case of social relationships where violence are made protagonists.

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1 – Atendimentos Totais por Unidade.....	95
Figura 2 - Número de Atendimentos CEAV SC	96
Figura 3 – Número de Atendimentos por Setor.....	97
Figura 4 – Procedência da Demana.....	98
Figura 5 – Tipificação da Violência – CEAV SC.....	99
Figura 6 – Faixa Etária dos Atendidos no CEAV SC.....	100
Figura 7 – Sexo das Pessoas Atendidas pelo CEAV SC.101	
Figura 8 – Renda Familiar.....	103

Conteúdo

RESUMO	15
ABSTRACT	17
LISTA DE GRÁFICOS.....	19
AJUSTANDO LENTES.....	23
1 PERSPECTIVAS DIALÓGICAS PARA REFLETIRMOS SOBRE VIOLÊNCIAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO	28
1.1 VIOLÊNCIAS EM FOCO.....	28
1.2 VIOLÊNCIAS: CAMINHOS OU DESCAMINHOS POSSÍVEIS.....	46
2 DIREITOS HUMANOS E AS AÇÕES NO ATENDIMENTO A VITIMAS DE CRIMES.....	53
2.1 ASPECTOS EM DIÁLOGOS SOBRE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	53
2.2 DIREITOS HUMANOS E O ATENDIMENTO A VITIMAS DE CRIMES.....	64
3 O CUIDADO NO CENTRO DE ATENDIMENTO A VITIMAS DE CRIMES ⁸¹	
3.1 CENTRO DE ATENDIMENTO A VITIMAS DE CRIMES DE FLORIANÓPOLIS: CONSTRUINDO UM DESENHO.....	83
3.1.1. Fundamentos Legais de implantação do CEAV.....	91
3.1.2. Público atendido pelo Programa.....	93
3.1.3. Caráter Pedagógico e atuação do CEAV Florianópolis.....	105

3.1.4 Articulação da rede de serviços e políticas públicas.....	11
5	
4 HISTÓRIAS DE VIDAS REGADAS DE VIDAS EM HISTÓRIAS.....	11
8	
4. 1 A HISTÓRIA DE UMA ROSA.....	122
4. 2 CANELA-DE-EMA: UMA FÊNIX DO CERRADO.....	131
4.3 Tecendo alguns fios.....	141
PARA DEIXAR ALGUMAS SEMENTES... ..	153
REFERÊNCIAS	160
REFERÊNCIA DAS REPORTAGENS	169

AJUSTANDO LENTES...

O crescimento assombroso da violência é uma das questões sociais que mais vêm preocupando a população brasileira. Os índices anunciados repetidamente em diversas mídias denotam a fragilidade da sociedade moderna em promover a segurança pública. Estes índices espantosos, principalmente em sociedades como a brasileira, só validam a insuficiência do Estado de Direito, pois, no bojo deste crescimento consolidam-se, cada vez mais, graves violações aos direitos humanos.

A cultura da violência e do medo que rasga as entranhas de nossa sociedade e transforma a vida de muitos sujeitos em mero objeto, penetra desde os espaços mais íntimos até aos mais coletivos da sociedade. Experimentada em diversos grupos e arranjos sociais a violência se manifesta em todo o tecido social sob diversas formas, desde as mais perversas até as mais estranhas aos nossos olhos.

Desta complexa rede de agravos decorrentes da violência que se instalam sob as entranhas de milhares de homens e mulheres, nascem alguns programas de governo com o intuito de prevenir e amenizar as mazelas ocorridas por esta. É neste contexto que nasce o Programa de Atendimento às Vítimas de Crime de Florianópolis (CEAV).

O Centro de Atendimento a Vítimas de Crime de Florianópolis (CEAV) nasceu como uma resposta do Estado para as demandas ocasionadas em virtude de diversas violências e graves violações aos Direitos Humanos. Como uma ação pioneira no Brasil, o CEAV Florianópolis tem abrangência em toda região metropolitana. O seu objetivo é contribuir para a expansão da oferta de serviços que assegurem o exercício de direitos das vítimas e familiares de vítimas de crimes, disponibilizando um serviço integrado e capacitado a prestar atendimento jurídico, psicológico e social. Ainda,

tem como foco contribuir para o combate da impunidade e a prevenção da violência (SILVA, 2005).

Atualmente o CEAV Florianópolis está sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos e faz parte do Programa Federal de Assistência a Vitimas e a Testemunhas Ameaçadas. Desde 2008 vêm sendo executado pela Instituição Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) e vêm passando por uma estruturação em termos de alinhamento com a Política Nacional de Direitos Humanos. Neste sentido está em fase de mudanças de alguns procedimentos. Um destes é a mudança de seu público alvo e de sua sigla.

Segundo Michels (2008) a violência representa um problema gravíssimo para toda sociedade, ela coloca em cheque todo o processo vital do ser humano, alterando a saúde, causando enfermidades físicas, psíquicas e morais, além de gerar no indivíduo uma sensação de vulnerabilidade com a possibilidade da morte ou mesmo com a ameaça desta. Estas conseqüências geram prejuízos na qualidade de vida dos sujeitos, além de necessidades adicionais, como o uso aumentado de serviços de atenção à saúde, segurança pública e assistência social.

Desta forma, a partir do nosso olhar no campo de serviço social e do nosso trabalho desenvolvido na Coordenação do CEAV de Florianópolis, foi possível perceber transtornos em grande parte dos usuários atendidos no Programa. Podemos observar que muitas das pessoas que foram vitimas de crime chegam até o programa totalmente desestruturas e com suas vidas em verdadeiros frangalhos. Conquanto não tenha bases científica para determinar a veracidade ou não desta percepção, esta colocou-nos a pensar de que forma o programa contribui para que esta pessoa possa ter sua vida novamente estruturada ou como cita o Projeto Político Pedagógico da instituição gestora do programa (CCEA) "cuidada".

Assim esta entre outras indagações foram tomando corpo e construíram os elementos motivacionais do presente estudo que nasceu, cresceu e se desenvolveu em torno da investigação sobre as ações desenvolvidas no processo de atendimento no CEAV de Florianópolis que contribuem ou não para a superação do trauma vivenciado pelas vítimas de Crimes.

A pesquisa buscou, primeiramente, descrever ações que compõe o programa que, articulando-se a outras políticas públicas contribuem para minimizar a situação da violência na Grande Florianópolis. Prescrevendo, assim, ações e metodologias desenvolvidas pelo programa que colaboram para o acesso à justiça por parte dos seus usuários. Por último, realizar entrevistas para identificar situações de mudanças ocorridas na vida das pessoas vitimizadas, após o atendimento disponibilizado pelo Programa, que contribuíram para a quebra do ciclo da violência.

Adotamos a denominação de "vítimas de Crime" no presente estudo em virtude desta ser a terminologia adotada e descrita nos documentos referentes ao Programa, no entanto, entendemos que ser vítima é uma condição temporal e não de identidade. Ou seja, entendemos que a terminologia mais adequada seria "Pessoas em situação de violência".

Dentro da proposição metodológica as ferramentas utilizadas para a conclusão do trabalho foram pensadas de forma a possibilitar a consonância da pesquisa com os objetivos propostos. Para tanto, optamos por uma pesquisa qualitativa. Esta foi utilizada de forma a compor uma caixa de ferramentas que serviram de instrumentos facilitadores de aproximação dos objetivos propostos. Ressaltamos que optamos em utilizar uma abordagem qualitativa, por entendermos que através dela poderíamos identificar sentimentos e possíveis significados das temáticas presentes nos pontos em estudo.

A pesquisa qualitativa não se baseia somente em critérios numéricos para garantir sua legitimidade, ela acima de tudo, se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Como nos ensina Minayo, a pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 2000, p.21-22).

O propósito desta pesquisa foi realizar um estudo de caso sobre o programa CEAV e ilustrar dois casos de pessoas atendidas neste, por meio do método de História de Vida. Como modelo operativo e conceitual da pesquisa também, usamos a pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em diversos autores e materiais elaborados e referentes ao Programa.

Utilizamos como instrumentos para coleta de dados e construção do texto referente às histórias de vidas, entrevistas que se pautaram em um roteiro balizador, mas que não foram seguidas à risca ou de forma fechada. Para contar de um jeito o vivido de cada pessoa entrevistada, valem os aspectos da história oral e suportes de fontes documentais referentes aos atendimentos das entrevistadas em questão.

Orientam esta pesquisa princípios de “responsabilidade na perspectiva da ética dialógica”, explicada por SPINK (2000), em artigo que trata da ética na pesquisa social. Mais do que proteger o anonimato dos sujeitos envolvidos na pesquisa, de realizar acordos negociados para selar a colaboração das pessoas que se envolverão na pesquisa por meio do termo de consentimento informado, os procedimentos metodológicos adotados possibilitam que os sujeitos da pesquisa sejam interlocutores ativos durante todo o processo de pesquisa, inclusive na publicização dos resultados.

As mulheres participantes da pesquisa assinaram um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* para pesquisas com seres humanos exigido

pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste foi explicado como seria a pesquisa, seu objetivo, sua garantia de anonimato, de que forma seria a divulgação dos resultados, entre outros aspectos. Ressaltamos que a presente pesquisa foi realizada *com* seres humanos e não *em* seres humanos, ou seja, nossos sujeitos não se constituíram como objetos de intervenção, mas sim, como sujeitos de interlocução (RAMOS, 2004).

Objetivando ainda, seguir as recomendações éticas do comitê em comento, solicitamos a autorização prévia da Instituição (CCEA) para efetivação da pesquisa.

Os procedimentos adotados foram atentamente seguidos pelos orientadores, da mesma forma, solicitamos junto à banca examinadora que validassem os procedimentos realizados, tendo em vista os princípios da ética em pesquisa com seres humanos.

As narrativas de Rosa e Canela-de-ema, cada uma delas com suas histórias impregnadas de violências que buscamos identificar, nos proporcionaram uma reflexão sobre o atendimento do CEAV. O método de História de Vida nos disponibilizou adentrar no universo simbólico que compõe estas pessoas em questão. Pessoas dotadas de histórias singulares mais, que também podem ser coletivas, à medida que se resvalam na trajetória do ser humano.

Ao termino desta pesquisa, sabendo que outras serão necessárias para gerar outras explicações complementares, podemos como profissionais e pesquisadores construirmos um olhar atento ao obscuro, ao não revelado, porque aí poderá estar o novo, ou o que ainda precisa ser compreendido em torno do presente tema. Esperamos que este trabalho possa lançar novas indagações e também contribuir para a formação de novos saberes e olhares para a questão das violências e atendimento a vítimas de crimes.

1 PERSPECTIVAS DIALÓGICAS PARA REFLETIRMOS SOBRE VIOLÊNCIAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO

1. 1 VIOLÊNCIAS EM FOCO

“Ex-namorado tenta estrangular mulher em elevador em Florianópolis” (23, de março de 2011, reportagem do programa Brasil Urgente da Band) ; *“Homossexual agredido em Posto de São Paulo”* (28, de março de 2011, Jornal SBT Brasil), *“Idoso é agredido durante assalto”* (07, de abril de 2011, Diário Catarinense); *“Tiros e Horror em Realendo, ex aluno de escola do Rio invadiu armado o estabelecimento e matou 12 crianças”* (08, de abril de 2011 , Diário Catarinense); *“Camareira é estuprada durante assalto a motel em SC”* (14, de abril de 2011, jornalismo cidades SBT). Estas são manchetes recentes sobre violência publicadas em jornais impressos e eletrônicos de circulação nacional e regional, em que é possível visualizar casos de crimes violentos que ocorrem em toda nossa sociedade.

A cultura da violência e do medo que rasga as entranhas de nossa sociedade e transforma a vida de muitos sujeitos em mero objeto, penetra desde os espaços mais íntimos até aos mais coletivos da sociedade. As violências que formam linhas condutoras da teia que permeia o nosso objeto de pesquisa são as mais variadas e nos denotam a complexidade que o presente tema de pesquisa assume. O levantamento preliminar sobre o assunto nos permitiu situarmos e construirmos o caleidoscópio que forma as linhas sobre o tema em estudo, ao mesmo tempo em que contribuiu para a construção teórico-metodológica. As pesquisas sociológicas apontam a diversidade de campos de saberes, exigindo uma especial atenção para a escolha das teorias e metodologias.

Notadamente, é um grande desafio para qualquer pesquisador assegurar-se da pertinência de sua escolha teórico-metodológica. A dificuldade está intrinsecamente ligada a complexidade que assume o seu objeto de pesquisa e a forma como este é observado em diferentes lentes de saberes. Como nos ensina Rocha (2010): “[...] apreender e examinar o maior número de trabalhos realizados e em andamento sobre uma temática possibilita centrar esforços nos aspectos que demandam estudos ainda não contemplados, ou porque aprofundam outras dimensões” (ROCHA, 2010, p.41). Desta forma, é pertinente que possamos compreender os diversos olhares sobre as categorias que integram o nosso objeto de pesquisa para que possamos nos aprimorar e construir nossos próprios referenciais.

Ao estudarmos sobre violências constatamos, assim como outros autores, a escassez de estudos científicos. Tal situação também é observada no discurso de Arendt (1994) ao afirmar a ausência de estudos que se destinam à compreensão do universo que compõe o campo sobre violências:

Experimentada em múltiplos grupos sociais a violência se manifesta em todo o tecido social sob diversas formas, desde as mais perversas ou mesmo de modo difuso. Não obstante, não pretendemos neste trabalho abordar todos os tipos de violências, mesmo porque isto seria praticamente impossível, dado a quantidade de variáveis que compõe este cenário, mais, gostaríamos de tratar das violências especificamente ligadas aos casos atendidos pelo CEAV, que se constitui em nosso campo de pesquisa. Abaixo colocamos algumas das classificações presentes nos documentos sobre o CEAV que classificam as violências em cinco categorias.

A Violência institucional perfaz os crimes cometidos por aqueles que, no momento do delito (abuso), estavam investidos de um poder conferido por determinada instituição como a polícia, ou outros profissionais no

exercício da profissão, como por exemplo profissionais da área da saúde.

A Violência intrafamiliar ocorre no âmbito familiar. Utiliza-se neste estudo a nomenclatura de violência intrafamiliar em detrimento da violência doméstica, por entendermos que esse termo é mais adequado. Este enfoque trás a tona a questão de que muitas violências adentradas no universo dos núcleos familiares podem extrapolar os limites domésticos e ir para a vida pública. A violência intrafamiliar pode acontecer por meio de violência física (quando alguém causa ou tenta causar dano, usando força física ou arma) e/ou Violência psicológica (toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade e/ou ao desenvolvimento da pessoa).

A Violência sexual é caracterizada pela ação de uma pessoa obrigar outra à realização de práticas sexuais contra a vontade, por meio da força física ou de influência psicológica (intimidação, aliciamento, sedução, ou do uso de armas ou drogas). Ainda, podemos citar outras como carícias não consentidas; cantadas obscenas; exposição à material pornográfico; práticas sexuais entre adultos e crianças ou ainda, com adolescentes; impedimento do uso de métodos anticoncepcionais com o intuito de obrigar a mulher a engravidar; tentativa de impedimento do exercício da sexualidade dos filhos adolescentes; negar-se a usar preservativo – expondo companheiro (a) a doenças sexualmente transmitidas.

A Violência econômica faz menção a que ocorre quando uma pessoa ou um grupo de pessoas oprime ou explora outras pessoas ou populações inteiras.

Por fim, a negligência caracteriza-se pela omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro, sobretudo com aqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou alguma condição específica, permanente ou temporária (SILVA, 2005; SANTOS, 2010).

Ainda, recentemente dentro dos relatórios técnicos e de pesquisas mais recentes oriundas do campo pesquisado podemos perceber um acréscimo do fenômeno do bullying, que segundo Catine (2004) é definido como uma situação caracterizada por atos agressivos verbais ou físicos de maneira repetitiva por parte de um ou mais alunos contra um ou mais colegas. O termo inglês refere-se ao verbo ameaçar, intimidar.

Quando se constata as diversas formas de violência, podemos retratar que os processos sociais que as revelam nos denotam processos profundos da dialética da sociedade moderna. Diante disso, “[...] nem somente de luzes vive a sociedade moderna” (BITTAR, 2008, p.216). Neste cenário, as pluralidades dos signos da violência, nos são fotografadas enquanto rebeliões sangrentas de pessoas em cárceres, crescimento de mortes de jovens no tráfico de drogas, chacinas, formação de grupos de extermínio, entre tantas outras violências que nos demonstram a fragilidade do sistema em que vivemos (ADORNO, 2006; SANTOS, 2010).

Como nos ensina Hannah Arendt: “Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos” (ARENDR, 94, p. 17). Parte desta visão essencialmente significativa nos aponta a ponderarmos nossos conceitos e estudos sobre a violência. Quem se debruça a estudá-la deve ter em mente que ela é culturalmente construída e resignificada dentro de cada cultura e sociedade.

A violência pode não ter função e não ser tolerável, mais, certamente não está fora da realidade humana. “O Viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces.” (ODALIA, 1985, p.13). As violências sempre constituíram o legado de diferentes civilizações e sociedades como um todo. Não é incomum abrirmos os jornais e escutarmos nos noticiários,

uma verdadeira comoção social em relação a diversos crimes violentos.

Ocasionalmente, culturas e sociedades têm definido de maneira diferente o significado da violência, ao longo do tempo; contudo, alguns aspectos são observados de uma forma muito semelhante, formando o que Chauí (2000, p. 336) chamou de “[...] fundo comum contra o qual valores éticos são erguidos”. Para a autora,

[...] a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária a seus interesses e desejos, contrária a seu corpo e à sua consciência, causando-lhes danos profundos e irreparáveis como a morte, a loucura, a auto-agressão, ou a agressão a outros (CHAUÍ, 2000, p. 336).

A filósofa nos aponta também algumas situações que uma dada cultura e sociedade definem como sendo crime. Segunda ela, em nossa cultura a violência é considerada uma violação da integridade física e psíquica. Por esta razão, situações de violência como o assassinato, a tortura, o estupro, o roubo, a calúnia e a injustiça além de serem consideradas imorais, também, se constituem crimes.

Neste momento, faz-se importante igualmente, conceituarmos o que entendemos por crime e vítimas de crimes. Entendemos que crime é toda conduta que foge da regra formal, ou seja, das regras jurídicas, das leis uma dada sociedade. Crime, em termos jurídicos, é toda conduta típica antijurídica e culpável, praticada por uma pessoa considerada capaz. Ou seja, em um sentido prosaico, crime é um ato que viola uma norma legal, moral. Num sentido formal, crime é uma violação da lei. No conceito material, crime é uma ação ou omissão que se

974656 F11

proíbe e se procura impedir por vias de sanções de penas, pode ser direcionado a um bem jurídico individual ou coletivo. Como conceito analítico, crime é a ação ou omissão típica, ilícita e culpável (SANTOS, 2011).

Ainda conceituando violência, o guia SERASA (2009, p. 1) de orientação ao cidadão aponta que:

[...] a Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. Mas os especialistas afirmam que o conceito é muito mais amplo e ambíguo do que essa mera constatação de que a violência é a imposição de dor, a agressão cometida por uma pessoa contra outra; mesmo porque a dor é um conceito muito difícil de ser definido.

Segundo Casique (2004,p.13) a violência etimologicamente vem da palavra “*violentia*”, do radical “vis” = força, significa caráter violento e/ou bravo. O seu conceito esta intrinsecamente ligado a questão do uso da força com o objetivo de coagir ou obrigar o outro (s) para obter algum fim. As motivações para que a violência ocorra podem ser as mais diversas, desde questões culturais, marginalização, segregação histórica, situação financeira, entre outros. Para Riffiotis (1999, *apud* Silva, 2005; SANTOS, 2009), a violência implica numa visão de mundo e isto tem conseqüências significativas, tanto para os agressores quanto para as vítimas que vivenciam a experiência da violência (SANTOS, 2010). Para tanto é possível elucidar que:

O universo da violência é, antes de qualquer coisa, um universo de dor, e que, se enfrentá-lo como objeto teórico e de reflexão implica

necessariamente um esforço de suspensão da dor, colocá-la em suspenso não implica, em momento algum perde-la de vista ou divorciar-se dela, porque é a solidariedade para com a dor e o propósito de contribuir para superá-la que motiva nossa tentativa de resgatar, para o problema, a voz dos saberes emancipatórios (ANDRADE, 2007, p.2)

Carvalho (2006, p.84) coloca o conceito de vítima adotado pelo Conselho da união Européia em 2001, onde vítima é tida como:

A pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, diretamente causada por ações ou omissões que inflijam a legislação penal de um Estado – Membro (CARVALHO, 2006, p.84).

A palavra vítima vem do latim *victimia* e *victus*, vencido, dominado. No sentido procedente, vítima era a pessoa ou animal sacrificado às divindades, no paganismo. Usualmente, a palavra vítima é compreendida em vários sentidos. No sentido jurídico-geral, vítima é aquele que sofre diretamente a ofensa ou ameaça ao bem tutelado pelo direito (honra, vida, liberdade, por exemplo). No sentido jurídico-penal-restrito, vítima é a designação do indivíduo que sofre diretamente as consequências da violação das leis penais. No sentido jurídico-penal-amplo, vítima abrange o indivíduo e a sociedade que sofrem diretamente as consequências dos crimes (ALVES, 2010).

Em um estudo sobre vitimologia, Carvalho (1996), descreve que devem ser consideradas vítimas de crimes as pessoas que individual ou coletivamente, tenham

sofrido dano, estes entendidos como: lesões físicas ou mentais, distúrbios emocionais e perdas econômicas, ou substancial desrespeito aos seus direitos fundamentais, através de ações ou omissões que constituem violações das leis criminais vigentes em um Estado (ALVES, 2010).

A despeito das colocações acima ressaltamos que não temos a intenção de delimitar o objeto pesquisado e engessar nossas reflexões somente em termos formais, jurídicos. A premissa é construirmos interlocuções com a temática das violências, a partir de algumas referências teóricas descritos pelos documentos pesquisados.

Considerar amplamente a violência vai além de verificar a ocorrência, os condicionantes e os efeitos do fenômeno criminal como seu representante exclusivo. Tanto a criminalidade violenta como a violência do próprio sistema repressivo de justiça criminal, por exemplo, são apenas partes de um problema de violência estrutural que uma determinada sociedade pode experimentar. A começar que o crime, bem como a criminalidade, não se apresenta como mera divisão maniqueísta entre pessoas “boas” ou “más”, mas, sim, decorre de uma construção simbólica de estereótipos criados a partir de valores, crenças e ações preconcebidas pelos seus legisladores e operadores (SANTOS, 2010).

Não obstante, ao conceituarmos as pessoas como vítimas devemos, no entanto, lembrar que ser vítima é uma condição temporal. Ou seja, ninguém pode ou deve ser vítima para sempre. Por mais imensa e intensa que seja a dor e a desestruturação causada a uma pessoa através de um ato violento, esta não pode esquecer-se de sua condição de sujeito de direitos.

Desta forma, ao falarmos deste tema é importante ressaltarmos o papel do Estado e das políticas públicas frente a esta grave questão social. Não cabe ao Estado negar os conflitos inerentes, mas sim socializar os meios de solucioná-los e, principalmente, não se deter somente na questão do dano. Ou seja, é necessário pensarmos

também em alternativas de prevenção e de construção de uma cultura de paz e de efetivação de direitos.

O desafio de aprender sobre violências nos remete, nesse sentido, a ocupação de um lugar em que o pesquisador se coloca para falar do outro, de algum modo, um sujeito exterior a ele. Com isso, quando falamos em violências, precisamos adentrar na teia de complexificação que a temática nos defronta e compreender as violências para além dos binarismos causais.

O que aos olhos de um universo cultural é decodificado por um discurso jurídico-normativo como violência, pode ser percebido também, pelos sujeitos que compartilham um dado modo de viver, como práticas de convívio. As micro-relações são tecidas e engendradas na esfera das relações entre sujeitos e seus universos culturais (JUNCKES, 2010). Desta forma, a própria noção de “crime” e de “vítima de Crimes” se enreda por caminhos diferenciados e que vão de acordo com o momento, a cultura e a organização de cada sociedade.

Minayo (1994) nos aponta a violência como um fenômeno biopsicossocial cuja complexidade dinâmica emerge na vida em sociedade, sendo que esta noção de violência não faz parte da natureza humana por não possuir raízes biológicas. Por isso, a compreensão desta leva à análise sócio-histórica e antropológica e, ainda, considera as interconexões com todas as questões sociais, culturais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais (MINAYO, 1994). Alguns autores como Chauí (1985) acreditam na violência não como violação e transgressão, mas como a conversão de uma diferença hierárquica com fins de dominação e opressão:

- 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir,

constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (CHAUI, 2007, p.02).

Construir uma reflexão criticamente articulada com aspectos que envolvem a violência nos traz desta forma um desafio para a construção da presente pesquisa. O estudo sobre o Programa CEAV e as histórias de vidas de pessoas que tiveram suas vidas tão impregnadas de violações e violências nos oportuniza reflexões em relação ao objetivo proposto. No âmbito teórico, vários aspectos podem ser explorados e integrados, já que as violências não se reduzem a um simples referencial teórico.

Neste estudo utilizamos como principal referencial teórico Arendt (1994) que apresenta a violência como algo oposto ao poder. Segundo a autora a desintegração do poder é que viabiliza o surgimento da violência. A violência caracteriza-se, assim, por sua instrumentalidade, diferenciando-se do poder, da força, do vigor e até mesmo da autoridade. A violência contrapõe-se ao poder: de forma que onde domina um absolutamente, o outro está ausente.

Arendt encontrar-se entre os grandes filósofos do ocidente com evidente contribuição para compreensão do pensamento sobre a configuração do

século XX. Entre suas pesquisas destacamos a sua forma de pensar o mundo como um processo, analisando seus fragmentos para melhor entender a sua totalidade. O delineamento do poder em suas obras é mostrado em múltiplas expressões e, em especial, na forma do totalitarismo. Os estudos sobre poder destacaram várias realidades sociais, entre estas, as violências.

A reflexão de Hannah Arendt sobre violência fornece um referencial teórico, a partir da filosofia política, para entender o fenômeno na sua complexidade e amplitude. A falência do poder pela falência da capacidade de agir em comitância é um "*convite a violência*" (ARENDRT, 1994, p. 63). Segundo a autora, aqueles que perdem a capacidade de interlocuções com os outros dificilmente conseguem fugir da substituição do poder exercido sobre estes (sejam governados ou governantes) perdido pela violência.

Arendt (1994) ainda, nos chama atenção em sua discussão especialmente com Nietzsche e Bergson, acerca do que ela chama de justificção biológica da violência. Estes pensadores atribuem ao poder uma dimensão expansionista natural e uma necessidade interna de crescer. A ação violenta, neste sentido, é compreendida como uma estratégia para conceder ao poder novo vigor e estabilidade. A autora discorda com esta posição, afirmando que:

nada poderia ser teoricamente mais perigoso do que a tradição do pensamento organicista em assuntos políticos, por meio da qual poder e violência são interpretados em termos "biológicos". Tal como estes termos são entendidos hoje, a vida e a suposta criatividade da vida são o seu denominador comum, de modo que a violência é justificada nas bases da criatividade (ARENDRT, 1994, p.55)

Desta forma a autora sustenta que “nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, uma manifestação do processo vital, eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo” (Arendt, 1994, p. 60).

Segundo a autora, há um equívoco em se adotar o termo força como sinônimo de violência, notadamente tratando-se de um meio de coerção. Para Arendt (1994), força deveria ser reservada “na linguagem terminológica as forças da natureza ou a força das circunstâncias (la force des choses), isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais” (ARENDR, 1994).

Para essa filósofa, “o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida que o grupo se conserva unido” (ARENDR, 1994, p.36).

Vigor é inequivocamente algo no singular, é propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo ser inerente a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo fundamentalmente distinto delas. Ainda a autora coloca que o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado por muitos “é da natureza de um grupo e de seu poder voltar-se contra a independência, a propriedade do vigor individual” (ARENDR, 1994, p.37).

Já a autoridade que segundo a autora é o mais enganoso destes fenômenos, frequentemente usado, pode ser acometida em pessoas ou em cargos e postos hierárquicos, mas “sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pedem que

obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias” (ARENDR, 1994, p.37).

Arendt aponta que a violência distingue-se de todos estes termos por seu caráter instrumental, pois fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, já que os “implementos da violência, como todas as outras formas e ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo.” (ARENDR, 1994, p.37).

A violência é uma das questões sociais que mais tem preocupado a população brasileira nas últimas décadas. O espantoso crescimento da violência, principalmente em sociedades como a brasileira, só legitima a insuficiência do Estado de Direito, pois, no bojo deste crescimento consolidam-se, cada vez mais, graves violações aos direitos humanos (SANTOS, 2009, p.02)

A violência é um fenômeno produzido nos processos sociais, históricos e culturais. Desta forma, qualquer que seja a estratégia adotada para enfrentá-la, deverá se pautar na busca constante de construir novos pilares para a sociedade.

Durkheim, em fins do século passado, escreveu um tratado sobre o tema do suicídio que pode ser considerado uma das pedras fundamentais da moderna Sociologia. Ressaltava o autor que as taxas de suicídio representam um excelente indicador da situação social, e que seus movimentos se encontram fortemente relacionados a problemas gerais que

afetam o conjunto societal. Entendia ele que a sociedade não é simplesmente o produto da ação e da consciência individual. Pelo contrário, as maneiras coletivas de agir e de pensar resultam de uma realidade exterior aos indivíduos que, em cada momento, a elas se conformam. O tratamento do crime, da violência e do suicídio como fato social permitir-lhe-ia reabilitar cientificamente esses fenômenos e demonstrar que a prática de um crime depende não tanto do indivíduo, senão das diversas formas de coesão e de solidariedade social (WAISELFISZ, 2011, p.11).

As diversas formas de violências não se constituem em produtos aleatórios de atores isolados. Antes configuram em tendências ancoradas em situações sociais, políticas e econômicas de nossa sociedade.

Convém sublinhar que hoje, ao contrário do almejado, em especial no Brasil, o regime democrático ainda não conseguiu implementar políticas públicas que pudessem servir de ferramentas efetivas para a prevenção no que diz respeito às questões relativas à violência. Os relatos e registros sobre esta questão, no Brasil, são os mais diversos e apontam algumas especificidades regionais, que dão conta de declarar distorções que conferem um tom muito peculiar ao tema no Brasil (SANTOS, 2010, p.02)

O tema da violência incide em diversas discussões sobre o papel do Estado e da sociedade no combate e

prevenção das nuances produzidas por esta questão social. Modelos clássicos e relatos de situações em que a violência transborda, quer seja pela amplitude com que se apresenta, quer por seu caráter inusitado, têm posto profissionais e pesquisadores diante de impasses. Estes colocam em cheque, não somente referências teóricas e técnicas, mas o modo de funcionamento social, as relações sociais e as atuais condições de cidadania (SANTOS, 2009).

A violência que entrelaça o Brasil é a mesma que, economicamente, gera instabilidade financeira para alguns e lucro para outros, leva a morte milhares de vítimas, constrói a cultura do medo, provoca injustiças sociais, corrobora com ações populares conservadoras. A violência demanda do governo políticas de segurança turbulentas e, muitas vezes, ineficazes no que diz respeito ao enfrentamento dos seus agravos (SANTOS, 2010).

A hegemonia da política neoliberal que impera na atual realidade brasileira, tem colaborado para vigorar o processo de desintegração social e o aumento da violência. O mercado torna-se elemento fundamental para a estruturação social, transformando em mercadoria não somente os produtos materiais, mas também as relações humanas. A lógica deste mercado se organiza de forma conveniente e própria, na qual o poder e os bens produzidos, bem como, o consumo concentram-se nas mãos de determinados grupos sociais. Deste modo, pode-se afirmar que sua lógica possui um caráter seletivo, excludente, brutal e violento (MÉSZÁROS, 2005).

Nessa direção, podemos afirmar que embora a exclusão social não seja a única causa das violências, ela, com certeza, contribui para sua expansão.

As casas já não expõem suas fachadas românticas, pois, cercam-nas muros muito altos para dentro dos quais ainda triangulam cães de

guarda. As pessoas trafegam em seus automóveis com os vidros fechados para evitar abordagens perigosas em cruzamentos e semáforos e, dependendo de por onde andam a pé, sentem-se como se estivessem em plena prática de "roleta russa". O espaço amigo sonhado por Péricles na Grécia Antiga para as suas cidades foi subvertido por uma urbanização ferozmente capitalista que vem excedendo o que o homem pode suportar. Temem-se igualmente tanto as ações criminosas dos assaltantes quanto as ações policiais, marcadas por igual ferocidade (MORAIS, 1981, p. 12).

A violência vivenciada principalmente nos grandes centros urbanos nos faz refletir sobre as formas como são socialmente construídas as cidades, os guetos e os grandes centros comerciais. Tudo é idealizado para o consumo. "Os espaços da cidade estão literalmente tomados por uma noção comercial da vida" (MORAIS, 1981, p. 16). O Brasil apresenta uma grande disparidade econômica e social, fato este que acentua um distanciamento gritante entre as classes da população.

O Brasil é uma das sociedades contemporâneas que mais apresenta desigualdade. As vulnerabilidades sociais são assim, cada vez mais, representadas pelas precárias condições de vida da população, que carece de serviços básicos como saúde, educação, transporte e lazer. Sabe-se que muitas das causas das violências se dão por via da carência de políticas públicas que tenham efetividade na prevenção destas.

No entanto, é importante desmitificar alguns mitos sobre a questão do binômio "pobreza x violências". Com influencia do olhar que vê na pobreza a "causa" do incremento da violência, construiu-se uma representação

do pobre como uma apavorante ameaça social. Desta forma, o Estado se coloca cada vez mais no papel de controlar a pobreza através da crescente criminalização, impondo penalidades cada vez mais severas, ou ainda, extinguindo seus agentes.

Para Adorno (2002), a relação de causalidade entre pobreza e violência está sendo contestada em inúmeros estudos, principalmente nos realizados por Zaluar (1994 a 1999); Coelho (1987); Beato (1998); Saporì e Wanderley (2001). Estes estudiosos não só contestam a associação entre pobreza e criminalidade, como também afirmam que na realidade o que ocorre é exatamente o oposto. Segundo Adorno (2002) existe uma redução da criminalidade em regiões (mais) pobres e uma maior incidência e prevalência de crimes, em especial os violentos, nas regiões onde há maior circulação de dinheiro (SILVA, 2005,p.12)

A violência não tem lócus específico, ela esta enraizada em diversos espaços da nossa sociedade. Ela esta presente tanto no Centro quanto na periferia, perpassando pelas distintas classes sociais. Em nossos noticiários frequentemente nos deparamos com notícias sobre roubo, seqüestro, assassinatos, guerras, violência policial, violência psicológica, violência sexual, entre tantas outras, sendo estas, demonstrações e produtos da nossa sociedade moderna.

A expansão demográfica e o avanço técnico - científico ocorridos nos últimos anos tem engendrado novas formas e configurações de organização da sociedade. As desigualdades têm crescido e tem arrastado milhões de pessoas para uma condição cada vez mais

indigna e degradante de vida. No Brasil, o índice de pobreza vem denotando, cada vez mais, a importância urgente de pensarmos em alternativas de combate e prevenção de violência; já que grande parte de famílias, crianças, idosos, mulheres, negros, homossexuais, entre tantos outros, tenham se tornado, com maior frequência, vítimas da barbárie por conta de condições desiguais e discriminatórias.

Milhares de pessoas, todos os dias, vão para as ruas sabendo que a qualquer momento podem ser vítima de um crime, principalmente nos grandes centros urbanos, onde o culto ao consumo privilegia uma classe em detrimento de outra. Há aqueles que têm “poder” ou “condição” de seguir o acelerado ritmo do consumo. Como nos demonstra Morais, há aqueles que dentro de suas impossibilidades, transformam a fragilidade de suas frustrações em um potencial e feroz misto de agressividade (MORAIS, 1981).

Na Grande Florianópolis, no ano de 2004, o IBGE relatou que na última década a população nas periferias aumentou significativamente; são mais de 76.000 habitantes que vivem em torno de 84 favelas. Esta população, em muitos dos casos, em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social. Neste cenário, a pobreza, por vezes, se vê estigmatizada. Assim, como a opção sexual, a cor, o credo e tantas outras diferenças. Vivemos em um mundo de diferentes, no entanto, ainda não apreendemos a lidar com estas diferenças. Faz-se importante, portanto, entendermos que quando negamos a diferença do outro, também estamos negando o direito de sua identidade e conseqüentemente de suas necessidades. O resultado deste contexto em muitos casos é uma perpetuação de atos violentos (SANTOS, 2010).

1.2 VIOLÊNCIAS: CAMINHOS OU DESCAMINHOS POSSÍVEIS...

A cultura da violência na sociedade moderna existe e se manifesta em diferentes espaços desde os urbanos até os privados. Como nos aponta Almeida (2002) a violência existe não somente como estado, mais como produto histórico e cultural. Assim, é primordial discutirmos o legado hierarquizado da violência produzida em nossa sociedade e o grau de reprovação social que lhe é atribuído. Alguns sociólogos como Max Weber, N. Elias e H. Blummer deram contribuições importantes para pensarmos a subjetividade de uma forma dialética, assim como alguns psicólogos como Vigotsky, Allport e Lewin abordaram, de certa forma, a construção dialética do sujeito (ALMEIDA, 2002).

A subjetividade é aqui apreendida como o embate do social e do individual tecendo uma rede que constitui o sujeito e se traduz nas suas relações, na sua práxis. Destacamos, também, a importância de reconhecer como se institucionalizam as práticas sociais, na medida em que estas são detentoras da difusão de valores agrupados nas subjetividades. Desta forma, é possível compreendermos as relações que se constroem entre sujeitos que não estejam arraigadas em um dado contexto, sendo por estes influenciadas e influenciando estes. As subjetividades são compostas de categorias estruturais, ao mesmo tempo em que são permeadas por singularidades.

A elaboração crítica sobre as experiências vivenciadas para cada sujeito caracteriza-se de forma diferente e de acordo com o seu universo, que esta em constante construção simbólica. As formas de compreender e enfrentar as diversas mazelas ocasionadas por violências podem ser distintas em função das diversas mudanças ocorridas em níveis sociológicos, psicológicos e culturais.

Ainda, como nos ensina Almeida (2002) há a necessidade de identificarmos as condições materiais da constituição de sujeitos políticos, detentores da capacidade de dialogar com idéias centrais à afirmação de suas identidades enquanto classe ou categoria e de subjetividades. Ainda segundo a autora, este fato não exclui o contrário, supõe a vivência de suas singularidades.

Algumas modalidades de violência são engendradas no seio de antagonismos e contradições sociais. Almeida (2002) entende que em tempos e lugares “[...] históricos o definido terror de Estado no Brasil dos anos de chumbo e as chacinas urbanas da década de 1990 - como condições materiais que engendram determinadas formas de sociabilidade e de subjetividade”.

Segundo Wieviorka (1997, p. 05), “a violência não é a mesma de um período a outro”. Ainda segundo Almeida (2002) para estudarmos e compreendermos violência, é necessário além de situarmos um tempo histórico, compreendermos o sujeito. Segundo a autora há formas de determinados sujeitos serem produzidos por modalidades distintas de violência (SANTOS, 2009).

O significado sobre o fenômeno das violências perpassa gerações e suas conseqüências ressaltam o momento histórico de cada sociedade e de cada contexto comunitário, familiar e cultural. O seu enfrentamento também é condicionado por cada sociedade de formas e leituras diferenciadas. Para uma parte de sujeitos a solução dos problemas gerados pelas violências pode ser sanada através de leis, normativas, programas e projetos sociais, paradoxalmente destinados a espaços públicos e privados, e que se constituem como alternativas de intervenções.

Por outro lado, para outros, embora as violências tenham um caráter prolixo também têm um aspecto ambíguo, já que servem também como instrumento de contenção e organização social. Ainda, segundo Wieviorka:

Há diversos raciocínios suscetíveis de constituir instrumentos de compreensão da violência, diversas tradições sociológicas, e pode-se mesmo considerar que não há teoria geral que não seja capaz de contribuir com um enfoque específico para a análise da violência. Mas, se é possível apresentar os principais modos de abordagem da violência, indicando para cada um sua quota de contribuição e seus limites, e refletir sobre as possibilidades que há de acumular conhecimentos, logo integrando as diversas proposições disponíveis em teorias complexas, é talvez ainda mais interessante ver como, segundo as épocas, certas idéias exercem uma influência ou têm um impacto predominante (WIEVIORKA, 97, pg. 11).

Nesse sentido, podemos entender que a forma como interiorizar e compreender a violência perpassa pelo conjunto de particularidades, que podem ser de origem histórica, política, familiar, cultural e também segundo a autora, das singularidades provenientes de uma dada inserção em um grupo. Como por exemplo, ela aponta a condição de ser mulher. A violência aparece de forma simbólica em contextos diferenciados em cada sociedade, trazendo para o debate público questões fundamentais, em formas individuais particularizadas e questões sociais, vivenciadas indubitavelmente por toda sociedade. Enquanto seres constituídos de valores, crenças e subjetividades, somos, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos deste fenômeno (WIEVIORKA, 97).

Sabemos que as práticas de violência têm fatores diferentes que as compõe. A cultura e as formas de

sociabilidades as quais os sujeitos estão inseridos são fatores preponderantes para nos ajudar a entender as formas de interiorização dos efeitos causadas em virtude de atos violentos. Estes efeitos podem trazer para os sujeitos envolvidos várias conseqüências tanto do ponto de vista da integridade pessoal física, como também mental.

Segundo Michels (2008), em relação os transtornos psiquiátricos mais especificamente ligados a eventos de ordem traumática, os mais comuns estão ligados, principalmente, de acordo com a ¹CID-10, a Reação Aguda ao Estresse (RAE) e o Transtorno de Estresse Pós Traumático (TEPT):

O primeiro deles, por ser de resolução mais rápida, durando geralmente algumas horas ou no máximo trinta dias, teria menos implicações limitantes na vida dos pacientes, sendo assim de menor interesse em termos de saúde pública. Já o TEPT, além de apresentar uma alta prevalência e morbidade na população geral, o que já o torna importante tanto do ponto de vista científico como social, pode gerar também inúmeras conseqüências, entre elas ansiedade, depressão, ideação suicida e uso abusivo de álcool ou outras drogas, além do sofrimento psíquico diretamente relacionado aos sintomas da

¹ Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

doença e do prejuízo a nível de direitos humanos e liberdade decorrentes diretamente do evento traumático (MICHELS, 2008, p.14).

Em estudo realizado no CEAV de Florianópolis, em 2008, a autora acima aponta que os portadores de TEPT denotam um maior número de problemas judiciais e utilizam, mais do que a população em geral, os serviços de atendimento à saúde. A violência, muitas vezes revivida em pensamentos e pesadelos (já que segundo a autora, isto é outro sintoma de TEPT) se constitui como elemento significativo para compor o sentimento de angustia e sofrimento. Entretanto, este sofrimento pode ainda ser ampliado quando somado a um Transtorno adicional gerado pelo evento anteriormente vivido. Este transtorno pode assumir proporções limitantes na vida de quem o desenvolve (MICHELS, 2008).

O TEPT, como é conceituado pela CID-10,

é um conjunto de sintomas característicos que surge como resposta tardia, após a vivência de um estressor traumático que seja caracterizado como ameaçador ou catastrófico, como, por exemplo, ser vítima de um crime. Seus sintomas que incluem revivência persistente do evento, evitação persistente dos estímulos associados ao trauma, embotamento da responsividade e excitação aumentada. Precisam, para que seja caracterizado o Transtorno, causar sofrimento e prejuízo no funcionamento de áreas importantes da vida. Assim,

para que se desenvolva um quadro de TEPT é necessário, antes de mais nada, que a pessoa tenha sido exposta a um ou mais eventos traumáticos que envolveram morte ou graves ferimentos, reais ou ameaçadores, ou ameaça à integridade física, para si próprio ou outros. Nesses casos, também, para caracterização do quadro, torna-se necessária a presença de medo intenso como resposta ao evento, impotência ou horror (MICHELS, 2008, p.21).

Estes sentimentos de medo, horror e impotência fazem com que muitas pessoas após o evento traumático, não consigam reestruturar suas vidas. Trabalhar, estudar, ter momentos de lazer, manter vínculos de relacionamentos saudáveis com outras pessoas, em muitos casos, tornam-se horizontes distantes. Isto acarreta prejuízos intensos a estas pessoas.

A vivência de um ato de violência, seja diretamente ou indiretamente, pode causar prejuízos de diversas ordens, econômica, social e familiar. Assim, a família, a comunidade, como as formas de sociabilidade podem influenciar de forma significativa, na medida em que a forma como decodificamos os eventos cotidianos são guiados pelo nosso universo simbólico que permeia todas as nossas relações.

O que sob as lentes de um universo cultural é decodificado como sendo um caminho possível, por outro pode ser um caminho totalmente impossível. Em alguns casos, há de ser levar em conta, portanto que sob a égide da violência também encontramos uma cultura que pregoa uma "violência" que para outra cultura é apenas um ritual.

Portanto, podemos refletir que a disseminação da violência na sociedade está ligada diretamente a uma cultura própria, que estimula e ratifica atos violentos como algo "natural".

Assaltos, homicídios, genocídios, xenofobias, tráfico de drogas, bullying, extermínio de crianças e jovens, entre tantos outros aspectos das violências, são apenas os efeitos mais visíveis do quadro que nos é apresentado muitas vezes de forma banal. As manifestações da cultura da violência aparecem em todas as classes sociais. Em uma sociedade que valoriza "a força e o vigor", apresentam-se cada vez mais graves desrespeitos a vida e aos Direitos Humanos.

2 DIREITOS HUMANOS E AS AÇÕES NO ATENDIMENTO A VITIMAS DE CRIMES.

2.1 ASPECTOS EM DIÁLOGOS SOBRE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Nas últimas décadas temos acompanhado o crescimento da participação da sociedade civil em diversos eixos de intervenção e lutas por políticas públicas e direitos. Este fator congregado ao crescimento da violência em toda a sociedade motivou as organizações que lutam pelos direitos humanos a proporem uma política pública de proteção e atendimento a testemunhas e Vitimas de crimes com o desafio de compartilhar sua gestão e participação. Pesquisar o atendimento destas vitimas, através deste estudo de caso , significou entrar em contato com uma política de Direitos Humanos que foi sendo construída através de muitas lutas.

A biografia dos Direitos humanos foi sendo escrita em todo decorrer da história através de muitos avanços e retrocessos. Foi através de muitos embates entre governados e governantes, que foram sendo talhadas as legislações e ações inerentes a defesa dos direitos relativos à dignidade e sobrevivência da humanidade.

O marco legal dos Direitos Humanos deu-se com a Declaração dos Direitos humanos de 1948, quando os mesmos passaram por uma discussão de sua indivisibilidade e universalidade. Entre as diversas pautas várias foram incorporadas as discussões como o direito ao meio ambiente, a natureza, a identidade cultural dos povos e das minorias, o direito a comunicação, entre outros. A pessoa humana passou assim, a não ser mais considerada um ser abstrato e genérico, mais sim, um ser dotado de diversidade e especificidades nas suas diferentes maneiras de ser: "como mulher, criança, idoso, doente,

homossexual, etc." (RIFFIOTIS e RODRIGUES, 1998, p.137).

Segundo Riffiotis (1998) existe um critério metodológico utilizado por diversos autores que facilita a compreensão acerca do desenvolvimento dos direitos humanos. A primeira geração diz respeito aos direitos civis e políticos, como o direito a vida, segurança pública, a liberdade, a proibição da escravidão e da tortura, garantias de direitos iguais entre homens e mulheres, direitos políticos, entre outros.

A segunda geração diz respeito aos direitos econômicos, sociais e culturais, como direito ao trabalho, à seguridade social, proibição da discriminação salarial, participação da vida comunitária e cultural, etc.

Os direitos da terceira geração perfazem os direitos coletivos da humanidade. Estes direitos não são direcionados a uma pessoa ou grupo, mais, ao gênero humano. Fazem parte desta geração o direito a paz, a um ambiente saudável, a comunicação, entre outros. A quarta geração segundo o autor ainda é uma categoria nova e perfazem um conjunto de direitos direcionados á gerações futuras. Estes envolvem discussões com as três gerações anteriores e a uma nova ordem política, jurídica, econômica e ética internacional. Como exemplo, podemos apontar o direito de não ter seu patrimônio genético alterado, este direito estaria protegendo não só o homem enquanto indivíduo, mas também, e principalmente, como membro de uma espécie. (RIFIOTES e RODRIGUES, 1998)

Na América Latina, o conceito de direitos Humanos passou a incluir direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente após o período da ditadura militar. Em geral as atuais legislações dos países da America Latina acentuam princípios que subordinam as atividades econômicas aos direitos sociais. Entretanto, mesmo após o período de democratização, ainda se constata graves violações nos países latinos americanos. Estas,

engendradas no seio da sociedade através de processos de quebra dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (MENDONÇA, 2004).

É de extrema importância que a materialização dos direitos Humanos se dê, primeiramente, na trajetória interna de um Estado. No direito formal brasileiro, a conceituação de Direitos Humanos se assemelha muito à dos direitos e garantias fundamentais pregoados pela Constituição de 1988. No entanto, devemos lembrar que os direitos Fundamentais têm sua tutela resguardada pelo Estado, ou seja, valem somente em território nacional. Já os Direitos humanos, que são condicionados a “condição humana e universal”, são protegidos e resguardados por organismos internacionais.

Para tanto o povo, que detém o poder sobre o Estado, conforme o artigo 1º, inciso II, da Constituição Federal, o Estado (1988) tem como fundamento, entre outros, a cidadania, ou seja, a possibilidade do exercício dos direitos civis, de acordo com a lei. A cidadania é constituída pelos direitos civis (direitos imperativos à liberdade individual), os direitos políticos (direito a participar como sujeito político) e os direitos sociais (que dizem respeito aos direitos básicos e segurança ao direito de participar, por completo na sociedade).

A nossa carta Magna de 1988, diversamente das Constituições anteriores, tem como centro o homem, tendo sido escrita para o homem. Esta é influenciada nos princípios da Carta Universal de Direitos Humanos e busca proteger os direitos e garantias do homem e do cidadão. Os valores proclamados pelos Direitos Humanos estão estreitamente ligados ao princípio democrático. A Carta Magna brasileira garante a proteção dos direitos individuais e coletivos de toda sociedade, defendendo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

No Brasil a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que está completando 63 anos nunca esteve tão difundida como princípio universal de respeito à

integridade e a dignidade humana. Mais, infelizmente esta difusão não pode ser entendida como sinônimo de "sua execução" (SANTOS, 2010). Como nos mostra Benevides,

É claro que a distância entre o valor e a prática concreta continua sendo muito grande. Não se aceita mais a escravidão, mas nós sabemos que existe trabalho escravo aqui pertinho de nós, no interior de São Paulo. Não se aceita mais o trabalho infantil, mas nós sabemos que se aceitam as crianças vivendo na rua e sendo exploradas no trabalho. Mas isso repugna à consciência universal, haja vista a exigência de certos organismos internacionais no sentido de se exigir cláusulas sociais nos contratos comerciais, para proteção da infância, contra a discriminação racial e contra o trabalho infantil (BENEVIDES, 2009, p 05).

Evidentemente é ótimo que os direitos humanos estejam reconhecidos em nossa legislação, ainda sim nossa sociedade esta longe de ser uma sociedade que respeita os Direitos humanos. Temos um arcabouço de leis que nos motivam a avançar a novos rumos de conquistas destas, mais, nossas metas com certeza são desafiadoras. Neste momento precisamos implementar políticas públicas que dêem conta de efetivar a ressonância destas leis na realidade (SANTOS, 2010). Como aponta Paulo Vannuchi em Seminário sobre os CEAVs:

Temos um cenário de conquistas palpáveis, que encorajam nossa determinação de avançar rumo a metas mais desafiadoras. Mas também presenciamos a repetição de

intoleráveis violações, dando a Tonica no cotidiano nacional: violência criminal, torturas e desmandos policiais, presídios, racismo, homofobia, discriminação e violência contra a mulher, contra o idoso e contra pessoas com deficiência, persistência do trabalho escravo, desrespeito às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, criminalização dos movimentos sociais e assassinato de indignas ou lideranças de trabalhadores, sendo que a impunidade ainda prevalece largamente sobre as apurações (SEMINÁRIO "CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA": UMA SAÍDA A VIOLÊNCIA, 2001,p.27).

Somos uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais. Milhares de brasileiros se vêem todos os dias violados em seus direitos mais básicos, como alimentação, trabalho, saúde, educação entre tantos outros. Esta convivência com a falta de direitos fundamentais do ser humano gera a exclusão social, bem como, a violência. Quando falamos em violência sabemos que é uma questão ampla e complexa. Esta só poderá ser enfrentada e superada através de uma Educação voltada para os Direitos Humanos e com ininterrupto envolvimento das ações e principalmente, políticas públicas que dêem conta de envolver e mobilizar diversos atores.

A Educação em Direitos Humanos deve ser pautada em princípios éticos e utilizada como uma uma ação estratégica de promoção dos Direitos Humanos, por isso apresenta-se como eixo estruturante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, órgão responsável pelo Programa CEAV, objeto desta pesquisa (Secretaria de Direitos Humanos, 2011).

A Educação em Direitos Humanos busca formar uma nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diferenças e da tolerância. Preocupa-se com a difusão e disseminação do conhecimento que combatam o preconceito, a discriminação e a violência e promovam valores como liberdade, igualdade e justiça. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2011, pg.01)

É necessário que haja o envolvimento do público e do privado em uma mesma esfera, que os diversos setores dialoguem entre si e consigam criar agendas comuns entre as diversas políticas como às de saúde, educação, segurança pública, transportes, entre outras (SANTOS, 2010).

O crescente fenômeno da violência tem hoje chamado a atenção e vem sendo frequentemente o objeto de estudo e debate de vários intelectuais. Há hoje, uma necessidade emergencial de se pensar e criar estratégias e alternativas para enfrentamento das mazelas acarretadas por esta grave questão social. A complexidade de suas conjunturas, econômicas, históricas, políticas e culturais vem desafiando a efetivação do processo democrático e colocando o desafio de implantação de políticas públicas capazes de suprir a necessidade de mudança, tanto no que se refere à causa quanto à minimização dos seus efeitos.

Como demonstra Turra:

Para o primeiro propósito, são imprescindíveis as políticas governamentais de cunho social, mais especialmente as ações voltadas para a adequada distribuição de renda, a geração de emprego, à

universalização da educação e da moradia, ao acesso a terra, à garantia de previdência e assistência, dentre outras (SEMINÁRIO "CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA": UMA SAÍDA A VIOLÊNCIA, 2001).

As políticas públicas são instrumentos e espaços de lutas sociais e conquista de cidadania, esta aqui considerada e constituída por direitos universais nas áreas políticas, sociais e civis. Enquanto espaço de desenvolvimento social, as políticas públicas devem vir atreladas de participação popular (SILVA E SILVA, 2009).

[...] as políticas públicas, desde a sua formulação, constituem-se também espaço de luta social, envolvendo mobilização e alocação de recursos, divisão de trabalho (tempo); uso de controles (poder), interação entre sujeitos: diversidades de interesses, adaptações; riscos e incertezas sobre processos e resultados, envolvendo também noção de sucesso e fracasso. Destaca-se ai a importância de sujeitos políticos desse processo, seus interesses e suas racionalidades (SILVA E SILVA, 2009, p.11).

Neste processo segundo a autora podemos ressaltar: Grupos de pressão, movimentos sociais e outras organizações da sociedade, como partidos políticos, administradores e burocratas, técnicos, planejadores e avaliadores.

A participação popular é fundamental para que haja políticas públicas mais efetivas e a consolidação de uma real Democracia. No Brasil o marco referencial fundamental para o desenvolvimento de uma democracia

representativa para uma democracia participativa foi a constituição de 1988. Nesta foram proclamados diversos direitos e mecanismos referentes a participação popular. Ao longo dos últimos anos temos acompanhado o crescimento da participação da sociedade civil em diversos eixos de intervenção e lutas por políticas públicas e direitos. Este fato aliado ao crescimento da violência em todo o país levou as organizações que lutam pelos direitos humanos a proporem uma política pública de proteção e atendimento a testemunhas e Vítimas de crimes com o desafio de compartilhar sua gestão e participação.

Ao longo dos anos temos testemunhado várias violações aos Direitos humanos, e conseqüentemente desprezíveis injustiças sociais e desrespeito a dignidade humana. Por outro lado, também já conquistamos muitos direitos até então negados. Ainda há muito que se efetivar, mais como diz Freire "Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão" (FREIRE, 1987, p.78). Ou seja, a conquista por direitos não se dá sem desafios, sem luta, mais, antes sim, é um eterno convite a uma ação que transborda, como diz Ana Hannah Arendt, "as faculdades da paixão e do agir" (ARENDR apud PIOVESAN, 2008, p. 06).

A posição formal que os Direitos humanos conquistaram com certeza é bastante significativa. Entretanto, o seu desenvolvimento depende da consolidação de práticas educativas e da presença de políticas públicas. O acesso a justiça e a uma efetiva Democracia depende de toda a sociedade. Para tanto é necessário que possamos reivindicar políticas que dialoguem entre si, e, que viabilizem a construção de sujeitos emancipados. Ações do Governo e da sociedade devem se unir para acabar com tantas diferenças sociais e à crescente banalização da violência.

Ao analisarmos o tema de violência, parece-nos oportuno apresentar o

conceito a que esta se opõe: os direitos humanos. Estes devem ser concebidos como um conjunto de princípios que garantem a dignidade humana, princípios vitados para a não agressão, a não-degradação da espécie humana. Hoje, mais do que nunca o empenho para garantir esses direitos implica numa continua resistência, perceptível na defesa da cultura indígena, da ecologia, dos direitos das crianças, das mulheres, dos idosos, dos deficientes, das minorias étnica, da paz (VERONESE, 1998, p.09).

Desta forma, quando nos reportamos a refletir sobre violências é importante levar em conta uma série de fatores que podem servir como elementos condicionantes ou refreadores no fortalecimento e conquista de uma efetiva cidadania. A educação para os Direitos Humanos não devem ser focadas apenas em normas ou Estatutos. Mais, a priori é que seja voltada para a construção de valores éticos, morais e políticos. É necessário criar instrumentos que possam viabilizar e fomentar uma cultura de paz, de preservação da natureza e dos espaços públicos, de formação política, do controle social, em suma, de respeito e cuidado com a vida (SANTOS, 2010).

Fomentar uma cultura de paz significa respeitar a vida e a diversidade em toda sua complexidade. Ainda, rejeitar todo tipo de violência, saber ouvir e entender o outro, preservar o planeta, redescobrir a solidariedade, fortalecer a democracia e os direitos humanos. É importante observarmos que a Cultura de Paz não significa a ausência de conflitos, mas sim a busca por solucioná-los através do diálogo, da compreensão e do respeito à diferença. A Cultura de Paz possui valores que pretendem humanizar a humanidade, em que o SER é maior do que o

TER. Os movimentos de Cultura de Paz têm por fontes inspiradoras o Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-violência e ainda, outros documentos internacionais como: Haia, Declaração Universal dos Direitos Humanos, documentos da Unesco, Carta das Responsabilidades Humanas, Carta das Responsabilidade dos Artistas.

Outro fator importante diz respeito ao cuidado de não fortalecer estereótipos. Decerto, quando falamos de violência, frequentemente nos reportamos às camadas populares, geralmente desprovidas de educação, informações, saúde, lazer, enfim, carentes de políticas públicas. Conforme Turra (Seminário "Construção de Cidadania": Uma saída a Violência, 2001), estes preconceitos e estereótipos em alguns casos alimentam o legado "binômio pobreza-violência e pobreza-criminalidade". As populações economicamente vulneráveis são as maiores vítimas e muitas vezes estão embrenhadas num cenário carregado de violências. Mais, não é coerente reduzir as violências somente ao nível de camadas populares mais desprivilegiadas. A violência acontece em vários campos e das mais diversas formas.

Enquanto seres políticos e sociais, podemos elucidar que a vida se faz a partir das nossas eternas ressignificações. Ser e estar no mundo, é também ter a liberdade de olhar e compreender este mundo, transformá-lo e por ele ser transformado. A expressão máxima do exercício da liberdade humana se dá a partir de princípios democráticos. O funcionamento eficaz dos mecanismos que sustentam uma efetiva democracia só se faz a partir da participação e do respeito aos direitos: direito à vida, à liberdade, a segurança pessoal, entre tantos outros.

Quando nos propomos a estudar "violências" também é necessário enfatizar as discussões sobre o papel do Estado e da sociedade no combate e prevenção, bem como, ao atendimento direcionado as vítimas de crimes ocorridos em virtude de graves violências. Nesse sentido, se torna importante ressaltar a importância do

trabalho desenvolvido pelos Centros de Atendimento às Vitimas de Crimes.

Estes programas aparecem como uma ferramenta de intervenção social e de construção de cidadania. Muitas das Vitimas quando chegam a estes Centros estão com suas vidas devastadas em virtude das violações sofridas. Precisando assim, de apoio para reescreverem suas histórias e se perceberem enquanto detentoras de direito (SANTOS, 2010, p.18).

Apesar de estarem dentro de uma Política Nacional de Direitos Humanos excepcionalmente, estes programas no Brasil ainda não se apresentam enquanto uma política de Estado. Em muitos casos ficam a mercê da "boa vontade" dos nossos governos. Este fato com certeza é um dos maiores desafios que hoje principalmente a sociedade enfrenta para a Gestão deste programa (SANTOS, 2010).

2.2 DIREITOS HUMANOS E O ATENDIMENTO A VITIMAS DE CRIMES

A origem dos Direitos Humanos relativos às pessoas que sofrem as consequências dos atos criminosos nasceu a partir do período pós-segunda guerra mundial quando as nações envolvidas no conflito se depararam com milhares de vítimas do holocausto e das armas nucleares. Não obstante, a trajetória sobre o papel da vítima evidencia que a mesma experimentou na sociedade ocidental, durante o período da antiguidade até o começo da idade média, mesmo antes de falarmos em Direitos humanos, forte influência na punição e castigo do infrator (PEREIRA, 2008).

Segundo Miguel (2011):

A vítima de delito desfrutou, durante a época da vingança ou justiça privada, de seu auge. Posteriormente foi neutralizada, num longo período de relativo esquecimento, e hoje se vive uma época de seu redescobrimto. O prestígio vivido pela vítima na Antiguidade sofreu enfraquecimento na Idade Média. Após o que, com o advento do Estado Moderno, o direito penal passou a ser de ordem pública. Neste contexto, o papel da vítima foi restringido. No decorrer do Século XX, no pós-guerra, surgiu um gradual movimento em favor da vítima, retirando-a do esquecimento. Protagonismo, neutralização e redescobrimto são as três fases que podem refletir o principal papel desempenhado pela vítima ao longo da história da humanidade. (MIGUEL, 2011, p.02)

Segundo o autor, a fase de protagonismo se deu desde o início das civilizações até o final da Idade Média. Este período histórico vivenciou forte influência religiosa, vigorou a Lei de Talião, que se tornou conhecida por conter em seu preceito uma igualdade entre a ofensa e a pena: olho por olho, dente por dente, pé por pé e mão por mão. (MIGUEL, 2011).

Neste período o crime era a violação das leis dos deuses. Quando uma das leis era quebrada a fúria da divindade poderia incidir sobre toda a tribo, podendo causar verdadeiros horrores a todos os seus habitantes. Desta forma, a própria tribo, juntamente com a vítima, reagia contra o agressor, pois a pena impediria o castigo divino e salvaria os seus membros da ira divina. As penas eram as mais diversas e cabia à vítima e a sua tribo executar a pena. Este período ficou também conhecido como a "Idade de Ouro" em relação a participação e protagonismo das Vítimas de Crimes.

A vingança se dava a partir das ações dos próprios envolvidos e ocorria geralmente com a imposição de males físicos ou tomada de bens materiais do antagonista, ou até mesmo sua morte. Em algumas situações as penas alcançavam toda uma família ou tribo, causando em muitos casos lutas sangrentas e inacabáveis, conseqüentemente a eliminação de grupos inteiros. Essa fase passou a ser chamada de período de sangue. A essência da vingança ou justiça privada, através da qual o representante familiar da vítima e/ou a própria vítima eram responsáveis pela perseguição e a punição dos crimes permitia que a vítima ocupasse papel significativo ou absoluto no exercício do processo penal. Desta forma, como na época não existia organizações políticas ou jurídicas como conhecemos hoje, foi considerado o período da história onde a vítima mais participou do processo criminal (PEREIRA, 2008).

Na Idade Média o prestígio da vítima começou a decair. A acusação desempenhada por aquele que sofressem o delito passou a ser preenchidas por senhores feudais, pela Igreja e os reis.

cabia à Igreja, aos senhores feudais e aos reis, a punição dos culpados pelos crimes, incluindo castigos severos, a condenação de ordem pecuniária e a apropriação de seus bens. Entretanto, a maior parte das importâncias arrecadadas ficava com estes responsáveis, que somente repassavam uma parcela quando as vítimas fossem de classe ou posição religiosa de destaque (PEREIRA, 2008, p.18).

As punições se davam muito em relação ao corpo, este era objeto direto de repressão penal. As marcas dos crimes eram desenhadas por todo o corpo em forma de suplícios e esquartejamentos. Vivo ou morto o corpo de um "criminoso" era considerado para muitos um verdadeiro espetáculo. A pena de morte era amplamente difundida e a tortura admitida como meio lícito de obtenção de provas (PEREIRA, 2008).

Não obstante, de certa forma, podemos afirmar que a pena privativa de liberdade surgiu neste momento como uma opção de garantia à dignidade do corpo do ofensor. Este pensamento foi reforçado pelo movimento sócio-filosófico denominado de Iluminismo ou Século das Luzes, na medida que seus pensadores começaram a debater s a despeito das torturas e suplícios físicos que eram impostos aos condenados em relação a dignidade das penas (PEREIRA, 2008).

Posteriormente, "com o início da Baixa Idade Média (século XII), período

marcado pela crise do feudalismo, pelas Cruzadas e surgimento do processo inquisitivo”, o direito penal assumiu um caráter publicístico, revelando-se estranho à esfera privada, não mais sendo a justiça penal concentrada nas mãos da vítima. A partir deste momento, a prática do delito passou a ser admitida como uma ofensa à comunidade, por isso a vítima foi substituída pelo Estado, detentor do *jus puniendi*, na solução do conflito penal (BISPO, 2011,p.02)

Com o nascimento do estado moderno começa-se a preocupação de se colocar limites e certas regras em situações de conflitos. Estas regras ditavam até que ponto as vítimas e seus parentes se legitimavam em relação à vingança. Estas eram ajuizadas por um conselho que julgava se as penas requeridas condiziam com o limites estabelecidos pelas normas vigentes. Sob a influência deste pensamento entre proporção e punição, nasceu o primeiro código romano escrito, a Lei das XII Tábuas (450 a.C.) e se iniciou o período de forte influencia legislativa com a conseqüente restrição da vingança privada pela Lei de Talião, que determinava a reação proporcional ao mal sofrido (PEREIRA, 2008).

A vingança cedeu espaço à necessidade de limitação da reação à agressão. A persecução dependia da iniciativa da própria vítima ou de seus familiares. O julgamento visava contentar seus interesses singulares. Ainda, era admitida a reparação pecuniária que permitia que o ofensor pudesse converter sua pena em pagamento às vitimas pela “sua paz”. A quantia paga dependeria do consentimento da vítima, ou seja, podia o ofendido optar pelo processo ou pelo pagamento de uma determinada soma em dinheiro (MIGUEL, 2011).

Com o surgimento do Direito Canônico, o papel da vítima vai aos poucos se modificando. A vítima passa a desempenhar o papel de mero colaborador nas informações sobre a agressão, que era investigada por um tribunal inquisitório.

Com o surgimento das Escolas Penais, as atenções são voltadas ao crime e ao criminoso, sendo que a vítima não ocupou papel de destaque. A Escola Clássica, cuja função histórico-política era de reivindicar os direitos do homem contra os excessos e abusos da justiça penal nos fins da Idade Média, acentuou o delito. A Escola Positiva sublinhou o papel do delinquente, determinando uma nova orientação nos estudos criminológicos até então vigentes, importando mais o autor que a ação. Desta forma, os estudos então desenvolvidos pelo direito penal evoluíram em torno de dois grandes temas: o crime e o criminoso (MIGUEL, 2011,p.03)

Outras questões históricas também podem ser apontadas para compreendermos esse fenômeno que fez com que a vítima passasse a desempenhar papel secundário no conflito penal. A ação dos tribunais eclesiásticos a princípio com a função de agente acusatório, passa logo a ser inquisitorial e, nele, a vítima não tinha nenhuma participação. As riquezas acumuladas nas mãos de uma minoria também foram fator importante para desencadear o afastamento da vítima do processo penal. Como nos demonstra Foucault, agente criminoso e vítima perderam o direito de buscar, por si, a resolução do conflito, já que com esta dinâmica precisavam submeter a resolução de seus conflitos a um poder exterior (a minoria "rica") que se apresentava como poder judiciário e como

um poder político. “O cerimonial da pena vai sendo obliterado e passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração” (FOUCAULT, 2000, p.12).

Com o advento do Estado Moderno e o fortalecimento das monarquias, o direito penal passa a ser de ordem pública, cabendo ao Estado iniciativa da persecução ou repressão do delito, começa-se assim, uma fase de neutralização da vítima no sistema penal. Na administração da justiça, passa a imperar o interesse público. O Estado, ao assumir o controle absoluto do julgamento e da aplicação de penalidades coloca a vítima num papel secundário, neutro (MIGUEL, 2000).

A vítima vai perdendo fôlego, na medida em que o Estado monopoliza o direito, em especial, o direito criminal. Com a persecução penal estatal, a vítima fica excluída do conflito, justificando-se, historicamente, como meio de proteção do autor do fato deletuoso em face da vingança da vítima ou de sua família. García-Pablos de Molina salienta a este propósito que o processo já nasceu com intuito de neutralizar a vítima, separando os dois protagonistas do conflito criminal, para que a resposta ao crime seja desapaixorada, serena, imparcial e objetiva. E conclui: Em virtude de o delito ter sido definido como enfrentamento simbólico do infrator da lei como lesão ou perigo de lesão de um bem jurídico ideal, anônima e despersonalizante, a vítima se enfraqueceu, tornou-se fungível, irrelevante. Deste modo, o Direito não só distancia as partes do conflito

criminal, senão também abre um abismo irreversível entre elas e corta artificialmente a unidade natural e histórica de um enfrentamento interpessoal (MIGUEL, 2000, p. 03).

A partir deste momento em que o Estado toma para si a responsabilidade do processo penal, a vítima passa a ter um papel secundário. Desta forma, como nos aponta o autor o processo penal já nasceu com a intenção de certa forma de neutralizar a vítima. A justificativa é que estando a vítima afastada, o julgamento do seu ofensor poderia ser mais "justo", ou ainda, poderia ter uma imparcialidade maior. A aplicação da justiça nesta dinâmica facilitaria a aplicação da lei de forma mais fria e institucionalizada deixando de lado os sentimentos entre os algozes e vítimas. Estes não influenciariam o julgamento com sentimentos inflamáveis de vingança ou "paixões" (MIGUEL, 2000).

O Estado tinha muito a lucrar com este novo papel. Um dos seus interesses em pegar esta responsabilidade é o fato de que passou a arrecadar com esta, os recursos provenientes do confisco e das multas penais. A punição do crime passa a ser lucrativa e conveniente aos cofres públicos, sendo aplicadas, frequentemente, medidas penais de caráter pecuniário. Assim, a principal dificuldade de certa forma, seria por parte do Estado também, a legitimação da sua 'imparcialidade'.

Contudo, o monopólio do Estado na administração da justiça criminal encontra sua principal justificativa tanto na idéia de eliminação na chamada vingança privada quanto na necessidade de uma instituição neutra que regule os indivíduos para a manutenção da ordem. Não por

acaso, esse entendimento deita raízes também na idéia de um estado de natureza advinda de filósofos como Hobbes (PEREIRA, 2008,p.19)

O Estado já nasce com o papel de defensor da ordem pública afastando os criminosos da sociedade e criando leis, sanções e prisões para fazer valer o seu direito de punir. A teoria penal do direito de punir do Estado pode ser compreendida sob a ótica de que se o Estado não fosse legitimado a usar a força, viveríamos em uma sociedade de todos contra todos. Este argumento vai ao encontro dos preceitos da sociedade burguesa e serve de fundamento ao direito moderno (PEREIRA, 2008).

Nesse momento da história nasce a chamada pena privativa de liberdade e conseqüentemente as prisões. Estas ensaiam uma dinâmica que desnuda uma sociedade excludente baseada em uma ideologia burguesa que marginaliza o que não lhe cabe. Podemos ressaltar que as sanções penais nasceram (e ainda, prevalecem nos dias atuais com a mesma ideologia) como fruto da realidade social e cultural de uma sociedade. Esta, uma sociedade que muda de acordo com seus valores e interesses.

Assim em muitos casos a noção do que é considerado crime em uma época em outra já não o é, da mesma forma acontece o contrário. A legislação está em constante transformação, definindo-se de acordo com critérios e valores dos seus legisladores. Como nos aponta Pereira (2008) a lei é a responsável pela criação do criminoso. Não obstante, é compreensível inclusive que a vítima de hoje possa ser o criminoso do amanhã. Mesmo porque, ninguém é vítima ou agressor em tempo integral. Esta reflexão nos torna importante dentro do trabalho desenvolvido, pois, é de extrema valia que possamos concentrar nossos estudos de forma que possamos fugir

das premissas de uma visão maniqueísta entre “Vítima x agressor”.

À medida que a vítima foi afastada do cenário central do processo penal, começou a ensaiar um novo papel: o de fonte de informação. Com o nascimento das Escolas Penais, as atenções passam a ser então voltadas ao crime e ao criminoso.

A Escola Clássica, cuja função histórico-política era de reivindicar os direitos do homem contra os excessos e abusos da justiça penal nos fins da Idade Média acentuou o delito. A Escola Positiva sublinhou o papel do delenquente, determinando uma nova orientação nos estudos criminológicos até então vigentes, importando mais o autor que a ação. Desta forma, os estudos então desenvolvidos pelo direito penal evoluíram em torno de dois grandes temas: o crime e o criminoso. Para a Escola Clássica, o crime não passava de uma abstração, de uma negação do Direito, enquanto a pena servia como retribuição jurídica, visando ao restabelecimento da ordem violada pelo delito. A Escola Positiva, o crime era considerado um acontecimento natural e social, estando o agente sujeito às influências do seu meio, e a pena é apenas medida de defesa social (MIGUEL, 2000, p.03).

No decorrer século XX, surge um gradual movimento que pregoa certo despontar da vítima, por meio de estudos científicos ao seu respeito. Este movimento surge a partir do pós-guerra e nasce com o objetivo de pensar uma nova roupagem muito mais significativa e dinâmica no papel desempenhado pela vítima. A idéia inicialmente é "retirar a vítima do lugar que ocupava como mero objeto, para lançá-la na própria estrutura do fato delituoso, capaz de influenciar na sua dinâmica e prevenção" (MIGUEL, 2000, p.03).

Esta fase acentua uma redescoberta do valor e do papel desempenhado pelos sujeitos envolvidos em todo processo criminal. Em especial, o chamado movimento vitimológico, que foi estimulado em sua gênese, pelos movimentos internacionais de direitos humanos. A sistematização dos estudos envolvendo as vítimas originou-se com os estudos de dois autores: VonHentig, professor alemão, e Mendelsohn, professor israelita. Ambos estudaram o papel da vítima no sistema criminal, atribuindo as vítimas os conceitos de:

Vítima inteiramente inocente; vítima de culpabilidade menor-que dá um certo impulso involuntário ao crime;vítima tão culpada quanto o infrator-que adere a sua conduta ou a sugere;vítima provocadora-que incita a prática do crime com sua conduta;e vítima inteiramente culpável ou agressora-que inicia a conduta como agressora e termina sendo vítima (Jorge-Birol, 2009, p. 4)

Atualmente, mesmo sendo considerada ultrapassada pela nova perspectiva estudada e adentrada à questão da vítima, essa tipologia é utilizada por muitos advogados de defesa que procuram encontrar no comportamento da vítima, uma justificativa para o crime. Felizmente a partir da

década de 70 iniciou-se um movimento de ir além de estereótipos e pensar os direitos das vítimas sobre uma perspectiva de proteção. Segundo Jorge-Birol (2009) este movimento iniciou-se nos Estados Unidos após várias pesquisas empíricas que revelaram a alienação da vítima no processo de justiça criminal. As vítimas entrevistadas apresentaram que preferiam não prestar informações nos processos, isto por várias razões, como por exemplo: falta de confiança na polícia; falta de ganho com a denúncia; tempo considerado perdido; menor potencial ofensivo do crime e vergonha.

Além VonHentig e Mendelsohn, que foram os pioneiros, podemos elencar também outros autores que contribuíram com grande importância no estudo do tema, Ellenberger, canadense, escreveu *Relations psychologiques entre le criminel et la victime*, onde fez interessante classificação das vítimas. O inglês Stephen Schafer escreveu o livro sob o título ao contrário do de Von Hentig: *The victim and his criminal* (1968, ed. Random House, N.Y.) . Na América do Sul, podemos citar em 1961, Jiménez de Asúa, que trata do assunto em obra especial (PEREIRA,2008).

No Brasil, a primeira obra é de Edgard de Moura Bittencourt, denominada Vítima (Vitimologia: a dupla penal delinquente -vítima, participação da vítima no crime, contribuição da jurisprudência brasileira para a nova doutrina) de 1971. Na década de 1990, Ester Kosovski, Eduardo Mayr e Heitor Piedade Júnior coordenaram a obra Vitimologia em Debate, com diversos artigos sobre o temática, que apresentaram obras de escritores nacionais e estrangeiros. Estes foram somente alguns nomes comuns que surgiram por via da presente pesquisa. Sabe-se que há muitos outros escritos e obras sobre Vitimologia (MIGUEL, 2000; PEREIRA,2008; JORGE-BIROL, 2009; BISPO, 2011).

A despeito da seriedade dos estudos acadêmicos que começaram a surgir sobre a vítima e sua contribuição

à Justiça, foi a aflição mundial com as implicações da Segunda Guerra que situou um novo paradigma sobre a questão das vítimas. A enorme angústia, com o montante de mortos nos combates da II Guerra Mundial, revelou um verdadeiro cenário de terror sobre a realidade vivenciada por milhares de pessoas. As torturas, as mortes e a deterioração humana perpetuadas de um ser humano contra outro, criaram uma comoção mundial e um sentimento de solidariedade para com as vítimas (PEREIRA, 2008).

Ao observar estas palavras temos a impressão que o movimento em prol das vítimas partiu muito mais ligado aos sentimentos de piedade e solidariedade e da imposição aos Estados que participaram da Guerra em dar uma resposta urgente aos seus povos do que um compromisso efetivo dos mesmos para com os Direitos Humanos. (PEREIRA, 2008, p.29).

Desta forma, podemos verificar que o movimento vitimológico foi impulsionado em sua origem, pelos movimentos internacionais de direitos humanos, durante o período pós Segunda Guerra mundial. Este movimento tem buscado em suas ações orientado em seu campo de estudo fomentar políticas públicas que tenham como principais usuários a vítima, seus parentes e dependentes.

Este movimento dentre outros motivou a criação na década de 70 de vários Centros de Assistência e proteção as vítimas ameaçadas, principalmente de mulheres e crianças. O objetivo destes centros era fornecer apoio e ao mesmo tempo incentivar a denúncia por parte do ofendido as autoridades públicas. Os movimentos feministas também tiveram um papel fundamental neste processo (JORGE-BIROL, 2009).

Já na década de 80 houve várias mudanças da legislação penal e processual em diversos países, estimuladas pela sociedade civil organizada e pela comunidade internacional. Entre os documentos aprovados podemos citar a resolução 40/34, e a anexa Declaração de Princípios Básicos de Justiça em favor das vítimas de Crimes e de Abuso de Poder, que foi aprovada em 1985, em Assembléia Geral, no Congresso de Prevenção de Crime e Tratamento de delenqüentes em Milão. Esta contou com o voto do Brasil e denominou vitimas como sendo todos os sujeitos que,

[...] individual ou coletivamente, tenham sofrido danos, inclusive lesões corporais ou mentais, sofrimento emocional, perda financeira ou diminuição substancial de seus direitos fundamentais, como consequência de ações ou omissões que violem a legitimação penal vigente nos Estados-Membros, incluída a que prescreve o abuso criminal de poder (PEREIRA,2008, p.30)

Segundo a Declaração, uma pessoa poderá ser considerada vítima, independente do modo como o agressor foi identificado, julgado ou condenado, bem como independentemente da relação familiar entre o agressor e a vítima. Ainda no conceito de vitima de acordo com a declaração estão incluídos também, familiares ou pessoas dependentes que tenham relação imediata coma vítima ou com o crime vivenciado, ou seja , que tenham sofrido danos decorrentes deste.

Conforme nos aponta Jorge-Birol (2009), a resolução 40/34, e a anexa Declaração de Princípios Básicos de Justiça em favor das vítimas de Crimes e de Abuso de Poder, recomendam 10 diretrizes que devem ser reconhecidas incondicionalmente como direito das vitimas:

1. Vítimas deverão ser tratadas com respeito e compaixão;
2. Vítimas deverão ter o direito à informação durante o processo;
3. Vítimas têm direito de apresentar sua opinião às autoridades judiciárias;
4. Vítimas têm direito a assistência jurídica gratuita;
5. Vítimas têm direito a proteção da sua identidade e privacidade;
6. Vítimas têm direito a proteção contra retaliação e intimidação
7. Vítimas têm direito à oportunidade de participar em mediação;
8. Vítimas têm direito a compensação paga pelo ofensor;
09. Vítimas têm direito de receber compensação do estado em caso de crimes violentos;
10. Vítimas têm direito ao apoio e assistência social (JORGE-BIROL, 2009, p. 05).

Desta forma, considerando o processo de pesquisas e estudos referentes as vítimas no Brasil, podemos perceber que no decorrer dos anos houve avanços significativos. Atualmente, atribui-se à Constituição de 1988 em específico o seu artigo 245, localizado no Ato de Disposições transitórias, a obrigação do Estado brasileiro em dar atenção especial às pessoas vítimas de crimes, seus herdeiros e dependentes. Ficando a cargo do Estado formular e executar esta “atenção especial”.

O artigo citado acima coloca que “A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito”. Não obstante, é importante ressaltarmos que este se apresenta como norma programática. Ou seja, só terá uma real efetividade

se previsto em legislação específica. Ainda, somente diz respeito se aplicado às vítimas de crimes dolosos (os que dizem respeito aos crimes cometidos com a intenção do autor em praticá-los), excluindo às vítimas de crimes culposos (aqueles que ocorreram por circunstâncias alheias à vontade dos autores).

Infelizmente ainda hoje não houve a criação de uma lei específica sobre a matéria no cenário nacional, que verse sobre os interesses das vítimas. Entretanto houve a edição do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos- PNDH I , promulgado por Decreto Presidencial em 13 de maio de 1996, posteriormente aprovado em Conferência Nacional de Direitos Humanos. Este plano mencionou a execução de atividades que dizem respeito a temas tratados pela Vitimologia, como a previsão de levantamento de um “mapa da violência e grupos vulneráveis”, e políticas públicas em favor da mulher, de combate à violência doméstica e sexual (PEREIRA, 2008).

No ano de 1999, houve a atualização do PNDH (II), que foi promulgado por Decreto Presidencial em 2002. Este segundo Pereira, 2008, desnuda:

uma ampliação no rol de políticas públicas a serem desenvolvidas, entre elas: o compromisso em apoiar a criação e o funcionamento de Centros de Apoio às Vítimas de Crimes nas áreas com maiores índices de violência, com vistas a disponibilizar assistência social, jurídica e psicológica às vítimas da violência e as seus familiares e dependentes. Em sua formulação inicial, os Centros de Apoio às Vítimas de Crime já tinham objetivos definidos, quais sejam: o controle da violência, o exercício da cidadania e o resgate dos direitos humanos (PEREIRA, 2008, p. 32)

Neste cenário em 1999, o Ministério da Justiça apoiou projetos nesta linha em dois Estados: Santa Catarina, por meio do Programa catarinense de Atendimento à Vítima de Crime-CEVIC (que já existia desde 1997) e na Paraíba, com o Centro de Atendimento às Vítimas de Violência-CEAV. Em 2000, essa rede foi ampliada com o ingresso de São Paulo que instituiu o seu Centro de referência e Apoio às Vítimas- CRAVI, e Minas Gerais, Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos- NAVCV. Em 2001, foram assinados convênios para a implantação de mais quatro Centros de atendimento: o Centro de Atendimento a Vítimas de Violência do Espírito Santo-CEAV- ES; o Centro de Apoio às Vítimas de Crime em Alagoas- CAV, o Centro de Atendimento às Vítimas da Bahia-CEVIBA e o Centro de Orientação e Apoio a Vítimas do Rio de Janeiro –COAV (PEREIRA, 2008).

Em 21 de dezembro de 2009, foi assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o decreto presidencial nº 7.037 que incorporou a resolução da 11ª Conferência Nacional De direitos Humanos. Nesta dentro da diretriz descrita sob o nº 15, em sua linha “c” coloca que a Secretaria Especial de Direitos Humanos é responsável por fomentar a criação de Centros de Atendimento a Vítimas, com uma estrutura adequada e capaz de prestar atendimento jurídico, assistencial e psicológico a vítimas de Crimes.

No Brasil atualmente existem 16 Centros de atendimento a vítimas de crimes, doze deles em âmbito Estadual (presentes nos estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Belo Horizonte) e três municipalizados (Porto Alegre, Olinda, Santa Maria). Estes programas sobrevivem à custa de verbas federais, enviadas para o Estado ou Município gestor, através de convênio com a atual Secretaria de Direitos Humanos. Em

Santa Catarina existem três nas cidades de Florianópolis, Lages e Joinville.

3 O CUIDADO NO CENTRO DE ATENDIMENTO A VITIMAS DE CRIMES

“Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas”.

Friedrich Nietzsche

Embora não tenhamos a pretensão de construir verdades eternas e absolutas, na veracidade da investigação, encontramos o que acreditamos que é verdadeiro. Tanto do ponto de vista do pesquisador quanto no ponto de vista dos sujeitos correlacionados com o objeto pesquisado. Na opinião de CHAUI (1996) o pesquisador tem o compromisso de compreender a diferença entre o que parece ser e o que pode ser. A concretização da pesquisa de campo para fins desta dissertação apresenta neste terceiro capítulo a sistematização e a análise dos resultados sobre o Programa CEAV de Florianópolis, principalmente nos seus aspectos social, político e pedagógico.

Este movimento exigiu da sua autora um permanente exercício de alteridade, já que a mesma escolheu pesquisar um tema que já fazia parte de seu universo de trabalho. Este desafio permitiu uma maior aproximação teórica com o cenário que compõe o enredo ocasionado pelas violências, tomando como referência questões relacionadas as historias de vidas dos sujeitos pesquisados e alguns pontos relativos a política e ao atendimento a vitimas de crimes.

Nessa sinuosidade a metodologia da pesquisa ganhou sentido, no processo de aprender fazendo é que conseguimos adentrar o universo que compõe o cenário que denota os resultados apresentados neste momento da pesquisa. Ao olhar de coordenadora foi somado o olhar de pesquisadora. Diversas leituras e reflexões pautaram os ladrilhos que foram construindo os rastros que enraizaram as inquietações e suas respostas. Isso cominado com a

proposta de aprofundar alguns saberes já conhecidos conferiram o desenho do esboço para formar a tessitura deste texto.

Os desdobramentos foram sendo estabelecidos intrinsecamente procurando sistematizar a aproximação entre os resultados obtidos e a realidade vivenciada. A organização dos dados aqui apresentados se pautou em aspectos qualitativos de análise, por entender que este olhar oportuniza uma aproximação mais densa das particularidades da temática abordada.

3.1 CENTRO DE ATENDIMENTO A VITIMAS DE CRIMES DE FLORIANÓPOLIS: CONSTRUINDO UM DESENHO

Para produzir esta análise, recorreremos a pesquisa de documentos oficiais do Programa. Em específico, projeto, plano de trabalho, atas de estudos de casos, diretrizes para os CEAVs, projeto político pedagógico da instituição gestora e relatórios dos últimos dois anos. Ainda utilizamos algumas monografias e dissertações referentes ao Programa. Nesta fase procuramos compreender objetivos, metodologia, estratégias e estabelecer algumas possíveis relações com os objetivos da presente pesquisa.

O CEAV de Florianópolis nasceu através da iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC. Esta, em conjunto com a Secretaria da Justiça e Cidadania de Santa Catarina buscou apoio junto ao Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e com o PNUD – Programa das Nações Unidas - para o desenvolvimento do projeto. Para isso, viabilizou-se o financiamento do projeto em parceria com o governo do estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, atual Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão (SILVA, 2005)

Dentre os documentos pesquisados encontramos a informação que o CEAV de Florianópolis nasceu através da iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC. Esta, em conjunto com a Secretaria da Justiça e Cidadania de Santa Catarina buscou apoio junto ao Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e com o PNUD – Programa das Nações Unidas - para o desenvolvimento do projeto. Para isso, viabilizou-se o financiamento do projeto em parceria com o governo do estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, atual

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão (SILVA, 2005)

Assim, também com base na resolução 40/34 da ONU de 29 de novembro de 1985, em uma ação pioneira, o CEAV de Florianópolis (que neste momento usava a sigla Pró-CEVIC.) teve seu início em 31 de março de 1997 com o objetivo de prestar atendimento social, psicológico e jurídico a vítimas de crime da Grande Florianópolis (SILVA, 2005)

O Programa está no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos e faz parte do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. Desde 2008 vêm sendo gestado pela Instituição Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) e vêm passando por uma estruturação em termos de alinhamento com a Política Nacional de Direitos Humanos. Neste sentido está em fase de mudanças de alguns procedimentos. Um destes é a mudança de seu público alvo e de sua sigla. Até agosto de 2008 o público alvo era formado por mulheres vítimas de violência intrafamiliar e utilizava a sigla CEVIC. Estas mudanças estão sendo implantadas por uma determinação da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com o objetivo de padronização nacional.

Esta nova concepção trouxe a ampliação do diálogo entre os diversos atores e colocou o programa também, dentro da concepção metodológica da entidade gestora. O CCEA trabalha com diversos programas que tem como foco a desconstrução da subalternidade, o pensar e agir a partir das margens e o cuidado com a vida (CCEA, 2009).

Tem como missão segundo seu Projeto Político e Pedagógico:

O empoderamento de sujeitos individuais e coletivo das periferias da grande Florianópolis, e sua inserção social, através da implementação de processos educativos que possibilitem

o aumento da auto-estima, da capacidade de leitura da realidade sócio-cultural e o compromisso comunitário e cidadão (CCEA, 2010, p.06).

O cuidado com a vida, que é um dos eixos articuladores do trabalho do CCEA, está presente em muito dos relatos de atividades de atendimento dos usuários do Programa. Segundo o Relatório anual do ano de 2010 do CEAV, o cuidado com a vida deve acontecer por todas as teias que envolvem a constituição de um sujeito cidadão. Ou seja, garantir o direito à vida é, portanto, garantir também, o acesso a justiça e aos bens de consumo de uma sociedade. Emprego, moradia, saúde, educação, cultura e lazer se tornam elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma vida com qualidade (CCEA, 2010).

A área de abrangência do Programa se estende por toda região metropolitana da grande Florianópolis, que atualmente além de Florianópolis, é formada pelas seguintes cidades: Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista, Tijucas, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

As Equipes dos CEAVs realizam seus atendimentos numa perspectiva interdisciplinar, procurando entrelaçar os saberes e as práticas das diferentes especificidades. Segundo as Diretrizes Gerais para atuação dos CEAVs, os serviços de assistência psicossocial e jurídica nos Centros são executados de forma sistêmica por uma equipe que esta envolvida com as seguintes atribuições:

- Integrar a equipe técnica responsável pelo acolhimento, estudo do caso, atendimento, encaminhamento e pela avaliação;
- Desenvolver e implementar instrumentos específicos de intervenção que possibilitem a escuta e a análise qualificada das demandas contidas no relato da vítima, sobre a situação vivenciada e o contexto de produção da violência;
- Orientar acerca dos direitos e garantias;
- Articular e fomentar a rede de serviços, acionando órgãos e instituições competentes;
- Produzir conhecimentos a partir da análise das informações e da sistematização da prática;
- Acompanhar os casos encaminhados durante o tempo necessário.
- Supervisionar estagiários;
- Realizar escuta qualificada da vítima, sobre o fato violento;
- Acompanhar, orientar e oferecer apoio a vítimas em audiências, oitivas e julgamentos;
- Promover a articulação da rede de atendimento (SEDH, 2009, s/n).

Para melhor atendimento dos usuários que acorrem aos serviços prestados nos CEAVs, a equipe técnica de cada unidade é composta por profissionais nas seguintes áreas: Serviço social, psicologia e direito.

O Assistente Social tem como funções específicas realizar estudos sociais, entrevistas sócio econômicas, emitir parecer social e ainda segundo as Diretrizes Gerais para os CEAVs:

- Mapear os equipamentos sociais disponíveis;
- Realizar visitas técnicas às instituições parceiras;
- Manifestar-se com sua contribuição teórica específica no estudo dos casos;
- Desenvolver trabalhos de caráter preventivo nas comunidades mais vulneráveis a violências;
- Elaborar o Plano de Estágio e supervisionar os estagiários de sua área específica (SEDH, 2009, s/n).

Outra função técnica do Assistente Social consiste em entender e articular a rede de parceiros e identificar os serviços públicos disponíveis para possíveis encaminhamentos (SEDH, 2009).

De acordo com as Diretrizes Gerais para os CEAVs, o profissional de Psicologia atua na prevenção da violência até o seu tratamento, prestando apoio psicológico regular a vítima e/ou seus familiares. Tem como atribuição:

- Realizar escuta qualificada da vítima, sobre o fato violento; Fornecer o apoio necessário e a contextualização do fato violento, minimizando a dor referente a perdas e a vivência de vítimas e favorecendo seu fortalecimento como sujeito de direitos;
- Colaborar, com seus instrumentais e saberes

específicos, na análise da situação vivenciada, situando a produção da violência no contexto histórico, social, econômico e cultural;

- Identificar e apoiar casos com necessidades de encaminhamento para a rede de saúde mental;
- Acompanhar, orientar e oferecer o apoio psicológico e vítimas em audiências, oitivas e julgamentos;
- Elaborar o Plano de Estágio e supervisionar os estagiários de sua área específica (SEDH, 2009, s/n.).

De acordo com relatórios do CEAIV de Florianópolis, este profissional oferece intervenção pontual em situações emergenciais e de acordo com as indicações oriundas do Estudo de Caso. Identificando-se a necessidade de atendimento psicoterápico ou psiquiátrico em longo prazo, o usuário será encaminhado á rede de saúde mental do município (CCEA, 2009; CCEA, 2010).

O profissional do direito presta orientações, por meio de esclarecimento de questões legais e processuais, realiza o acompanhamento de processos judiciais tendo como objetivo primordial promover a informação jurídica e garantia de acesso pelos usuários e/ou famílias aos seus direitos, diante da violência sofrida. (CCEA, 2009).

Segundo as Diretrizes Gerais para os CEAIVs cabe ao profissional do Direito:

- Promover o acesso á justiça;
- Favorecer todos os recursos para o esclarecimento do fato criminoso e para efetivação da justiça;

- Orientar e esclarecer os usuários sobre seus direitos, os meios de efetivá-los e os procedimentos legais necessários para ajuizamento de ações cíveis ou criminais;
- Acompanhar as audiências em delegacias, juizados e na justiça comum, quando necessário;
- Verificar o andamento dos inquéritos e processos, informando a vítima quanto os prazos e às etapas;
- Encaminhar os processos aos órgãos competentes, de acordo com a especificidade da demanda;
- Manifestar-se com sua contribuição teórica específica no estudo de casos;
- Elaborar o Plano de Estágio e supervisionar os estagiários de sua área específica (SEDH, 2009, s/n).

Ainda segundo documento em comento o advogado (a) tem sua atuação profissional jurídica delimitada, não podendo acolher demandas que são de competência e execução de outras instancias. Neste caso, encaminha para o órgão competente de demanda identificada (SEDH, 2009).

Além da equipe técnica o CEAV Florianópolis conta uma coordenadora, uma secretária, uma recepcionista, uma auxiliar de serviços gerais, duas estagiárias de Psicologia e uma de Serviço Social. Todos profissionais e estagiários são vinculados ao CCEA.

No CEAV de Florianópolis, também funciona um trabalho com um grupo de mulheres vítimas de violência, trata-se de um grupo que tem como objetivo proporcionar

às usuárias do CEAV, um espaço para reflexão acerca da violência, promovendo questionamento e compreensão do que vivenciam. Ainda, possibilitar o surgimento de alternativas de enfrentamento da situação de violência "(RAMOS, 2010).

Este grupo se reúne semanalmente e faz parte de uma parceria entre o Programa e a UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina). Trata-se de um grupo de ensino/aprendizagem, onde as participantes relatam suas experiências e vivências, em especial sobre as violências sofridas. O grupo começou sendo aberto e contínuo, ou seja, poderiam entrar sempre novas mulheres e não tinha um término definido. Atualmente o grupo funciona de forma fechada (número limitado de mulheres) e com encontros semanais pré-definidos, somando 12 encontros temáticos (RAMOS, 2010).

A equipe formada pelos técnicos executa um acolhimento direcionado para todas as pessoas que chegam as unidades. Neste primeiro momento o usuário conta, sempre quando possível, com a presença de mais de um dos profissionais. A partir deste primeiro acolhimento à equipe técnica, inicia o acompanhamento sistemático de cada caso. Alguns são encaminhados também para outros serviços disponibilizados nas áreas de saúde, educação, cultura, lazer ou para outros programas da rede de apoio.

Estas ações serão prestadas pelos profissionais e estagiários, devidamente capacitados e consistem em:

- Orientar e informar sobre deveres e direitos do cidadão e sobre a legislação que assegura esses direitos à população vítima de discriminação e violência, bem como dos direitos fundamentais da pessoa humana e de todos os

segmentos mais submetidos a violações dos direitos;

- Encaminhar á Rede de Serviços Públicos e ás organizações da sociedade civil que apresentam esses segmentos sociais para que apresentem denúncias sobre discriminação, violência e crimes aos órgãos competentes: Defensoria Pública; Ministério Público; Conselhos de Direto; Secretárias de Estados e dos municípios de Saúde, de Segurança Publica, de Assistência Social, de Justiça e Cidadania; Comissões de Direitos Humanos das assembléias legislativas e das câmaras municipais; OAB; Delegacias especializadas, entre outros. Estas são instituições que devem integrar a rede de serviços (SEDH, 2009, s/n).

Além dos atendimentos acima descritos, os Centros também devem ser responsáveis pelos chamados "trabalhos de prevenção da violência", ou seja, a promoção de palestras educativas para públicos específicos, a fomentação do debate político na localidade em que ele assiste sobre a questão da vitimização e das violências.

3.1.1. Fundamentos Legais de implantação do CEAV

Segundo as diretrizes previstas pela SEDH (2009) os CEAVs se fundamentam nos seguintes dispositivos legais:

- **Artigo 245 da Constituição Federal**, que obriga o Estado brasileiro a dar atenção especial ás pessoas vitimas de crimes e seus herdeiros e dependentes, declarando expressamente: "A lei disporá sobre as

hipóteses e condições em que o poder público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.” (BRASIL, 2008, p. 144). Não obstante, trata-se de uma norma programática, na medida em que depende de legislação específica para ser concretizada. Ainda, ressaltamos que se limita às vítimas de crimes dolosos, ou seja, aqueles em que havia a intenção do autor em praticar, excluindo às vítimas de crimes culposos, aqueles que ocorreram por circunstâncias alheias à vontade dos autores.

• **Programa Nacional de Direitos Humanos III**, no Eixo Orientador IV – Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; Diretriz 15 – Garantia dos direitos das vítimas de crimes e de proteção das pessoas ameaçadas; Objetivo estratégico II - Consolidação da política de assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas; Ações programadas C: Fomentar a criação de centros de atendimento a vítimas de crimes e seus familiares, com estrutura adequada e capaz de garantir o acompanhamento psicossocial e jurídico dos usuários, com especial atenção a grupos sociais mais vulneráveis, assegurando o exercício de seus direitos (PNH III, 2010, pg 162).

• **Declaração dos Princípios Básicos da Justiça em favor das vítimas de crimes e Abuso do poder das Nações Unidas**. Aprovada em 1985, anexa a resolução 40/34, conceitua Vítima como “pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido danos, inclusive lesões corporais ou mentais, sofrimento emocional, perda financeira ou diminuição substancial de seus direitos fundamentais, como consequência de ações ou omissões que violem a legitimação penal vigente nos Estados-Membros, incluída a que prescreve o abuso criminal de poder”.

• **Decreto 4.671 de 10/04/2003**, Seção I, Art.5º que confere à SDH/PR, cabendo à Subsecretária Nacional de

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos a competência de: "Apoiar, monitorar e supervisionar a implementação dos programas estaduais de proteção a vítimas e testemunhas e dos centros de atendimento a vítimas de crimes" (SEDH, 2009).

3.1.2. Público atendido pelo Programa

O CEAV tem como público alvo: vítimas, familiares de vítimas e testemunhas de crimes pregoados em diversas tipificações como: contra a honra, contra o patrimônio, **incolumidade pública, crimes contra a administração da justiça, crimes econômicos, mais,** sobretudo os crimes mais graves como homicídio, atentado violento ao pudor, crimes contra a dignidade sexual, tortura e seqüestro.

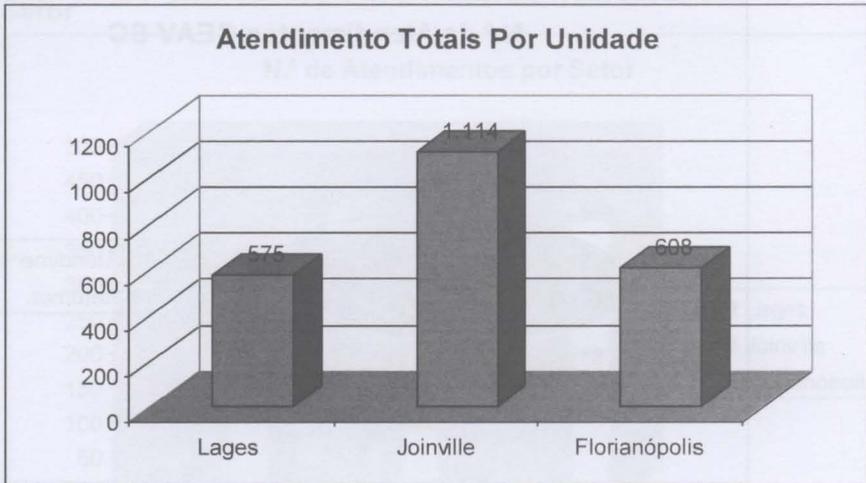
O atendimento a vítimas de Crimes vem sendo executado pelo CCEA em três Núcleos: Florianópolis, Joinville e Lages. O CEAV de Florianópolis conta com o financiamento da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e Secretaria de Segurança Pública do estado (SSP/SC). Os CEAVs de Lages e Joinville estão sendo executado com recursos provenientes da SSP/SC. Estes atendem testemunhas, vítimas e familiares de vítimas de atos violentos que necessitam de acompanhamento jurídico, psicológico e assistencial. Ainda, fomentam a difusão e promoção de conhecimentos acerca de direitos Humanos e exercem papel de articulador dos serviços junto a organismos governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento, assegurando desta forma, o acesso a esses serviços para

as populações em situação de vulnerabilidade social, por discriminação e violências em diferentes matizes (CCEA, Plano de Trabalho, 2011).

Em 2010, foram atendidas diretamente nestas unidades 2.744 pessoas vítimas de violências. Entre o público atendido cerca de 90% são do sexo feminino e 10% são do sexo masculino. Ainda, 5% são idosos, 10% são crianças, 85% são adultos.

Abaixo seguem tabela com a descrição dos atendimentos totais, realizados no período de agosto de 2009 a julho de 2010 pelas unidades do CEAV em Santa Catarina (CCEA, RELATÓRIO DE ATIVIDADES CEAV SC, 2010).

Figura 1 – atendimentos Totais por Unidade

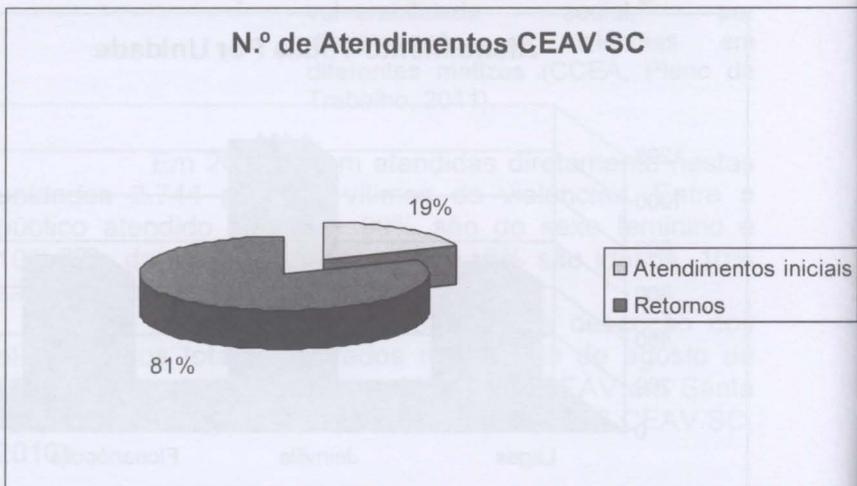


Fonte: Relatório CEAV SC, 2010.

Dos procedimentos de atendimento, observa-se pelo gráfico abaixo que 19% dos atendimentos realizados nas unidades do CEAV são relativos a atendimentos iniciais. Sendo a maioria expressiva dos atendimentos, 81%, retorno para atendimento e orientação com a equipe técnica de cada unidade.

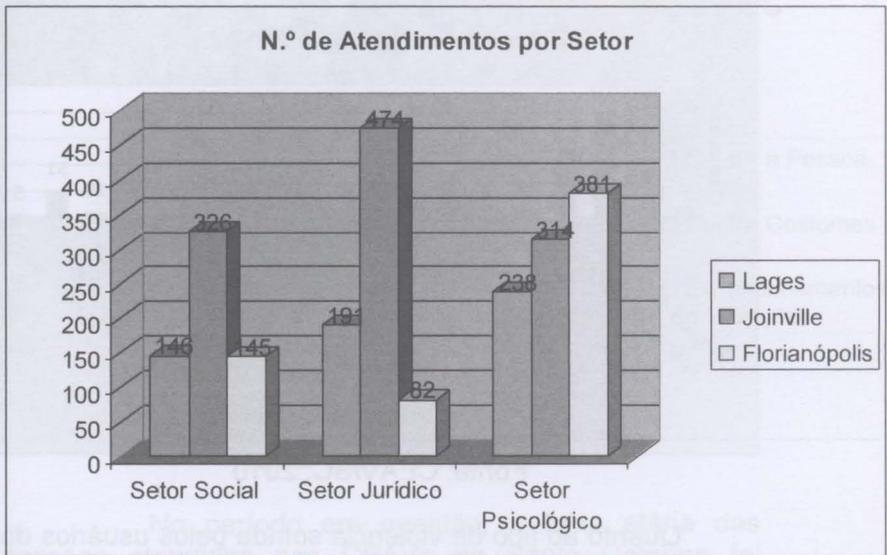
... e outras instituições que trabalham com vítimas de violência, como demonstrado o Gráfico abaixo.

Figura 2 - Número de Atendimentos CEAV SC



No que diz respeito ao número de atendimento por setor, em cada unidade, conforme o gráfico 03 abaixo nota-se que o setor de psicologia é o que mais realiza atendimento nas unidades de Florianópolis e Lages, já em Joinville, é o setor jurídico o que mais atendimentos têm realizado.

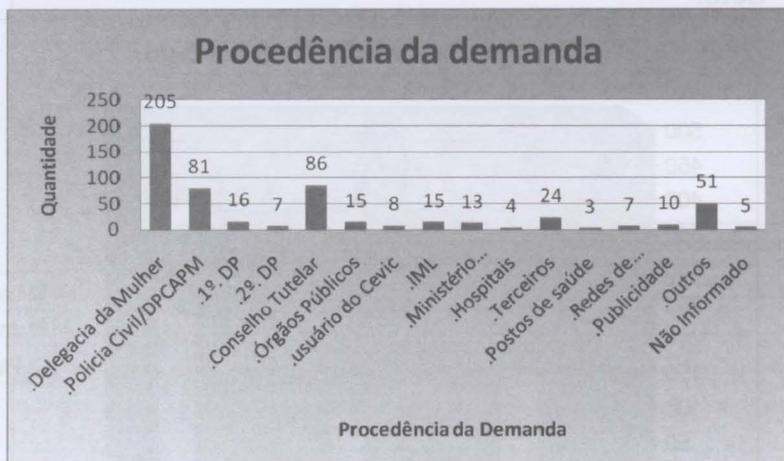
Figura 3 – Número de Atendimentos por Setor



Fonte Relatório CEAV SC, 2010.

Os casos atendidos pelo Programa são encaminhados por diversas instituições como, Hospitais, Postos de Saúde, Delegacias, Programas Governamentais e outras Instituições que trabalham com Vitimas de violência, como demonstra o Gráfico abaixo.

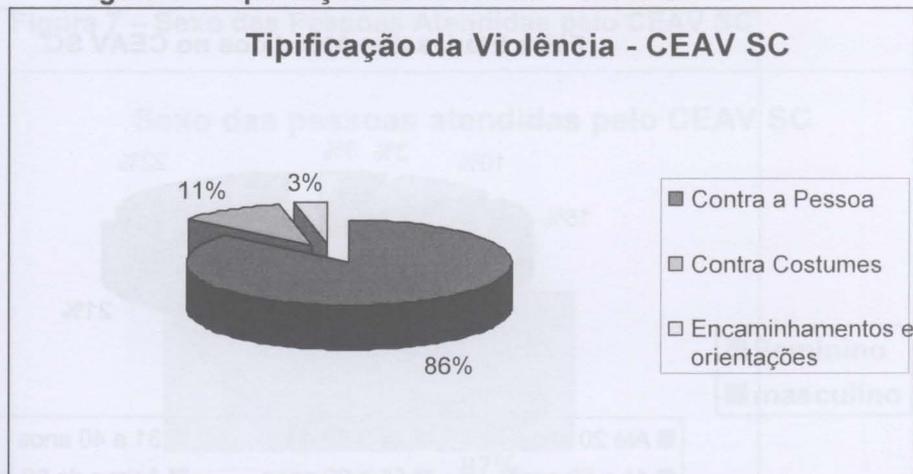
Figura 4 – Procedência da Demanda



Fonte: CEAV/SC, 2010

Quanto ao tipo de violência sofrida pelos usuários do programa, destaca-se a violência contra a pessoa, representando 86% dos casos atendidos nos CEAVs, seguido de 11% casos de violência contra os costumes. Registra-se, também, que 3% das pessoas que procuraram os CEAVs foram atendidas, orientadas e encaminhadas para a Rede de Parceiros, para um atendimento mais adequado, conforme indica o gráfico 14.

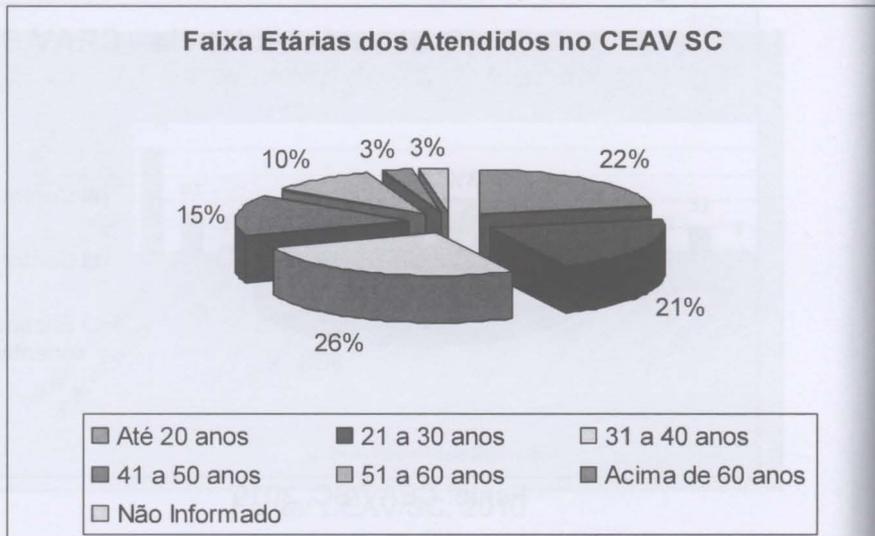
Figura 5 – Tipificação da Violência – CEAV SC



Fonte: CEAV/SC, 2010

No período em questão, a faixa etária das pessoas atendidas nos CEAVs de Santa Catarina foi bastante variável, conforme indica o gráfico abaixo. O maior número de pessoas atendidas encontra-se na faixa etária de 31 a 40 anos, somando 26% das pessoas que buscaram os CEAVs; seguido de perto pelos que estão nas faixas etárias de 0 a 20 anos, com 22% dos atendidos, e, de 21 a 30 anos perfazendo um total de 21% dos atendimentos.

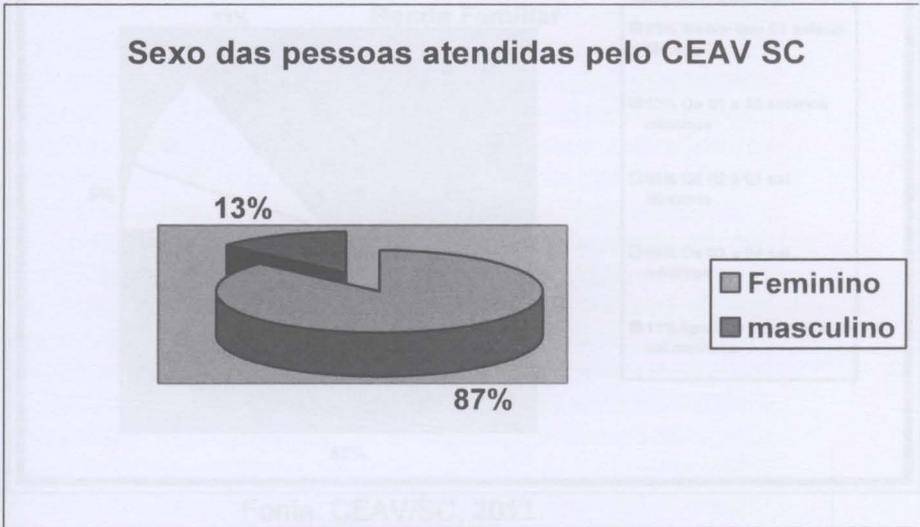
Figura 6 – Faixa Etária dos Atendidos no CEAV SC



Fonte: CEAV/SC, 2010

Cerca de 87% das pessoas que são atendidas pelo CEAV são do sexo feminino, como mostra o gráfico a seguir:

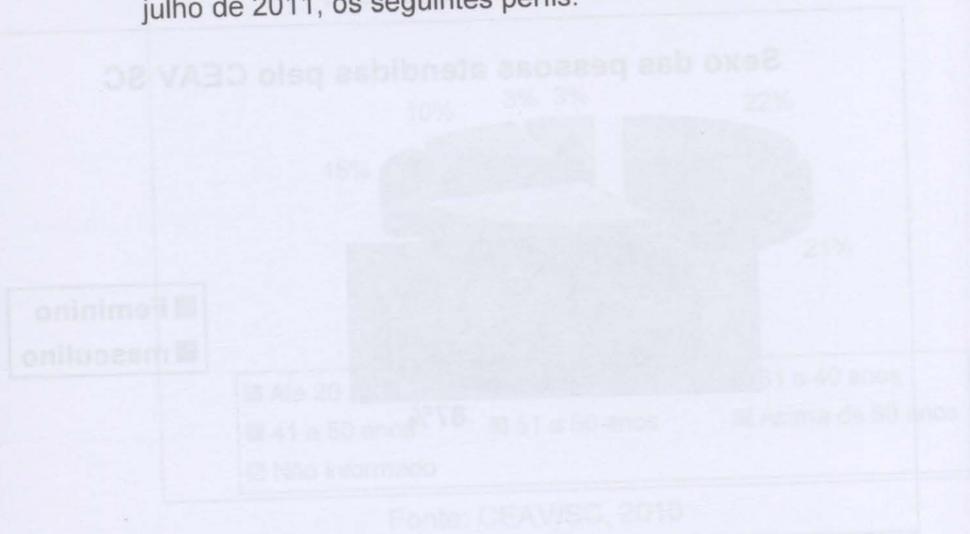
Figura 7 – Sexo das Pessoas Atendidas pelo CEAV SC



Fonte: CEAV/SC, 2010

De acordo com os dados apontados nos relatórios do programa, os homens em geral são minoria nos atendimentos do Programa (CCEA, 2009; CCEA, 2010). A somatória de 13% de atendimentos em 2010, direcionados ao público masculino já é um avanço se considerarmos que anos anteriores os atendimentos eram quase que exclusivos de violência contra as mulheres (SILVA, 2008). Alguns estudos demonstram que os homens, em geral, padecem mais de condições severas e crônicas de saúde do que as mulheres, isto porque os homens não são educados para se cuidarem e sim para cuidar de outros. Vários autores associam esse fato à própria socialização dos homens, em que o cuidado não é visto como uma prática masculina (IBGE, 2010; Ministério da Saúde, 2011; SESA-PR, 2011).

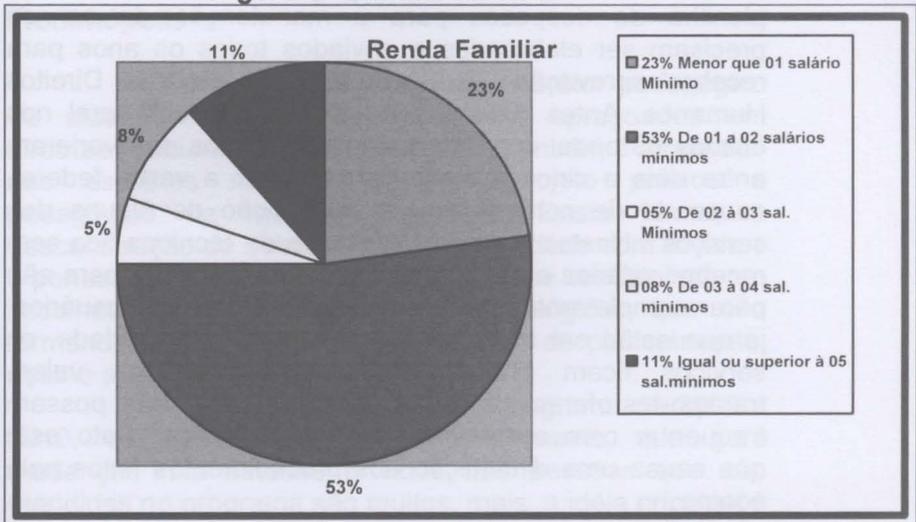
Figura 8 – Em relação à renda podemos apontar dentre os dados coletados nos cadastros de agostos de 2010 a julho de 2011, os seguintes perfis:



Fonte: CEAVISC, 2010

De acordo com os dados apontados nos relatórios do Programa (CCEA, 2008; CCEA, 2010). A amostra de 13% de atendimentos em 2010, direcionada ao público masculino, é um avanço se considerarmos que anos anteriores os atendimentos eram quase que exclusivos de violência contra as mulheres (GILVA, 2008). Alguns estudos demonstram que os homens, em geral, possuem mais de condições severas e técnicas de saúde do que as mulheres, isto porque os homens não são educados para se cuidar e sim para cuidar de outros. Vários autores associam esse fato à própria socialização dos homens, em que o cuidado não é visto como uma prática masculina (IBGE, 2010; Ministério da Saúde, 2011; SEBA-PR, 2011).

Figura 8 – Renda Familiar



Fonte: CEAV/SC, 2011

Podemos perceber que grande parte dos usuários do programa apresenta uma renda familiar de menos de dois salários mínimos. Isto posto, ressaltamos que embora o programa não esteja dentro de uma política de Assistência Social, acaba abarcando o público alvo desta política, que são as pessoas de baixa renda.

Em síntese é possível observar que o público usuário do CEAV é constituído em maioria por mulheres, de baixa renda e adultas. Esta predominância da faixa etária que corresponde entre os 21 anos aos 40 anos, responsável pela maior incidência de procura pelo serviço (47%), segundo Silva (2005) pode acontecer em virtude da oferta de outros serviços específicos que atendem crianças, jovens, adolescentes e idosos nas cidades atendidas pelo CEAV.

O público pode ser atendido de segunda à sexta das 13h00min às 19h00min horas, durante todo ano, com

exceção do recesso de alguns dias no final do ano. Por sobreviver à custa de dinheiro federal, o projeto escrito e a planilha de despesas para a manutenção do serviço precisam ser elaborados e enviados todos os anos para receber aprovação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Antes da liberação do recurso em geral nos últimos 05 anos, o programa ficou períodos que variaram entre dois a cinco meses, sem receber a verba federal, causando de certa forma, a interrupção de alguns dos serviços². Nestes períodos, a equipe de técnicos fica sem receber salários e trabalha em sistema de rodízio para não parar completamente os serviços prestados aos usuários, já que estão em atendimento. Diante dessa realidade, os serviços ficam prejudicados, pois faltam os vales-transportes oferecidos aos usuários para que eles possam frequentar com assiduidade os atendimentos. Fato este que causa uma diminuição dos procedimentos feitos pela equipe.

² Estas informações foram recebidas através de conversas com técnicos do Programa que trabalham neste a mais de 10 anos.

3.1.3. Caráter Pedagógico e atuação do CEAV Florianópolis

Podemos perceber que o caráter pedagógico da atuação do CEAV Florianópolis, apregoados em diretrizes nacionais ditadas pela SDH, também é amparado nas escolhas metodológicas do projeto político e pedagógico da Instituição gestora. Desta forma, a desconstrução de subalternidades, o cuidado com a vida e o pensar e agir a partir das margens foi-se constituindo em escolhas políticas, teóricas e metodológicas que vão formando os fios que tecem os critérios de planejamento, ação e avaliação.

Segundo Relatório do programa de 2009 a 2010, os desafios para um atendimento que gere mudanças nas atitudes e vidas das pessoas que são atendidas no programa são muitos, mais, a idéia principal é a partir de um processo pedagógico, construir em conjunto com as pessoas atendidas caminhos e processos que gerem possibilidades.

Por meio de intervenções jurídicas, sociais e terapêuticas, o CEAV busca contribuir na superação ou redução dos danos causados pela violência e na prevenção. Apóia e orienta aqueles que querem contribuir como testemunhas para a promoção da Justiça e busca dar visibilidade às vítimas de violência, inclusive aquelas indiretamente afetadas, como é o caso dos familiares de vítimas de homicídio (CCEA, 2010, p.04).

Analisando alguns estudos de caso do programa podemos verificar que dentro de suas intervenções, as

ações propostas pelos técnicos vão se desenhando a fim de esquadrihar em conjunto com os usuários novas possibilidades. Alguns ³atravessamentos aparecem como inerente as suas intervenções, dentre estes destacamos: O conhecimento do outro; o contexto onde ocorreu a violência; a reação da vítima em relação à violência vivenciada; dispositivos sociais, culturais e subjetivos de justificação da violência, e por último, o acesso a justiça.

O primeiro atravessamento diz respeito a conhecer o outro, ou seja, conhecer "a pessoa" que naquele momento procura o CEAV. Neste sentido sabemos que este é um trilhar muito subjetivo, depende da percepção do profissional e da particularidade de cada indivíduo. Cada ser é um ser dotado de emoções, razões, sensibilidades, saberes e jeitos de ser e de pensar o mundo. Muitas vezes estas pessoas quando chegam ao programa estão em verdadeiros frangalhos. Seus sonhos e perspectivas de vida estão totalmente podados. Desta forma, conhecer e de certa forma se colocar no lugar deste outro, é também compreender a dor deste outro.

O segundo atravessamento remete ao profissional tentar compreender o contexto de como, onde e de que forma aconteceu (ou, em alguns casos acontece) a violência. Segundo ⁴relatos de alguns estudos de caso a idéia não é realizar um interrogatório "policial", mais, sim compreender as percepções da vítima em relação à violência vivenciada. Neste momento é importante o profissional se despir de julgamentos, estereótipos e de suas crenças para desta forma poder fazer uma intervenção mais efetiva.

³ O significado de atravessamento, segundo o dicionário Aurélio, vem do verbo atravessar, que significa: transpor; abrir caminho por, entre; passar entre; entender-se. Assim, optou-se em utilizar este termo para remetermos as questões que atravessam o trabalho desenvolvido pelo programa.

⁴ Anotações de alguns relatos orais referentes a estudos de casos que autora participou.

Sobre o terceiro atravessamento, podemos analisar que diz respeito ao comportamento da pessoa em relação à violência, ou seja, como ela interpretou ou interpretar os dados relativos à vivência ou efeito traumático resultante da violência. Neste sentido é importante o profissional buscar identificar as dimensões sociais, econômicas, culturais, emotivo-afetivas, e ainda, a capacidade de resistência, resiliência e as suas ⁵fortalezas.

O quarto atravessamento faz menção a alguns dispositivos culturais e subjetivos de justificação da violência. Neste podemos elencar alguns mais presentes nos relatos apresentados em estudos de casos, como o patriarcalismo, o individualismo, cristalização do estado de vítima e a questão da violência como forma de linguagem.

E por último, gostaríamos de apontar a questão do acesso à justiça. Este é um fator muito presente nos relatos apresentados nos estudos de casos acompanhados. As pessoas em geral apresentam esta demanda como inerente ao seu processo de elaboração do evento criminal vivenciado. Não obstante, sabe-se que a questão do significado de justiça é muito subjetivo. Assim, frisamos que quando nos referimos a justiça não necessariamente esta é vinculada a justiça legislativa.

Essas particularidades instigam a equipe a criar e manejar dispositivos que possam auxiliar na elaboração do fato traumático e, que, ao mesmo tempo, possam ir ao encontro dos objetivos do programa. Desconstruir o espiral da violência implica não só trabalhar as questões subjetivas, igualmente é importante trabalhar as questões de autodefesa, as relações comunitárias, sociais e jurídicas. Ainda, se faz necessário trabalhar as matizes que

⁵ Fortaleza é a palavra que freqüentemente utilizada em alguns estudos de casos que a autora participou. Diz respeito aos pontos fortes que a pessoa apresenta que podem servir como apoio. Exemplo: família, trabalho, comunidade, ideologia, religião, entre outros.

justificam socialmente a violência. Desta forma, os trabalhos desenvolvidos pela equipe do CEAV vêm construindo alguns dispositivos para viabilizar, de forma mais efetiva, as suas ações. Dentre estes podemos elencar: o atendimento interdisciplinar, o acolhimento, o trabalho em rede, grupos com usuários, acesso as informações e mecanismos de justiça (Relatório, 2009).

O trabalho interdisciplinar realizado é significativo, com reuniões ordinárias e extraordinárias das quais participam a Equipe Técnica, estagiários e Coordenação. Nestas reuniões são realizados estudos dos casos atendidos pelo CEAV, bem como a discussão e debates sobre assuntos relacionados à criminalidade e à violência. Os profissionais que representam suas áreas distintas comunicam-se um com os outros, confrontam e discutem as suas perspectivas, estabelecem entre si uma interação com a participação de todas as áreas do saber envolvidas (CEAV, 2010).

Os critérios adotados pelas equipes técnica para o trabalho interdisciplinar são:

O diálogo, o espaço coletivo, a troca de conhecimentos, o atendimento em conjunto, o respeito ao parecer do outro, o bom relacionamento pessoal, vinculação, reciprocidade, interação, comunidade de sentido ou complementaridade entre várias disciplinas. Almeja-se não parte apenas do saber constituído e próprio de cada área, mas também da subjetivação, da disponibilidade para desconstruir estes saberes, do histórico e vivência pessoal de cada membro da equipe; compreendem diversos olhares e concepções disciplinares, morais, éticas e filosóficas. (CCEA, 2010, p.11).

O acolhimento é um dos instrumentos utilizados pela equipe. Podemos perceber que embora seja descrito em alguns documentos do Programa⁶ como inerente a equipe técnica, é compactuado por todos os profissionais. Quando as pessoas chegam até o CEAV são recebidos habitualmente pela recepcionista que encaminha para os técnicos do programa. Em geral, este primeiro atendimento é inerente ao setor do serviço social, que se compromete a chamar os outros técnicos, sempre quando possível. A idéia é realizar um atendimento em conjunto para que as pessoas sejam ouvidas por todos os profissionais não tendo que repetir várias vezes às questões inerentes à violência sofrida (CCEA, 2009; CCEA, 2010).

“A acolhida é uma forma de viver fundamentada na boa convivência, na receptividade, no respeito e na valorização de todos. Ao acolher, descobrimos diferentes formas de interagir e de aprender com o outro, de fazer com que todos se sintam pertencentes a um grupo que se respeita e aprende junto” (REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE, 2010, p.14). Este primeiro contato com o Programa é fundamental para os atendimentos posteriores, pois, é neste primeiro momento que a pessoa toma sua decisão de continuar vindo nos atendimentos ou não Programa.

Podemos perceber que neste momento é realizada uma escuta qualificada, que exige que o profissional tenha uma postura sensível. Observar, dialogar e refletir sobre as histórias trazidas requer muita disponibilidade para aprender com o outro e compreender como o outro pensa e sente. Desta forma, essa atitude pede do profissional um olhar livre de preconceitos, com

⁶ Analisamos as Diretrizes gerais para funcionamento dos CEAVs e os relatórios de 2009 e 2010 do Programa.

respeito incondicional ao usuário e as suas especificidades.

Outro ponto que está intrinsecamente ligado a acolhida é o espaço. “Para desenvolver uma proposta educativa que tenha como princípio a pedagogia da acolhida, é necessário que os espaços sejam intencionalmente preparados para promover encontros” (REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE, 2010, p.15). No caso do CEAV Florianópolis, o espaço direcionado para os atendimentos, segundo alguns ⁷relatos da equipe técnica e coordenação, ainda não são adequados a um espaço acolhedor. Segundo as falas escutadas, faltam recursos financeiros para que o mesmo se torne um ambiente melhor. Durante a realização da pesquisa foi possível observar que os profissionais buscam deixar o ambiente mais confortável, adornando com objetos decorativos, bem como, com brinquedos para crianças.

Em suas ações, o CEAV opta em trabalhar em rede. Daí a importância de integrar fóruns e redes sociais, promovendo a divulgação e o debate acerca dos direitos das vítimas, em especial, e dos Direitos Humanos.

A atuação do CEAV prima pelo caráter pedagógico, possibilitando a aprendizagem dos profissionais da Rede de Serviços e das lideranças populares em direitos humanos, trocando saberes e valores, com vistas ao empoderamento de pessoas e grupos para o enfrentamento de violências e discriminações (SEDH, 2009, p. 02)

⁷ Anotações de alguns relatos orais referentes a reuniões de coordenação e equipe técnica, que a autora participou.

O trabalho em rede é um ponto que aparece como prioridades do trabalho desenvolvido. Este é de suma importância para que haja um atendimento a demandas que não podem ser atendidas dentro do programa. O cuidado se dá por todos os lados buscando olhar o sujeito de forma integral. Neste aspecto, os procedimentos devem referendar algumas ações como apoio à família; capacitação profissional; encaminhamento para áreas de saúde, cultura, lazer, educação, etc. Para isto, podem ser acionadas várias instituições governamentais e não governamentais com atuação nessas áreas específicas, formando uma rede de parcerias que possam atender estas demandas. A questão de políticas públicas, portanto, tornam-se primordiais para atender o sujeito em sua completude (PEREIRA, 2008).

A atuação do CEAV de Florianópolis também se utiliza de trabalhos em grupos. Segundo ZIMERMAN e OSORIO, 1997:

O ser humano é gregário por natureza e somente existe, ou subsiste, em função de seus inter-relacionamentos grupais. Sempre desde o nascimento, o indivíduo participa de diferentes grupos, numa constante dialética entre a busca de sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social (ZIMERMAN e OSORIO, 1997, p.26).

Nessa perspectiva de análise o grupo de mulheres vítimas de violência que é realizado dentro do Programa, constitui-se em primazia em um espaço que oportuniza a participação e convívio social com finalidades e objetivos bem definidos, sendo que a organização destes é que discorre sobre o progresso do coletivo e consequentemente de cada um dos indivíduos que são participantes do grupo. O grupo é um forte

instrumento de intervenção que atua como modificador de relações sociais, sendo capaz de fazer com que indivíduos satisfaçam suas necessidades e sintam-se fortalecidos a ponto de, em conjunto, tomarem decisões e realizarem projetos (SANTOS, 2004).

Durante a pesquisa de campo, participamos de algumas reuniões de grupos de mulheres atendidas pelo CEAV. Em uma destas, foi possível perceber como se emocionam e se identificam com os relatos e experiências vivenciadas por outras mulheres na mesma situação. Os depoimentos são muito parecidos, pois denotam os sofrimentos e traumas que decorrem das violências, independentemente de quais foram vivenciadas. Falar sobre as situações as fez reviver as lembranças passadas. Em alguns casos podemos observar que algumas destas usuárias conseguiram mudar sua vida, aprendendo a se gostar, sendo que outras ainda estão no processo de autoconhecimento para sair do papel de vítima.

Quanto acesso às informações e mecanismos de justiça, podemos perceber pelos relatos dos profissionais em estudos de casos, que estes aparecem muito nas reivindicações das pessoas vítimas de um crime. Sabe-se que segundo o direito as vítimas são objeto direto dos atos contra elas praticados, apresentando sofrimento físico, psicológico e material. Quando estas pessoas ou seus familiares possuem recursos financeiros, contratam bons advogados. Entretanto, as pessoas que procuram o CEAV, como já mencionado anteriormente, em geral são pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, o que dificulta o acesso à justiça.

Não obstante, sendo carentes, a assistência a elas dirigidas faz parte do aparato do estado, muitas vezes, não dotado, de recursos que possibilite atender as suas demandas, como cita Teruna, 2003, em Seminário proferido sobre Impasses no atendimento a Vítimas:

[...] os instrumentos de defesa das vítimas, geralmente são defensorias públicas mal equipadas e desprestigiadas o que conduzem a serviços de baixa qualidade [...] Quanto ao exercício de seus direitos, ao não se punir, não se exigir o cumprimento da pena, e ao não se estabelecerem penas reparadoras, de nada valia o direito. As vítimas não assistidas somam-se as arcaicas normas processuais que poderiam estabelecer procedimentos mais ágeis de defesa do interesse das vítimas, assim como impedir que houvesse o chicana processual, aquele retardamento de prestação jurisdicional vinda através de recursos e interposições disso e daquilo. Não há de se falar em atenção as vítimas, nesses casos, porque, queiramos ou não, as vítimas de atos violentos, querem ver punição do culpado, querem ver o autor cumprindo sua pena, mas as leis processuais dificultam isso (SEDH; SEDESE; SOS RACISMO; NAVCV, 2004, p.94)

Além das ações acima apresentadas, o CEAV Florianópolis atua na perspectiva de formar lideranças multiplicadoras. Este trabalho é voltado para lideranças comunitárias, agentes comunitários de saúde, líderes de associação de bairros, comunidade acadêmica e ONGs (e seus usuários) que trabalham nas periferias. Nestas atividades é realizada a divulgação das ações do CEAV e da rede de atendimento, bem como são abordados assuntos e temáticas dos direitos humanos, violências, cultura da paz, entre outros de interesse dos grupos. Ainda, é responsável por trabalhos de capacitação

da rede que atua na prevenção e atendimento as vítimas de violência (CCEA, 2011).

3.1.4 Articulação da rede de serviços e políticas públicas.

Pela complexidade das demandas que chegam até o CEAV é necessário articular uma rede de serviços especializados. Na grande Florianópolis atualmente existe uma organização de serviços no atendimento a vítimas de crime que incluem: defensorias públicas; hospitais; delegacias; juizados especiais; conselhos estaduais dos direitos das mulheres, das crianças, dos idosos, de segurança pública; Secretarias de Assistência Social, de Saúde, de Segurança Pública, nas esferas municipais⁸ e estadual (CCEA, 2010).

Dentre os projetos governamentais que fazem parte da rede que o CEAV compõe, destaca-se o Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do Município de Florianópolis. Este faz parte das ações apregoadas pelo Ministério da Saúde, recomendadas pela Norma Técnica intitulada "Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e adolescentes". O referido projeto é coordenado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretaria Municipal da Saúde e da Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. Dentro da região metropolitana de Florianópolis este projeto detalhou a rede e fluxograma de atendimento às vítimas de violência sexual, corroborando para efetivação e acesso aos direitos por parte destas (PMF, 2010).

Além da presença de Organismos governamentais o CEAV conta com uma rede de projetos

⁸ Ressaltamos que, segundo técnicos do Programa, esta parceria não está totalmente formada com todos municípios que compõem a abrangência do CEAV Florianópolis, ficando mais restrita aos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça e Governador Celso Ramos.

internos e algumas instituições não governamentais, que contribuem para o atendimento das demandas trazidas pelos usuários do Programa.

A rede de Projetos internos faz menção aos Projetos desenvolvidos pela instituição gestora do Programa. Segundo o Projeto Político Pedagógico da instituição, ao se dispor à articulação de sujeitos coletivos, o CCEA expressa sua escolha por um trabalho que se organiza e se desenvolve em redes e a partir de redes. Nesta perspectiva, tem desenvolvido ações nas áreas de formação, proteção e inserção, quais sejam:

- Na área de formação humana, cidadã, qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho, fomentam-se ações através de projetos como o AROEIRA – Consórcio Social da Juventude, Programa Jovem Aprendiz, Rito de Passagem, Incubadora Popular de Empreendimentos Solidários. Estes projetos têm como público alvo jovens das comunidades empobrecidas da grande Florianópolis.

- Na perspectiva de proteção articula Projetos como “Procurando Caminho”, que é um projeto voltado para desarticulação de gangues e proteção dos jovens egressos destas; Casa de Semiliberdade “Frutos do Aroeira”, que é uma casa onde jovens cumprem medida sócio educativa; Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Britto, que atende crianças de 6 a 18 anos e os Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes (CEAV), que além da unidade de Florianópolis, também esta presente, como já mencionado nesta, em Joinville e Lages (CCEA, 2010).

Entre ONGs que fazem parte da rede do CEAV destaca-se conforme seu ecomapa (CCEA, 2010) as seguintes parcerias:

- ASSIM - Associação Instituto Movimento: ONG que tem como objetivo realizar atendimento psicológico gratuito com crianças, adolescentes, adultos, casais e famílias sem condições financeiras para pagar um tratamento psicológico. A parceria com o CEAV se dá no sentido de

disponibilizar uma continuidade nos atendimentos iniciados pelo Programa.

- Casa da Mulher Catarina: Grupo feminista que tem como objetivo promover ações de defesa pela igualdade de gênero e contra a discriminação. Desenvolvem estudos, reflexões e práticas sobre Direitos Humanos, feminismo e discriminação. A parceria com o CEAV se faz através de práticas educativas voltadas para a capacitação da rede que atua na prevenção e atendimento as vítimas de violência.

A atuação do CEAV busca subsidiar o desenvolvimento ou até o redirecionamento das políticas públicas destinadas á garantia dos direitos das vítimas. A sistematização de informações e sua divulgação, na e com a rede de parcerias possibilita o mapeamento de áreas que carecem políticas públicas (SDH, 2010). Neste sentido busca, segundo o seu Projeto, realizar junto a órgãos públicos, ONGs e as comunidades em geral uma articulação que fomente a efetivação de uma política pública que vá além de assistencialismos e clientelismos e que promova transformação social (CCEA, 2010).

O CEAV desde sua criação tem tido papel de relevância para a população pelo trabalho diferenciado. É o único serviço com as características de prestação de atendimento social, psicológico e jurídico gratuito às vítimas de crime de todas as idades. O significado social, político e pedagógico conforme já citado, é evidenciado e se configura como prioridades do trabalho desenvolvido. Nesse sentido, aparece como uma ferramenta de intervenção social e de construção de cidadania. "Muitas das Vítimas quando chegam a estes Centros estão com suas vidas totalmente devastadas em virtude das violações sofridas" (SANTOS, 2010, p.18). Precisando assim, de apoio para reescreverem suas histórias e se perceberem enquanto detentoras de direito e cidadania.

4 HISTÓRIAS DE VIDAS REGADAS DE VIDAS EM HISTÓRIAS.

A realização da pesquisa para fins desta dissertação orientou também a sistematização deste quarto capítulo. A proposta destas narrativas que aqui serão apresentadas tem como objetivo evidenciar os significados subjetivos do atendimento a vítimas de crime. Para melhor entendermos o atendimento do Programa CEAV ilustraremos a história de vida de duas de suas usuárias. Rosa e Canela-de-ema são os nomes fictícios escolhidos para preservar os nomes das mulheres que participaram da pesquisa

Contar histórias de vidas de pessoas que experienciaram violências em seus corpos e em suas almas e transformá-las em narrativas textuais, com certeza é um desafio imenso pra qualquer pesquisador. Ao ouvirmos o outro e ao nos depararmos com suas narrativas tão pesadas de sofrimento, de dor e de angustias, é necessário refletir sobre a impossibilidade de compreender a totalidade dos elementos que nos trazem. Por mais que tentamos entender e sentir a dor do outro, esta sempre será alheia a nós próprios.

Desta forma, neste momento da pesquisa além de ouvir os sujeitos usuários do programa optamos em ouvir os técnicos que atendem estes usuários para que pudéssemos preencher algumas lacunas de compreensão acerca do olhar de cada uma das disciplinas (serviço social, psicologia e direito) sobre os contextos de cada narrativa. Todo material de pesquisa foi coletado de acordo com a Resolução CNS 196/96 e suas complementares, observando o caráter sigiloso e contando com a autorização escrita dos pesquisados e do responsável pela instituição.

Ao selecionarmos os sujeitos para a pesquisa, elegemos dois casos que mais nos instigaram e aguçaram

nossas inquietações. Isto foi realizado a partir da leitura dos cadastros de ⁹cinco pessoas acompanhadas pelos técnicos do programa. Dos cinco usuários (dois homens e três mulheres) selecionamos duas mulheres vítimas de diversas violências.

O primeiro contato com as possíveis entrevistadas se deu através da psicóloga do programa, que achou melhor conversar com as mulheres e perguntar como se sentiriam em contar para outra pessoa as suas histórias de vida. O cuidado aconteceu para que não houvesse invasões que de alguma forma pudesse ampliar os traumas adormecidos e dificultar o atendimento no programa. Posteriormente foi marcado o primeiro encontro com a pesquisadora, neste foi possível assinalar os objetivos da pesquisa, apresentar a metodologia e realizar o convite formal para a participação da mesma. Felizmente as duas generosamente se colocaram a disposição e apontaram que ficariam gratas pela oportunidade de contar as suas histórias.

As entrevistas aconteceram no próprio local onde funciona o programa e foram gravadas com o consentimento das duas entrevistadas para posterior análise. Utilizamos como ferramenta para coleta de dados um roteiro balizador, mas que não foi seguido à risca ou de forma fechada e limitadora. Desta forma, inicialmente solicitamos que as pesquisadas nos contassem as suas história de vida e o que lhe trouxe ao CEAV. Propositamente foram deixadas as questões bem abertas para que as mulheres pudessem contar suas histórias a partir do que gostariam de relatar. No segundo momento perguntamos se o Programa contribuiu ou não para

⁹ As cinco pessoas foram apontadas pelos técnicos do Programa por já estarem a mais de dois anos sendo acompanhadas pelo mesmo. Ou seja, já estão prestes a completar o seu tempo estipulado, conforme diretrizes dos CEAV, de permanência no mesmo.

mudança de comportamentos e/ou para a superação dos traumas em relação aos problemas relacionados com as violências vivenciadas.

Para contar o vivido de cada pessoa entrevistada, utilizamos aspectos da história oral, pareceres dos técnicos e fontes documentais existentes no Programa. Como nos ensina Delgado (2003), a história oral gesta uma metodologia alargada e produtora de saberes nascidos das narrativas, edifica novos saberes, amplia probabilidades de abrangência e enriquece os diálogos entre o pesquisador e o ambiente pesquisado.

A história de vida pode ser considerada instrumento privilegiado para análise e interpretação, já que incorpora experiências subjetivas combinadas a contextos sociais. De acordo com Paulilo (2011) a história de vida em geral é extraída de uma ou mais entrevistas denominadas entrevistas prolongadas, nas quais a influência mútua entre pesquisador e pesquisado acontece de forma contínua.

Minayo (1994) diz que a pesquisa nesta área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária ou por qualquer outro motivo, possui um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidários e comprometidos. Nesse sentido, ao se pesquisar fenômenos sociais, o envolvimento se dá com um campo que é histórico-cultural e ainda afetivo.

Isto posto, reforçamos como nos aponta Paulilo (2011), que o envolvimento afetivo com o objeto de estudo não constitui defeito ou deficiência dos métodos utilizados. Sendo o pesquisador parte da pesquisa, cabe-lhe o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de transcendê-lo. "A realidade, familiar ou inusitada, será sempre filtrada por um determinado ponto de vista do observador, o que não invalida seu rigor científico, mas remete à necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa" (PAULILO, 2011, pg. 02).

Para tanto, uma consciência acometida de significados que compõe uma determinada sociedade em determinado tempo e espaço é constituída por grupos sociais que são mutáveis. Então, tudo que compõe a dinâmica social, as instituições, as leis, as visões de mundo, são contextos provisórios e transitam em contínuo dinamismo. Tudo o que existe no âmbito social e cultural pode ser transformado (MINAYO, 1994). Colhendo essa compreensão, o resultado da presente pesquisa que vêm finalizando-se neste último tópico busca apresentar uma dimensão social e afetiva. Contudo, não tem a pretensão de esgotar todos os desdobramentos estabelecidos no decorrer da escrita. Como nos ensina Minayo (1994), não é possível esgotar o conteúdo daquilo que se pesquisa.

Quando falamos em histórias de vida, é importante salientarmos que o relato colhido é uma produção de si, que o sujeito organiza sobre si e a sua maneira de olhar e compreender os fatos que fizeram parte de sua história. Ao contar sua vida, o sujeito fala de seu contexto e do processo por ele experimentado, subjetivamente inerente à conjuntura social onde ele se encontra. Ao trabalharmos com o subjetivo vivenciado e contado pelos sujeitos, temos acesso à cultura, ao meio social, aos valores que ele elegeu e, ainda, as suas ideologias.

4. 1 A HISTÓRIA DE UMA ROSA...

“Aquilo que chamamos rosa, com outro nome seria igualmente doce”.

Shakespeare

A história da nossa entrevistada aqui intitulada de “Rosa¹⁰” poderia ser a história de qualquer criança e poderia acontecer em qualquer família. Uma menina doce, meiga, tímida, de família humilde e religiosa, que se deparou desde muito cedo com muitas violências. Dentre estas, um tipo específico lhe feriu e provocou cicatrizes imensas que resolveu esconder por grande parte da sua vida: a vivência de violência sexual acometida por adultos em quem confiava.

Em um primeiro contato com a entrevistada, o que nos chamou atenção foi a sua primeira frase, quando perguntamos sobre sua história de vida, ela nos disse: *“tem coisas que gostaria de revelar ao mundo e outras que não poderia dizer.”* Com esta frase ela iniciou uma conversa que aos poucos foi se tornando uma história de luta e superação.

Rosa vem de uma família humilde de agricultores de uma cidade pequena e do interior de Santa Catarina. Cresceu na roça onde desde muito cedo aprendeu a trabalhar e ter muitas responsabilidades. Com quatro anos, já cuidava de seus irmãos e ajudava com as tarefas domésticas. Rosa era a filha mais velha e por isto sempre foi muito cobrada pelos pais, principalmente pela mãe. A sua família vivia em um cenário de violência. Seu pai, alcoólatra, muitas vezes batia com veemência em sua

¹⁰ Para fins desta pesquisa, na história de Rosa, optamos em não divulgar alguns dados como idade, naturalidade e profissão para preservarmos a identidade da entrevistada.

mãe e nos filhos. Rosa, sendo mulher e a mais velha, acabava sendo companheira no sofrimento de sua mãe, que sempre sofria calada e não reclamava de nada. Este comportamento deixava os filhos irritados. Rosa não falava nada. Assim como a sua mãe, preferia se trancar e sofrer calada.

Rosa imaginava sua vida como a de *um bichinho do mato*. Sempre calada, ajudava a mãe a cuidar de seus irmãos. Estudava. Na escola era sempre muito tímida. Ainda adolescente, com 14 anos, veio para capital em busca de uma nova vida. Veio trabalhar na casa de uma família, para cuidar do filho do casal.

A mãe de Rosa não gostou da idéia e ficou extremamente abatida. Já seu pai a incentivou, deixando, entretanto, que Rosa tomasse a decisão final. Rosa decidiu por sair de casa, pois, segundo ela: *“era uma porta para ter liberdade e escapar de todo aquele mundo e do ciclo de violência que a gente vivia em casa”*.

Rosa ficou um ano fora. Mas voltou para casa. Não se sentia feliz onde estava. Sentia saudades e muita preocupação pela mãe. Ao voltar para sua terra natal, Rosa conheceu um jovem e começou a namorar. Parecia que sua vida dava indícios de que ela poderia ser feliz. Poderia, enfim, ser uma linda e alegre “Rosa”.

Aos dezesseis anos se casou. Cedo demais. No fundo, ela queria, mesmo, *“fugir daquela vida de violência que seus pais vivenciavam”*.

Com 17 anos, teve seu primeiro filho. Nunca parou de estudar. De certa forma, o estudo era sua *“válvula de escape”*. E lhe dava a sensação de ser “uma pessoa normal”. Todavia, aos 20 anos, após o terceiro filho, começou a ficar deprimida e ter crises suicidas. *“Tentei me matar de várias formas. Queria fugir da minha vida”*.

Aos 21 anos, se separou do seu companheiro após uma traição por parte dele. Rosa não tinha mais animo para continuar vivendo. Começou a desenvolver

uma compulsão por substâncias nocivas¹¹ à vida. Sempre que se deparava com algum tipo de contrariedade, tinha vontade de ingerir drogas.

Rosa, separada e com três filhos, continuou e fez faculdade. Achava que seus problemas iriam passar. Procurou fazer terapias e tratamento psiquiátricos, mas não conseguia ir adiante com nenhum. Rosa contava com o apoio da mãe que, já separada do seu pai há 10 anos, veio morar perto de sua casa e sempre ajudava a cuidar de seus filhos.

Com o passar de alguns anos, Rosa ainda não conseguia se livrar de fortes crises de depressão que a cada dificuldade da vida, lhe aparecia e lhe levava a novamente a tentar suicídio. Até que em meio a um período de crise que a afastou até mesmo do trabalho que tanto amava, ouviu falar sobre um Seminário promovido pelo CEAV e decidiu participar. Segundo Rosa, seu encontro com o programa se deu neste evento. Rosa ouviu sobre a importância de se ter um atendimento específico para vítimas de violência e pensou que este poderia ser uma alternativa para o seu problema.

Rosa foi abusada sexualmente quando tinha 4 anos de idade por um jovem de 16 anos, filho do patrão do seu pai. Na época não entendeu muita coisa, mais, as cenas nunca saíram de sua memória. Quando ficou mais velha começou a entender o que aconteceu. Foi abusada por diversas vezes, sendo que a prática somente parou quando seu pai saiu da fazenda onde trabalhava. Não sabe ao certo quantos anos tinha, lembra apenas que era uma criança pequena.

Rosa seguiu sua vida sendo uma criança que se sentia diferente das outras. Seus pais nunca se preocuparam, pois, *“estavam tão envolvidos com os seus*

¹¹ Substâncias nocivas como venenos, produtos de limpeza, tintas, acetonas, entre outros.

problemas que nunca desconfiaram de nada, ou pelo menos, nunca demonstraram nada". Rosa nunca mencionou o ocorrido a ninguém. Tinha medo, pois o seu agressor a havia ameaçado. Quando a violentava, ele dizia que, se ela contasse para alguém, ele mataria sua mãe e o seu pai.

A pequena Rosa, que sempre brincava de forma a compreender o mundo que lhe cercava, se viu obrigada a tentar entender calada uma prática patológica e aniquiladora das temporalidades da infância, a violência sexual (Veronese, 1998). A Rosa que outrora desabrochava com vida e energia se viu a perder pétalas e se recolheu sob a proteção de um mundo que era somente seu. Rosa foi vítima de violência física e psicológica perpetuada durante algum tempo, que não lembra ao certo, por parte de alguém que confiava. Percebe-se que sua vulnerabilidade natural de criança em relação ao seu agressor foi fator preponderante para o seu silenciamento.

Aos catorze anos de idade, quando estava prestes a desabrochar como mulher, ao ir passear na casa da avó, mais uma vez se viu sendo alvo de abuso sexual e desta vez vindo de pessoas que faziam parte de sua família, um tio e dois primos. Rosa conta que:

começou quando, por conta da pobreza, quando íamos para a casa da minha avó, a família toda dormia no mesmo cômodo. Começou como se fosse uma brincadeira que cada vez foi ficando mais sério... o tio acompanhado por meus primos passavam a mão no meu corpo e com isto se excitavam, mais, uma vez fui ameaçada e decidi não contar nada pra ninguém. Isto aconteceu algumas vezes.

Rosa decidiu não contar para a família porque acreditava que a família já tinha muitos problemas por conta da violência vivenciada das agressões do seu pai. Rosa lembra claramente o que aconteceu, por muito tempo tentou apagar as cenas de sua memória mais, hoje consegue perceber que reproduz esta situação em várias outras de seu cotidiano:

Por muito tempo eu sofri calada e me tranquei para o mundo, não consigo confiar nas pessoas... Fiquei muito feliz quando soube do Programa, pois percebi que para o meu problema não poderia ser qualquer atendimento, pois, também envolvia violência. Uma violência que tinha que ser colocada para fora.

É possível perceber que nas duas situações acima a violência sexual foi seguida por coerção e silenciamento da vítima. Nesta narrativa de Rosa aparece a modalidade de escolha que têm os sujeitos em determinadas circunstâncias. Ainda criança se viu obrigada a encarar uma experiência traumática. Ela optou em se silenciar frente a coerção de pessoas que deveriam protegê-la. Rosa cresceu inserida em um contexto sócio-familiar que a negligenciou, seja por omissão ou desconhecimento. A família não conseguiu dar conta de cumprir com sua função de proteger e cuidar de Rosa enquanto um ser em desenvolvimento.

Como aponta Junckes (2010):

A qualidade dos vínculos estabelecidos entre os membros de uma família contribui significativamente para que uma criança e/ou adolescente possa desenvolver com equilíbrio a sua

formação e suas experiências sociais. O Estatuto da Criança e do Adolescente remete aos adultos, sem exceção, a responsabilidade de cuidar e proteger esses sujeitos em sua fase peculiar de desenvolvimento. Esta conduta adquire uma importância basilar para reafirmar que esta temporalidade da vida humana é especial, caracterizada por processos biológicos, psicoafetivos, cognitivos e sociais que contribuem significativamente na socialização e no modo como vão atuar no mundo em que habitam (JUNCKES,2010,p.112)

A coisificação sentida pelas violências denota que Rosa, ainda menina precisou criar estratégia para enfrentar as violências vividas. Ao seu tempo decidiu se silenciar e se distanciar das pessoas. Junckes (2010) aponta que em muitos casos de violência sexual a vergonha de que deveria ser portador daquele que a agrediu volta-se contra a mulher e a silencia, tornando-a parte da rede que sustenta a dominação. Rosa viveu na pele e em suas entranhas, as consequências brutais de uma cultura patriarcal, machista e sexista, para a qual é cômodo que o pertencimento do corpo feminino seja constituído a outrem.

Ainda hoje Rosa é uma adulta tímida e por vezes calada, mas, hoje se vê em outra fase de sua vida: A de reconstrução de suas relações e a de "cura" das suas mazelas e feridas que por muito tempo ficaram escondidas dentro do mais profundo vazio de sua alma. Através de seu contato com o CEAV pôde permitir a expressão dos sentimentos mais secretos, como tristeza, raiva e medo. Isto lhe possibilitou o encontro consigo mesma e com a busca de suas próprias soluções para a resolução de seus conflitos.

Atualmente Rosa toma diversas medicações, pois, desenvolveu vários sintomas relativos ao transtorno bipolar. Hoje é atendida pela equipe do CEAV em parceria com um hospital psiquiátrico. Segundo os técnicos vêm apresentando uma melhora significativa. Como citou em entrevista: *“Depois que consegui externalizar os episódios de estupro e violência sexual no CEAV me liberei de um peso”*. Todavia, esta não foi uma tarefa fácil mesmo já estando no Programa no começo não relatava o motivo real de sua solicitação de atendimento. Ela relata que aos poucos foi se soltando e só fez isto porque se sentiu muito bem acolhida pelos profissionais. Segundo Rosa: *“Um pouco da minha doença e da depressão é por conta disto, eu me tranco muito[...]”*

Rosa tem o apoio de sua família, principalmente de sua mãe, que apesar de não saber dos abusos que Rosa sofreu a acompanha em várias sessões. Rosa nunca contou a ninguém sobre as violências sofridas e nem tão pouco fez um boletim de ocorrência (B.O).

Rosa é uma mulher que apresenta uma postura muito educada, delicada e é muito inteligente. O relato do caso nos chamou atenção, por trazer várias particularidades: Primeiramente, Rosa é uma pessoa culta e atualmente de classe média (diferentes da maioria do perfil delineado pelo programa), depois, optou em não registrar B.O, não relatou os fatos a sua família e aparentemente tinha uma vida normal até apresentar os primeiros sintomas de depressão, como ela relatou: *“Vivia uma vida normal, sempre gostei muito de estudar, cuidava da minha família e achava que tinha um casamento feliz”*. Por último, o que também nos chamou a atenção foi o fato de ser abusada em duas fases distintas de sua vida, na adolescência e na infância, por quatro pessoas diferentes.

Rosa não relata muito os detalhes e visivelmente prefere não descrever os episódios. Durante a primeira fala demonstrou inicialmente um nervosismo, mas, depois foi se soltando. Ao ser indagada, de como se sentia

em contar e se gostaria mesmo de seguir adiante, começou a chorar. Entretanto, deixou bem claro que gostaria de continuar e agradeceu pela paciência em ouvi-la. Ressaltou que isto era muito importante para ela. Argumentou que é tímida e embora já tenha aprendido a superar os seus traumas, ainda se emociona ao recordar que por anos não conseguia falar sobre estes. Sente-se orgulhosa em poder falar.

Quando chegou ao CEAV Rosa foi atendida primeiramente pela Assistente Social do programa. Esta encaminhou imediatamente para o setor psicológico e sugeriu a psicóloga que fizesse uma avaliação sobre a possível necessidade de atendimento psiquiátrico, já que Rosa comentou sobre sua depressão e sobre as tentativas de suicídio.

Pela leitura de algumas observações no cadastro de Rosa, podemos perceber que a psicóloga tentou entender primeiramente qual era o real motivo que a trazia ao programa. Rosa demorou algumas sessões antes de relatar o real motivo que a trouxe ao CEAV. A partir do momento que conseguiu falar sobre as violências sexuais Rosa pôde contar com um atendimento mas efetivo, segundo a psicóloga do programa. Embora tenha sido orientada sobre seus direitos e sobre os aspectos legais de um possível processo judicial, sua decisão sobre não contar para a família e não fazer B.O foi respeitada e a psicóloga deu início a uma terapia de apoio.

Rosa já foi atendida por todos os profissionais, que realizaram um atendimento em conjunto sempre quando necessário. Em geral ficou mais tempo com a psicóloga, mais durante algumas crises teve apoio e orientação com a advogada e também com a Assistente Social.

A história de Rosa nos aponta uma visão epistemológica ao trazer aportes sobre a importância da infância, da relação entre adultos e crianças para a organização da vida do ser adulto que nasce deste

encontro em convivência. Como coloca Boff (2011) cuidar é mais que um ato, é uma atitude que abrange ocupação, preocupação, atenção, zelo, responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. A importância do cuidado é fundamental, como conduta relacional que proporciona à criança a construção do autorespeito, da autoaceitação e da autoestima.

Ser e estar no mundo, é se deixar também, por ele ser transformado. Rosa é parte de uma trajetória que encontra similaridade na trajetória de tantas outras Rosas, mais, que reconhece as parcas oportunidades oferecidas pela vida de transformação. Com seu relato é possível compreender que decidiu trocar a mera conformidade para repousar por uma esperança de uma vida melhor. Sem fugas e sem medos, como ela afirma em uma de suas frases: *“Quando soube do CEAV, percebi que estava na hora de mudar, de parar de fugir, de tentar buscar uma vida mais feliz”*.

Partindo desta narrativa, podemos identificar a contribuição do CEAV para o enfrentamento das conseqüências subjetivas da violência sofrida por Rosa em sua vida. O espaço de intervenção profissional pôde contribuir no sentido de empoderá-la e fortalecê-la a buscar uma vida com mais qualidade. Através de seu atendimento Rosa esta tendo a possibilidade de resignificar valores como autoestima, família, resiliência, confiança, competência social, entre tantos outros.

4. 2 CANELA-DE-EMA: UMA FÊNIX DO CERRADO.

Para contar a narrativa de nossa entrevistada, adotamos o nome de uma flor do cerrado brasileiro que é conhecida como a fênix do Cerrado. A flor apresenta uma beleza encantadoramente exótica e uma força inabalável. Resiste ao ardor da falta de água do cerrado e após uma queimada ressurge das cinzas como uma pioneira da vida. Assim, como nossa entrevistada que mesmo sofrendo por anos diversas torturas e violências de todo tipo, sempre buscou se levantar e seguir com sua vida adiante.

Canela-de-ema é uma jovem dona de casa, de 25 anos, casada, natural de um ¹²município do interior do estado de Santa Catarina. Está em seu primeiro casamento e vive relativamente bem com seu atual companheiro. Chegou ao CEAV trazida por uma profissional que presta trabalho voluntário na comunidade onde vive atualmente. Ao citarmos esta profissional adotaremos o nome de Jardineira

Canela-de-ema até os oito anos de idade morava com sua avó materna e sua mãe. Conta que foi colocada para adoção na maternidade por sua mãe assim que nasceu, porém, quando a sua avó materna descobriu a pegou para "criar". Isto ocorreu em virtude que sua mãe ao casar-se e ao ficar grávida precisou de ajuda para cuidar da criança. Neste momento começou o seu "inferno":

"Eu cuidava da roupa, fazia comida, limpava a casa, cuidava do fogo e ajudava a criar os meus irmãos. Entre oito e nove anos meu padrasto começou a passar a mão em mim e

¹² Optamos em não revelar sua naturalidade por questão de sigilo.

me obrigava a fazer algumas coisas com ele. "Aos 10 anos ele me violentou, abusou de mim[...].

Canela-de-ema foi abusada quase diariamente pelo seu padrasto, além de sofrer outros tipos de violências: *"Eu sofria por surras, vários xingamentos e queimaduras, ele me amarrava e me queimava com o cigarro, com ferro quente ou com qualquer coisa que queimasse, às vezes me batia com martelo ou machados. Tenho cicatrizes por todo corpo.*

Aos 15 anos Canela-de-ema deu a luz ao seu primeiro filho, fruto do abuso sexual sofrido. Depois deste Canela-de-ema ainda, deu a luz a mais dois filhos de seu padrasto, um quando tinha 19 anos e outro quando tinha 22 anos.

A mãe tinha conhecimento dos abusos e das demais violências que acontecia. Observava tudo calada e quando Canela-de-ema reclamava a mãe se portava a favor do agressor. Frequentemente Canela de-ema ouvia sua mãe dizer que ela tinha que ceder, pois ele era homem. O seu agressor é extremamente violento e todos tinham muito medo dele. A avó materna sempre a apoiou, mais também por ser uma pessoa idosa e doente não tinha como enfrentá-lo, pois, em alguns episódios ele inclusive bateu nela.

Apesar de Canela-de-ema não ter conhecido o seu pai, ela teve contato com a avó paterna, que sempre que possível tentava ajudar, pois, via que Canela-de-ema era uma menina que tinha problemas:

"Quando pequena eu vivia fugindo de casa, as pessoas viam e não faziam nada. Eu vivia sendo recolhida pelo Conselho tutelar na rua, cada vez que eles me encontravam me levavam para a casa da minha avó, mais, ele descobria e ia lá me buscar. Eu passei

várias noites debaixo de viadutos, pontes, dormia em caixas de papelão. Eu fugia dele e da violência, tenho várias marcas no pescoço, nos braços, nas pernas, nas costas, tenho marcas de cigarro também, tudo ele que fazia, ele me dava socos e enquanto não via sangue não parava... Pra eu não fugir mais, ele dizia que quem eu mais amava ele iria matar".

Após ter os filhos Canela-de-ema refreou um pouco as suas fugas, pois temia pelos filhos. Algumas vezes tentou enfrentá-lo mais, sempre ele a violentava e por fim dizia que ia matar sua mãe e/ou seus filhos e que ela não poderia fazer nada. Os vizinhos viam tudo que acontecia, pois, moravam muito próximos, no entanto também tinham medo dele e por isto não faziam nada. Mas, ela não sofria calada e sempre tentava de alguma forma se defender.

Canela-de-ema nos relatou vários episódios de tortura, como demonstra o trecho a seguir:

Minha avó estava comigo na sua casa, eu tinha acabado de chegar, ai ele chegou bem raivoso e já foi batendo nela, ele a empurrou e ela teve sua costela quebrada. Ai eu fui embora com ele. Quando chegamos em casa ele esquentou um prego e enfiou no meu pé, doía muito, eu esperei ele ir conversar com a mãe dele que estava lá em casa, enquanto ele conversava, eu enrolei uma faixa no pé e fui andando pra rua, eu encontrei uma viatura da policia e pedi para eles

me levarem pra minha avó, ai eles levaram... "Como fui de viatura ele não foi mais atrás, pois, ficou com medo, pelo menos aquela noite".

Este fato ocorreu antes da vida adulta de Canela-de-ema. Sua infância foi marcada por graves violações. Na adulteração de sua infância teve que se fazer mulher e mãe, sem o seu consentimento e entendimento sobre o papel a ela destinado. Tratada como objeto de gozo do outro, sua vontade foi suprimida pela coerção de diversas violências.

Canela-de-ema procurou ajuda de várias formas, registrou vários B.Os e frequentemente levava as crianças escondida no Programa Sentinela e no Conselho Tutelar de sua cidade. Seu objetivo era averiguar se os filhos estavam sofrendo abusos sexuais. Nunca foi constatado nenhuma violência e o Conselho acompanhava os seus processos. Algumas vezes seu agressor foi preso, mais, por conta da morosidade do sistema penal logo era solto. É possível identificar traços de rebeldia nas ações de Canela-de-ema, porém: *"ela se via presa em um inferno de prisão que parecia ser um problema só seu"*.

Aos 22 anos Canela-de-ema se mudou junto com sua família para uma comunidade considerada de periferia de Florianópolis. Segundo ela, isto foi necessário devido aos processos judiciais que seu agressor estava passando: *"Ele tentou fugir, pois, a polícia já estava atrás dele"*. Na ocasião Canela-de-ema decidiu vim junto porque tinha preocupação com seus filhos. Embora relate que engravidou *"sem querer"*, sempre cuidou dos filhos devido ao medo de que estes também pudessem vir a sofrer abusos sexuais.

Canela-de-ema veio para nova cidade e só pensava em vingança: *"não conseguia mais nem chorar de tanta raiva, eu só pensava em me vingar"*. Ao chegar à comunidade nova Canela-de-ema fez amizades com a

vizinhança: “Sabia que tinha ladrões, traficantes e bandidos”. Conhecia os códigos da comunidade e sabia que não toleravam “estupradores”. Desta forma, em algumas ocasiões chegou até a pensar em contar para eles, pois, sabia que eles iriam matar seu padrasto caso narrasse o que acontecia.

Dentre os diversos pesadelos que vivenciava por vezes “sonhou” que estava matando o seu agressor, sentia uma vontade enorme de fazê-lo sofrer, mais, resolveu ir à delegacia e mais uma vez tentou fazer com que ele “pagasse” por todos os seus crimes:

“Eu estava me preparando para fugir, já tinha ido à Delegacia fazer B.O. Uma vizinha ia me ajudar a levar as malas para a rodoviária para eu poder voltar para ¹³Campo Largo e de lá eu ia para outro estado. Mais, no dia o filho dela que iria me levar demorou a chegar. Ai meu irmão que era meio “cacueta” saiu de casa e subiu o morro, eu sabia que ele iria contar para ele, ai eu fiquei em casa morrendo de medo e fui dormir. No outro dia quando amanheceu eu vi dois homens chamar lá em casa, eu sabia que eram policiais mais, não podia contar nada para ninguém. Eu disse para minha mãe que devia ser candidato. Ai eu disse que eles estavam chamando ele. Ele saiu na rua e olhou e eles o chamaram, ai ele chegou, levaram ele, algemaram. Eu não sabia o que fazer, eu não chorava, eu só ria, me acabava de

¹³ Campo Largo é um nome fictício da cidade onde nossa entrevistada morava anteriormente.

rir... minha mãe ficou doida, ai eu me arrependi mais de ficar em casa...."

Enquanto Canela-de-ema relatava este episódio demonstrava uma verdadeira euforia, ela ria e falava quase sem fôlego. Canela-de-ema fez questão que muitos de seus vizinhos soubessem. O que lhe proporcionou um prazer, pois, sabia que: "a qualquer momento algum dos bandidos do Morro poderiam lhe apagar". Não obstante, o seu agressor ficou pouco tempo na prisão, logo saiu. Voltou para a cidade onde morava anteriormente com sua esposa e filhos.

Atualmente mantém uma distancia física de Canela-de-ema. Até o momento não a ameaça fisicamente, só por recados que manda por sua família, dizendo que a quer morta. Canela-de-ema supõe que ele não aparece em sua comunidade devido a uma medida protetiva e também, ao fato de estar em uma comunidade onde pessoas a protegem. Dois dos seus filhos moram com a sua mãe.

Seu padrasto mora na região e está separado de sua mãe, todavia, frequentemente visita a casa de sua mãe, o que deixa Canela-de-ema preocupada. Como não foi constatada nenhuma agressão, os filhos estão sendo acompanhados pelo CEAV da região onde moram atualmente. A criança mais velha mora com Canela-de-ema e seu marido. O agressor de Canela-de-ema esta respondendo o processo em liberdade.

Além dos filhos com o padrasto (crianças que hoje têm dez, seis e três anos) Canela-de-ema tem uma criança de um ano com o seu atual companheiro:

"Eu não queria engravidar, eu já queria tirar no começo, pois cada vez que eu engravidava era aquele sofrimento, pois era do meu padrasto. Tomei veneno, kiboá...Depois quando ele nasceu , veio castigo, ele ficou

doente. Eu não queria ficar no Hospital pois, eu tinha trauma dos hospitais. Eu sempre ia quando ele me batia. Ai eu tentei me jogar na frente de uma camionete. Ai era a Jardineira, ela queria me matar, rs.. falou um monte...rs..."

Canela-de-ema veio para o CEAV encaminhada pelo Padre de sua comunidade e trazida por ¹⁴Jardineira. Quando chegou ao CEAV pela primeira vez, não tinha conhecimento do que se tratava:

Jardineira me falou que iria me levar em um lugar bem legal, onde iria me sentir melhor. Estava reclamando para ela que meu padrasto ainda estava solto e vinha me mandando recados que iria me matar. Então falei para ela que não queria mais ir a projeto nenhum e que não precisava de ajuda. Jardineira disse para mim não se preocupar. Quando cheguei ao CEAV eu li na porta Centro de Atendimento a Vitimas e já fiquei encabulada, já fiquei emburrada. Fui atendida mais, já pensando que nunca mais voltaria...falei algumas coisas...Ai, acabei voltando, ai fui ficando, ficando, rs..."

¹⁴ Nome fictício usado para proteger o anonimato. Jardineira é uma Assistente Social que atua na comunidade de Canela-de-ema.

Segundo técnicos do Programa, quando Canela-de-ema chegou até o CEAV ela parecia muito assustada, não olhava nos olhos de ninguém e mal falava com as pessoas. Ela foi atendida em todos os setores e demandou um forte trabalho em equipe, pois, tinha demandas em todas as áreas. Foi necessário trabalhar em conjunto também com o CEAV e o Conselho Tutelar que atende a região onde moram sua mãe com seus filhos. Atualmente o agressor não mora com sua mãe por conta do movimento do Conselho Tutelar da região. Este ameaçou tirar as crianças caso ele volte a morar com as mesmas, mais, infelizmente segundo Canela-de-ema ele vive rondando a casa. Sua mãe também tem medo, pois, não quer perder a guarda dos netos que estão com ela.

Canela-de-ema relatou que tem muita preocupação com as crianças, sempre quando pode, os traz para sua casa. Ainda, relata que o seu sonho é trazê-los para morar com ela, mais, infelizmente não possui condições financeiras. Canela-de-ema não trabalha e seu marido recebe muito pouco para sustentar a família toda. Mais, mesmo assim ajuda como pode. Sempre que possível o marido a leva para ver seus filhos.

Canela-de-ema faz acompanhamento semanal com a equipe do CEAV Florianópolis, principalmente com a psicóloga, quem segundo ela a ajudou controlar o seu ódio inerente ao agressor. Atualmente possui problemas de relacionamento com seu marido, apresentando em alguns momentos episódios de ataques violentos em relação a este. Não obstante, também já apresentou traços de violência com outras pessoas. Mais vêm tentando mudar de postura e reconhece que é "*nervosa*" e precisa mudar.

Segundo relatos dos técnicos ela ainda tem muito para ser trabalhada, mais, já demonstrou avanços muito significativos. É uma grande lutadora e atuante dentro de sua comunidade, hoje, ajuda inclusive outras mulheres a procurar ajuda. Já trouxe várias mulheres para o CEAV, vítimas de violência sexual, intrafamiliar e vítimas

do tráfego de drogas. Dentro do espaço do CEAV visivelmente se sente em casa, fala com todos, sorri, faz poesia para as pessoas e sempre procura trazer alguém para conhecer o programa e as pessoas que trabalham neste ¹⁵.

Canela-de-ema relata que antes de vir até o programa passou por vários outros projetos aqui em Florianópolis, mais, o único que se sentiu bem de verdade foi no CEAV. Hoje apesar de tudo, diz que: *“se sente feliz”*. Segundo técnicos Canela-de-ema apresenta variações de humor. *“O programa ajudou bastante do jeito que entrei para como estou agora. Todos me trataram muito bem e sempre quando precisei me ajudaram, sou atendida por todos”*.

Atualmente sua família, que está em outra cidade, conta com o atendimento psicossocial e jurídico do CEAV da região. Como seu processo corre em outra comarca, o acompanhamento judicial é realizado em conjunto com os advogados de Florianópolis e do CEAV da região. Canela-de-ema já foi chamada a depor em algumas audiências, onde o CEAV da região a acompanhou. Não obstante, seu agressor ainda aguarda a decisão judicial em liberdade.

O relato acima carregado de tanta emoção e luta nos faz refletir sobre as diversas formas que o ser humano tem de expressar força e coerção sobre o outro. Olhar para o fenômeno das violências considerando sua diversidade de fatores e dimensões dão conta de apontar às mazelas que as violências podem trazer para vida de quem as sofre. Canela-de-ema aprendeu desde cedo uma linguagem de comunicação baseada na violência e no medo. Deste mosaico permeado por um universo de dor, Canela-de-ema cresceu forte, cuidou de sua prole como

¹⁵ Relatos orais colhidos pela pesquisadora em participação de estudos de caso do Programa.

uma mãe zelosa e conseguiu sair de uma situação específica de violência.

Contudo, o ciclo da violência ainda se perpetua em sua vida pois, ainda apresenta respostas violentas relativas aos seus problemas. Se coloca como: *"nervosa e sem muita paciência com as pessoas"*. Mais, fala também, que depois de seu atendimento no CEAV esta bem mais tranqüila. É uma pessoa muito *"aberta"* com pessoas que confia. Não tem problemas em relatar as violências sofridas e de mostrar suas marcas (cicatrizes) aos profissionais que lhe atendem e as pessoas de sua comunidade.

Seu atendimento no CEAV vem gradativamente a auxiliando para encontrar certo equilíbrio de suas emoções. De acordo com relatórios técnicos do programa, já vêm demonstrando avanços significativos. Apresenta uma resiliência significativa e consegue ter vínculos afetivos com seu atual companheiro e com pessoas de sua comunidade.

Segundo ASSIS (2006) a resiliência depende principalmente de três fatores: atributos pessoais, como alto estima e autonomia; família coesa onde haja pelo menos um adulto que passe segurança na fase infantil; e uma rede de apoio social que encoraje a vítima de crime a superar e enfrentar as circunstâncias da vida. Assim, pode-se perceber que no caso de Canela-de-ema ela apresenta uma forte ligação entre a comunidade que a acolheu e também em sua infância teve um adulto que a protegia: Sua avó. Estas características já presentes em Canela-de-ema foram trabalhadas e fortalecidas através do seu atendimento no CEAV, o que lhe trouxe uma melhora de autoestima e confiança para lidar com seus problemas dentro de uma cultura de paz e não violência.

4.3 Tecendo alguns fios

Rosa e Canela-de-ema, cada uma com sua história de vida, vivências e formas de enfrentamento das dores e cicatrizes deixadas pela violência experimentada, vão traçando as suas vidas de forma a reconstruí-las. Suas histórias apresentadas acima contam um pouco sobre suas singularidades e experiências, onde a violência se faz protagonista. Estas se ligam a várias outras histórias e aqui tecem um fio condutor em comum: o atendimento no CEAV.

Rosa e Canela-de-ema relataram que foram abusadas sexualmente quando crianças, um problema social que vêm tomando proporções importantes e preocupando toda a sociedade. Veronese (2006) coloca que a violência sexual precisa ganhar o entendimento de um ato que se circunscreve entre uma pluralidade de condutas, a primeira vista insignificantes. Estas transitam desde o manuseio de partes do corpo, até as práticas sexuais mais acentuadas, impostas à criança ou ao adolescente sem o seu consentimento, incluindo, ou não, a penetração coital. Ao se referir ao abuso sexual, à autora conceitua que:

Este implica o envolvimento de uma criança imatura em seu desenvolvimento, em atividades sexuais que ela não compreende verdadeiramente, para as quais não está apta a dar o seu consentimento informado, ou que violam os tabus sociais e familiares (VERONESE, 2006, pg. 111).

A elaboração do fato e as formas de enfrentamento das nossas duas entrevistadas foram diferentes. Canela-de-ema segundo sua história, nunca ficou calada e lutou e ainda luta para que o seu agressor

seja punido. Já Rosa, preferiu esconder e lidar com seus traumas sem a família ter conhecimento do ocorrido. Assim, também, optou em não penalizar criminalmente os seus agressores. Pelos seus depoimentos constatamos que as duas têm dificuldades de relacionamento com outras pessoas.

O momento em que ocorre a violência à integridade da pessoa, contra seu corpo, deve ser entendido em sua globalidade, pois, esta violação se processa e atinge a estrutura psíquica mais profunda do ser humano. A ação violenta destrói no violentado a capacidade de confiar no outro, por isso acaba por impedir uma saudável e harmônica convivência social. (VERONESE, 1998, pg.15)

Os relatos acima assinalam algumas especificidades. Rosa, só conseguiu procurar ajuda e enfrentar seus problemas relativos à violência sofrida depois de muito tempo do ocorrido. É extremamente introvertida. Fato este que dificultou a coleta de dados da pesquisadora e também, dos próprios técnicos do programa. Sua reação se deu de forma lenta e de certo modo sem a presença marcante de dispositivos externos, já que preferiu guardar para si toda dor e sofrimento. Entendemos que o seu olhar foi afetado pelas lentes culturais, sociais, mais, principalmente, foi afetado por sua forma de ser e compreender o mundo de forma subjetiva.

Outro ponto relativo ao atendimento de Rosa é que os técnicos não puderam trabalhar com as questões judiciais, já que nunca houve um processo legal. O acesso a justiça formal não aconteceu. Rosa acabou sendo atendida mais especificamente no setor de psicologia, já que não demandou um acompanhamento judicial e

assistencial. O atendimento psicológico trabalhou e ainda trabalha em conjunto com a psiquiatria de um hospital público. Esta parceria é importante, pois, segundo o parecer psicológico em ficha cadastral de Rosa, ela necessita de medicação de uso permanente.

Já Canela-de-ema, sempre procurou ajuda. Ela relata que pedia ajuda a familiares, a vizinhos e ao Estado (polícia, conselho tutelar, entre outros órgãos). Infelizmente esta ajuda demorou algum tempo, mais, ela nunca desistiu de continuar tentando. Claramente apesar de sua resistência inicial ao programa, quando sentiu confiança e pode relatar todo seu drama, também pode contar com o acompanhamento nas áreas: psicológica, jurídica e de Assistência Social. Canela-de-ema ainda se sente injustiçada, pois, relata que gostaria de ver o seu agressor "sofrer".

O trabalho realizado em conjunto com CEAV de outra região, segundo Canela-de-ema, também foi importante, pois, ela relatou que se sentiu mais segura durante as suas audiências pelo acompanhamento desta equipe e por saber que "eles estavam de olho em sua família". Apesar da distancia Canela-de-ema sempre tenta se fazer presente nas relações familiares da família que esta em outra cidade. Existem muitos conflitos, mais, segundo ela, seus filhos estão bem e hoje diz que tem *autonomia* de sua vida.

A elaboração crítica das relações entre sujeitos diferentes pressupõe assumir a conflitividade deste processo, requer criar condições para compreendê-la e para atuar em contextos complexos, justamente para se conseguir elaborar formas emancipatórias de relação social que favoreçam a superação dos processos de sujeição e exploração que têm marcado nossa história (Fleuri, 1998, p. 47).

Acreditamos que há à necessidade de análise de cada caso de forma diferenciada. As ações devem ser efetuadas de uma forma articulada com um olhar “com” e “sobre” os sujeitos, que confirmam importância às suas falas e modos culturais de ser e estar no mundo. Este olhar deve ser despido de conceitos prévios embutidos pela formalidade e burocracia dos procedimentos e de formação técnica. Deve buscar principalmente, formas de empoderamento e emancipação destes sujeitos.

Nestes casos atendidos pelo programa foi possível observar a importância do trabalho em rede e da orientação sobre os direitos. Infelizmente nem sempre a rede funciona com a agilidade e com efetividade. No caso do trabalho em rede na área de saúde demandada pelo caso de Rosa, o serviço foi rápido e efetivo. Mais se sabe que nem sempre funciona desta forma. Segundo ¹⁶técnicos do CEAV em alguns casos atendidos pelo programa, esta agilidade decaiu muito em relação ao caso de Rosa, o que dificulta muito o trabalho.

Em relação ao trabalho em rede , principalmente as questões relativas a justiça formal, esta realidade é ainda pior. Podemos observar no caso de Canela-de-ema que o processo é moroso e frágil. Muitas vítimas já fragilizadas pelo delito em si, ainda tem que conviver com as conseqüências amargas de outro crime, desta vez resultante do inadequado funcionamento do sistema processual e da irregular atuação da máquina policial ou judiciária. Além da questão da morosidade da lei, Pereira (2008) coloca que na quase totalidade das vezes, a vítima, muitas vezes desacompanhada de advogado, é tratada como se fosse “a acusada”, durante

¹⁶ Relatos orais colhidos pela pesquisadora em participação de estudos de caso do Programa.

os depoimentos, o que lhes causa um enorme sofrimento moral.

Uma vítima de estupro atendida pelo centro de apoio às vítimas de crime de Alagoas (CEAV) já relatou que ficou por oito horas sentada no banco do Instituto Médico Legal, depois de ter sido violentada na chuva, num terreno baldio. Ela disse ainda que seguindo as orientações dos médicos-legistas ficou durante todo esse período sem tomar banho para resguardar a prova e o resultado do exame de corpo de delito e não era tratada pelo nome, mas todos no local a chamavam de "a moça que foi estuprada" (PEREIRA, 2008, p. 30).

Em relato de Canela-de-ema também foi possível constatar tratamento semelhante. Segundo ela, por diversas vezes foi em delegacias na cidade onde morava e também em Florianópolis. Dependendo dos policiais era um tipo de tratamento, geralmente tinha que implorar para que a ajudassem. Ficava horas esperando atendimento. Ainda, algumas vezes prendiam o seu agressor e logo em seguida o soltavam, deixando ele ainda mais furioso com ela. Canela-de-ema somente conseguiu um pouco mais de credibilidade quando conseguiu por meio de exame de DNA os resultados positivos da paternidade de seus filhos por parte do padrasto.

Cervini (1995) chama esse fenômeno de "sobrevitimação do processo penal" ou "vitimização secundária" que quer dizer o dano adicional que causa a própria mecânica da justiça penal em seu funcionamento, que muitas vezes causa danos mais efetivos à vítima do

que o prejuízo derivado do crime praticado anteriormente. A sobrevitimização é, neste sentido, o desrespeito às garantias e aos direitos fundamentais das vítimas de crimes no processo penal. Atualmente, tem se atribuído um grande relevo à preocupação sobre isso e a cobrança por uma ação mais efetiva do Estado (PEREIRA, 2008, p. 30)

Podemos entender que esta sobrevitimização pode trazer uma sensação de desamparo e frustração para a vítima de um crime que pode ser tão grave quanto à vitimização primária. Quando conversamos com Rosa ela, relatou que além da dificuldade dela em falar sobre o ocorrido não se via entrando em uma delegacia. O que ouvimos em alguns relatos dos técnicos do programa é que há muita reclamação por parte das vítimas sobre o tratamento direcionado a elas principalmente pelos policiais que não fazem parte das delegacias especializadas em atendimento a mulheres, idosos, crianças e adolescentes.

As vítimas se vêm sendo objetos diretos dos atos contra elas praticados, na medida em que sofrem as conseqüências físicas, psicológicas e materiais. Seus familiares e afins também são atingidos, indiretamente, do ponto de vista psicológico e/ou financeiro. Nos casos pesquisados podemos perceber que toda a família foi atingida. Rosa desenvolveu doenças mentais que foram acentuadas e provocaram até mesmo o afastamento no trabalho. O que acarretou um problema financeiro para sua família que é sustentada pelo seu trabalho. Também, relatou problemas em se relacionar com pessoas em geral, principalmente com familiares e com companheiros afetivos.

Canela-de-ema também relatou que tem muitas dificuldades com o marido e com a criação de seu

filho com ele. Pelos relatos dos técnicos percebemos que ela tende a responder e interpretar a linguagem com os outros de forma violenta. Até mesmo já foi alvo de investigação por parte do conselho tutelar por denúncias de possíveis agressões ao filho. Nada foi constatado mais, segundo ela algumas vizinhas lhe chamaram atenção por ela ser muito “grossa” com os seus filhos.

Em ambos dos casos estudados a violência era fator constante no seio familiar. Nos dois casos, além do abuso sexual sofrido, viviam em um ambiente onde as brigas e agressões eram constantes. A forma de comunicação que aprenderam foi a da violência. Rosa não assimilou esta linguagem de forma semelhante, mais, de forma inversa, prefere ficar calada e tem problemas por isto. Já Canela-de-ema mostra claramente, como ela mesmo cita, *“raiva e ódio misturadas de sentimentos de amor e explode por qualquer coisa...”*.

Veronese (2006) coloca que:

A família, berço natural da pessoa humana, sempre foi o lugar ideal para a formação e educação dos filhos, além de ser o primeiro agente socializador dos mesmos. A formação da criança, seu crescimento físico, moral, e psíquico, depende dos ambientes criados pelos adultos até que adquira sua própria consciência e maturidade (VERONESE, 2006, p.81).

A infância e adolescência são fases em que o ser está em desenvolvimento, assim, é o momento que menos alterações drásticas deveriam ocorrer e onde os vínculos afetivos com laços de carinho, atenção e amor devem prevalecer. Quando isto não ocorre há uma grande probabilidade deste indivíduo ter uma vida adulta permeada de relações emocionais instáveis. Desta forma, o trabalho desenvolvido pelos técnicos do CEAV nestes

casos, tem que se voltar para uma desconstrução simbólica do espiral e dos dispositivos que envolvem e justificam a violência.

Nestes casos em específicos, podemos observar pelas falas, a presença de relações moldadas no patriarcalismo, no machismo e em uma cultura de violência. Tanto Rosa quanto Canela-de-ema, relatam em suas narrativas traços justificatórios de dominação masculina. Rosa, por medo, submissão e respeito às questões morais da família, nunca relatou o ocorrido. Em seu relato pudemos perceber em diversos momentos medo e vergonha: "*Já pensou se contasse aos meus pais? A família toda iria saber... éramos de uma família religiosa, sem falar que eles me ameaçaram, eles eram homens...*". Canela-de-ema também relata que sua mãe frequentemente dizia que *seu* padrasto tinha direitos por ser "homem".

Segundo Center (2001), o patriarcalismo e machismo estão profundamente enraizados na estrutura social e no modo de vida dos brasileiros de todas as classes. A expectativa geral é que as mulheres apoiem a "reputação" da família, com suas atitudes sociais tradicionais, e mantenham os "problemas familiares" dentro do próprio lar (CENTER, 2001, p. 26).

Além de toda violência sexual sofrida pelas entrevistadas ainda, a partir de suas histórias podemos identificar outros tipos de violência, como a física, psicológica e a negligência. As cicatrizes e demandas ocorridas em virtude de tantas violências denotam a necessidade de um cuidado constante. O contato com as interfaces das violências reclama intervenções voltadas

para a necessidade de um conhecimento alargado com a complexidade dos acontecimentos.

Podemos verificar através da leitura dos registros e documentos pesquisados, algumas ações do Programa neste sentido. A equipe técnica do CEAV, através do seu atendimento e estudo sobre estes casos, buscou um olhar para o fenômeno das violências considerando a diversidade de fatores e um olhar para além do imediatamente apresentado. Prioritariamente buscaram o conhecimento do outro para partir deste, começar suas intervenções.

Em um primeiro momento Rosa não falou porque estava solicitando "ajuda" do programa, mais, mesmo não relatando a violência vivenciada os técnicos decidiram continuar lhe atendendo. Canela-de-ema também não relatou toda a história no primeiro atendimento. No caso dela, os técnicos já sabiam através do encaminhamento de JARDINEIRA que ela tinha sofrido abuso sexual, mais aos poucos foram colhendo as informações oriundas da versão dela sobre os fatos.

De acordo com Santana (2001), em Seminário proferido em CEAV de Minas Gerais, conhecendo os dados que uma história traz é possível trabalhar a subjetividade deste material, por mais cruel que ele se apresente é possível direcionar um atendimento que contribua para que este sujeito possa construir uma saída e retomar sua vida e suas relações sociais. Ainda, não é possível se ter um modelo único de atendimento. É necessário uma atuação e metodologia diferenciada em cada caso, que não seja pautada numa ação assistencialista e imediatista (SEMINÁRIO "CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA: UMA SAÍDA A VIOLÊNCIA, 2001).

É necessário segundo, as diretrizes do programa entender o contexto onde a violência ocorreu; as formas de enfrentamento da vítima em relação à violência experimentada; dispositivos sociais, culturais e subjetivos

de justificação da violência, e por último o senso de justiça que a vítima busca ou idealiza (SEDH, 2009).

A promoção e acesso a justiça, que faz parte dos objetivos do programa, pode ser identificada nas ações e metodologia voltadas para facilitar o acesso dos sujeitos aos mecanismos de justiça. Para tanto o programa busca orientar os sujeitos sobre o processo legal e esclarecer os usuários sobre seus direitos e os meios de efetivá-los. Canela-de-ema coloca que depois que o programa começou acompanhar o seu processo houve uma melhora em seu atendimento e uma aceleração do processo. Ainda, se diz *"mais confiante por saber que não estará sozinha nas audiências"*. Desta forma, o acompanhamento do processo e do próprio sujeito em audiências, neste caso, facilitou um empoderamento deste.

No entanto, nem sempre o conceito de justiça esta ligado ao conceito do direito formal, em alguns casos como o de Rosa, foi possível identificar que ela não espera punição por parte do nosso sistema judiciário. Durante a entrevista comentou que esperaria a *"justiça de Deus, pois, não acreditava na justiça dos homens"*. Canela-de-ema também citou outro sistema de justiça, o da periferia. Canela-de-ema narrou que muitas vezes teve vontade de contar no "Morro" o que seu padrasto fazia, pois, sabia que eles acabariam o matando.

Desconstruir o espiral de violência e a formas de conjugação e dominação existentes em um contexto violento, requer conhecer e intervir em uma cultura que nem sempre nos é conhecida. Desta forma, é importante a compreensão sobre todo universo simbólico que permeia as relações entre os sujeitos. É necessário criar uma visão antropológica e empática.

A violência que abarca a nossa sociedade traz para os indivíduos que a vivenciam graves conseqüências. Seus malefícios afetam o ser humano como um todo desvendando para toda sociedade uma verdadeira epidemia. Trabalhar os traumas, das vítimas e seus

familiares, é possível e se torna primordial. Entretanto, é necessário ainda trabalhar em uma perspectiva de prevenção da violência que possa intervir e quebrar o ciclo da violência.

A presente pesquisa demonstra que a intervenção profissional desenvolvida pelo CEAV é significativa para amparar e auxiliar as vitimas de crimes na construção de alternativas de empoderamento e enfrentamento dos diversos males acarretados pelas violências. Nos depoimentos de Rosa e Canela-de-ema podemos perceber que já estão em processo de mudanças calcadas na quebra do ciclo da violência. Não

obstante, a assistência prestada a vitima, por si só não é suficiente para definir o projeto de enfrentamento da violência. Para tanto, é preciso um trabalho conjunto entre diversos setores da sociedade que promovam alternativas de construção de uma cultura de paz e de efetivação de direitos.

O trabalho desenvolvido pelo CEAV Florianópolis conta com uma rede de atendimento que se integra com algumas políticas públicas. Esta rede vem buscando maior legitimidade e fortalecimento para a construção de uma política pública na área de atendimento a vitimas de crimes. No entanto, ainda há muito a construir. É necessário conferir a assistência a vitimas uma dimensão de direto para além de mero mecanismo legal. Atualmente, os Centros espalhados por todo país conta com a "boa vontade política" dos governos, constituindo-se desta forma, em políticas de governo.

Ressalta-se ainda, a necessidade de uma rede de atendimento que possa intervir em diversas áreas e dar continuidade ao atendimento realizado pelo CEAV. Para efetivação dos direitos por parte das vitimas de crimes, é preciso investimento nas áreas de Segurança Pública, Educação, Cultura e Esporte, Assistência Social, e, na área da Saúde. Encontramos em nosso estudo criticas aos setores de saúde, que não conseguem abranger a

demanda relativa à saúde mental. Muitos dos casos de violências demandam atendimento nesta área. Sem mencionar, que é de suma importância que se trabalhe com questões relativas à prevenção da violência em todas as esferas.

Considerando algumas impressões também nos torna significativo lembrarmos o que cita Rocha (2010):

A melhor relação que se pode fazer entre violência e poder é que onde o poder diminui há um convite para o aumento da violência, assim o declínio dos serviços públicos como escolas, coleta de lixo, hospitais, problemas com tráfego, com água, com poluição, incitam a manifestações violentas (ROCHA, 2010, p. 71).

Resta, portanto, colocarmos que o combate a violência e as ações voltadas para amenizar suas mazelas envolvem a construção de políticas públicas em várias esferas, pautadas na valorização da vida como um todo. Podemos apontar ainda, que a educação assume um papel fundamental, pois, é motor propulsor da capacidade de indignação e enfrentamento da violência com a não violência.

PARA DEIXAR ALGUMAS SEMENTES...

*“A grande vocação e a maior aventura humana
residem no aprender a saber,
no partilhar o saber e no transformar
vidas pessoais e mundos sociais por meio de
um saber retornado ação,
e uma ação coletiva vivida como projeto
de transformação” (Assunção, 2009, p. 10)*

Olhar para trás ao fim de um processo é sempre enriquecedor, pois, é através do desafio de concluir uma experiência, resgatando o que ela nos proporcionou de aprendizados, que conseguimos (re) significar visões e compreensões acerca do vivenciado. Confiamos que embora não possamos concluir todos os aprendizados que circulam e movimentam os anversos que permeiam as violências, podemos deixar sementes para partilhar saberes construídos.

Finalizamos um projeto iniciado em 2009, acalentando ainda mais questões que podem ser pesquisadas no futuro. As respostas obtidas em nossas indagações nos proporcionaram compreender uma parte do universo que compõe questões que brotam de inúmeros impasses e de situações limites em nossa sociedade. A violência não pode mais ser banalizada, tampouco podemos ficar somente no imediatismo de “apagar incêndios”.

O estudo de caso do programa CEAV nos permitiu conhecer uma das estratégias do Estado para amenizar sequelas da violência. Esta é uma alternativa que se configura como uma possível política pública, que pode ser efetiva para amenizar os possíveis danos de uma sociedade violenta. No entanto, podemos perceber que esta estratégia ainda possui entraves que impossibilitam uma ação mais eficaz.

As contribuições efetivas do CEAV para o apoio a pessoas vítimas de violência incluem como complemento ao acolhimento, o atendimento social, psicológico e jurídico, em uma perspectiva interdisciplinar, procurando entrelaçar os saberes e as práticas das diferentes especificidades. Dentro da intervenção profissional podemos perceber que sua ação é bastante significativa e viabiliza o acesso dos usuários às políticas de prevenção a violência, ao tratamento das consequências e agravos originados da violência sofrida, a orientação jurídica necessária aos direitos relativos ao crime sofrido, a encaminhamento quanto à obtenção dos benefícios viabilizados nas políticas sociais públicas e ainda, à intersecção dos usuários com a percepção dos seus comportamentos e valores, o que efetivamente modifica seu modo de viver e pensar (ALVES,2010).

Como mencionado neste trabalho, os limites institucionais e políticos encontrados, no entanto, prejudicam uma efetividade maior do Programa que frequentemente fica a mercê de uma política de governo e de burocracias inflamadas de morosidade. As pessoas vitimadas, seus familiares e dependentes, necessitam de um trabalho contínuo que possam contar sempre quando necessário. Infelizmente, o trabalho do CEAV por vezes, se encontrou em recesso por conta de falta de recursos financeiros. Somado a este fato ainda encontramos alguns entraves institucionais relativos à limitação de tempo no período de atendimento (média de seis meses), da falta de um serviço que atenda os agressores e de políticas públicas efetivas nas áreas que permeiam as demais questões do universo das violências. Esta forma de política que vem sendo implantada dificulta que seja alcançado um patamar de garantias de direitos e acesso a serviços que lhes são necessários.

As perspectivas a serem desenvolvidas por centros como este é que possam trabalhar com mais autonomia e de forma mais integral. Estes têm que ser um

espaço que provoque um impulso. A partir do atendimento individual das vítimas de crimes possa canalizar uma mobilização para a construção de políticas públicas maiores. Isto é, ser uma mola propulsora para uma construção coletiva. O sujeito do processo pedagógico libertador só pode ser o próprio grupo (FLEURI, 2001, p. 18).

Como nos aponta Pannunzio (2001) em Seminário proferido sobre os CEAVs, os centros não podem atender os episódios de violência como se fosse meramente um fato isolado. Mas ter um papel proativo, promovendo o resgate das pessoas que buscam seus serviços a um objetivo maior e, a partir daí, construir uma pauta de ações positivas para o enfrentamento e reversão deste cenário (PANNUNZIO, 2001).

Voltar os nossos olhares para o lugar onde se encontram os sujeitos desta pesquisa que sofrem com as dores, compartilhadas com tantos outros anônimos que são violentados diariamente, é também, identificar que não conseguimos ainda, enquanto sociedade "curar" todos os nossos enfermos. A experiência desta dissertação nos reafirma a importância de se criar políticas públicas e de fomentar trabalhos em redes que possam garantir a integralidade dos Direitos Humanos.

Este trabalho deve ser pautado na busca continua de articulação de diversos setores. Saúde, educação, segurança pública e Assistência Social, não podem ser colocadas ao segundo plano. É necessário que a sociedade como um todo possa reivindicar melhores condições de qualidade de vida para toda a população. Principalmente para os mais excluídos. Podemos apontar através desta pesquisa que os trabalhos desenvolvidos por estes Centros, procuram efetivar direitos que outrora foram negados para estes usuários. A falência do poder do Estado pela falência da capacidade de agir em comitância é um "convite a violência"(ARENDDT, 1994, p. 63).

É notório que os programas sociais em nosso país são destinados a garantir o amparo e proteção social a um público certo: os mais pobres, ou seja, aqueles que se encontram em condição de vulnerabilidade social, não dispondo de recursos necessários a uma vida digna. Estes programas, em geral, são voltados a amenizar as questões sociais em nosso país. Sabe-se que as políticas públicas implementadas no Brasil já nasceram com caráter assistencialista e excludente. No caso dos Programas de Atendimento a Vitimas, ainda, há a dificuldade de transformação destes em políticas públicas, que tenham algum impacto sobre a violência (PEREIRA, 2008).

Não queremos com a afirmação acima, retirar o mérito destes programas, pois, sabemos que para a vida de muitas pessoas, como no caso das nossas entrevistadas, ele tem sua eficácia. No entanto, o que queremos considerar neste, é que o impacto tem que ser muito maior e de forma contínua. Atualmente estes Programas ainda são pensados de forma excludente e clientelista, não conseguindo vislumbrar e atender de forma integral todas as demandas ocasionadas pelas violências. Podemos perceber que os objetivos destes centros são articulados em uma perspectiva de vitimização, sem que haja referência à violência como relacional. Apenas as vítimas são atendidas, excluindo, por exemplo, o (a) autor (a) da violência. (RAMOS, 2010).

Cabe destacar que embora a atual estrutura dos serviços de atendimento a vitimas esteja ancorada em diretrizes propostas no segmento dos Direitos Humanos, que pregoam um trabalho em rede, este depende de outras áreas para ser efetivo. Acredita-se, dessa forma, que o suporte psicossocial e jurídico tem que acontecer também nas demais esferas. A posição formal que os Direitos humanos conquistaram é bastante significativa. Entretanto, o seu desenvolvimento depende da consolidação de práticas educativas e da presença de políticas públicas.

Entendemos que é preciso intervir na racionalidade das pessoas, no sentido de desmistificar crenças e mitos relacionados com a violência. Sugere-se, nessa direção, que o tema violência seja trabalhado nos currículos das instituições de ensino e que continue sendo objeto de pesquisas. A idéia é aprofundar cada vez mais o conhecimento acerca das consoantes que constituem e perpetuam este fenômeno.

Igualmente, há a necessidade de uma ação preventiva, com discussões dentro e fora das escolas sobre valores de igualdade e respeito entre as pessoas, além de envolver a comunidade para estimular a denúncia do uso da violência. O CEAV de Florianópolis já vem, conforme mostrou o presente estudo, viabilizando ações neste sentido, através de Seminários, Palestras, Oficinas e divulgação de materiais úteis para educar e esclarecer a população sobre o assunto. Não obstante, segundo o observado neste estudo ainda sofre com a falta de recursos para estes.

A mídia também pode ser uma forte aliada que poderia ser mais bem aproveitada para a vinculação de debates, documentários, filmes, reportagens, enfim, para a fomentação de uma cultura de paz. Há, ainda, a necessidade de construção de casas-abrigos para as vítimas como um todo. Principalmente para os segmentos mais vulneráveis (crianças, idosos, mulheres, homossexuais, etc.). Igualmente a necessidade de elaboração de programas específicos para acolher e trabalhar os agressores.

Não obstante, podemos identificar vários caminhos que podem ser percorridos para se chegar à meta de criação de uma sociedade menos violenta. Além dos esforços contínuos dos profissionais que compõe os serviços em comento, é necessário vontade política e recursos financeiros. Para isto, é indispensável a presença e mobilização de toda a sociedade para a construção de políticas públicas. Estas se tornam indispensáveis para o

confronto e atendimento das diversas demandas ocasionadas pela violência, muitas vezes atreladas a graves violações de direitos proporcionadas pelo próprio Estado, seja diretamente ou indiretamente.

Como profissionais e pesquisadores somos sujeitos coletivos, constituídos culturalmente nos espaços de nossas formações. Nas universidades não ensinam a “arte da acolhida e do cuidado da vida como um todo”. O cuidado frequentemente é confundido com assistência (JUNCKES, 2009). Desta forma, é fundamental que possamos buscar alternativas para tornar nossas intervenções cada vez mais humanas.

Dentro do enunciado e resultados desta pesquisa, apontamos como um ponto forte do Programa a atuação crítica, reflexiva, mais, acima de tudo acolhedora por parte dos profissionais que incorporam o CEAV de Florianópolis. Durante as entrevistas este fator foi muito destacado pelas pesquisadas. Ao lermos os documentos também foi possível perceber o chamado “cuidado com a vida”, tão mencionado no ¹⁷PPP da instituição gestora.

Analisando os documentos do Programa e ouvindo os relatos nas entrevistas, podemos perceber que o Programa nos casos pontuados, foi de extrema significância para a superação do trauma vivenciado. Ainda, podemos identificar através de entrevistas situações de mudanças ocorridas na vida das pessoas entrevistadas, após o atendimento disponibilizado pelo Programa, calcadas na quebra do ciclo da violência.

Sabemos que o combate a violência e todos os seus percalços é fator preponderante para toda a sociedade. Desta forma, esperamos que o presente estudo possa ter alcançado os seus objetivos e construído uma narrativa que trouxesse ao leitor informações condescendente sobre violências. Estamos cientes de que

¹⁷ Projeto Político Pedagógico do Centro Cultural Escrava Anastácia.

esta dissertação foi pensada de dentro, mais, reforçamos como nos aponta Paulilo (2011), que o envolvimento afetivo com o objeto de estudo não é um defeito e nem constitui uma falha para a obtenção da veracidade das informações. Sendo o pesquisador parte da pesquisa, é sua responsabilidade o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de transcendê-lo.

Acreditamos que a veracidade nela contida possa evidenciar e comunicar os resultados obtidos de forma compreensível. Esperamos que este trabalho possa contribuir para o fortalecimento de práticas emancipatórias e estimular novas pesquisas e construção de saberes. Muitas questões ainda poderiam ser investigadas como: Por que o público atendido é constituído primordialmente por mulheres? Qual a real demanda de vítimas de crimes na grande Florianópolis? Quais são os casos atendidos pela polícia e hospitais, ou noticiados nas mídias que chegam até o CEAV? Quais são os principais problemas emergentes nas histórias de vítimas de violência? Estas são dúvidas que no decorrer desta escrita foram tomando corpo e que permearam o universo pesquisado. Na linha de Direitos Humanos e Atendimento a Vítimas, sabemos que muito já foi conquistado mais, ainda há muito para caminhar. A pesquisa pode ser uma importante ferramenta para tornar um saber em ação e transformação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. and LAMIN, C. 2006. **Medo, Violência e Insegurança**. In *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Editora Contexto, p. 151-171.

ADORNO, S. **A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada**. In: *Sociedade e Estado*. Brasília: UnB, v. X (2), p. 299-342, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: Março de 2011.

ALVES. Graziela. **A Inserção do Serviço Social no Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes (CEAV) de Florianópolis**. Trabalho de conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC. 2010.

ALMEIDA, Suely S. **Violência e Subjetividade**. In: *clínica e política: sociedade e violação dos direitos humanos*. RAUTER, Cristina. PASSOS, Eduardo. BARROS, Regina B. (org.). Rio de Janeiro: Tecorá, 2002.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A Soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal**. Discursos Sediciosos Nº15 / 16. Rio de Janeiro: Instituto de Carioca de Criminologia, 2007.

ARENDT. Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ASSUNÇÃO. Raiane, (org.). **Educação Popular na Perspectiva Freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Que Cara tem o Aroeira?**. Florianópolis: Cepec, 2006.

BENENVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos Humanos**. Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos. Acesso em março de 2010.

BISPO, Márcia Margareth Santos. **Da vitimização secundária à revalorização da vítima no processo penal**. Disponível em: http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=475 >. Acesso em: maio/2011

BITTAR, Eduardo C. B. **Violência e realidade brasileira: civilização ou barbárie?** Revista Katalysis, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Florianópolis: UFSC, V.11, n.2, 2008.

BOFF, Leonardo. **A Arte de Cuidar**. Disponível em: <http://pt.shvoong.com/books/1629628-arte-cuidar/> Acesso em: outubro de 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Resolução CNS 196/96**: Promulgada em 10 de outubro de 1996. Organização do texto Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde. Disponível em: http://www.pucminas.br/documentos/pesquisa_cns.pdf. Acesso em: maio de 2011.

CARVALHO, Geraldo Sanches; SALUM, Maria José G. ADORNO. Irene Pires, **Efetivação de direitos: Resgate da cidadania e dignidade das vítimas de crimes**

violentos-Anais VI Seminário de Construção de Cidadania. 2006, p.84

CARVALHO, L.C de. **Vitimologia: eventos e publicações**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1996.

CASSIQUE. Casique Letícia. **Violência perpetrada por companheiros íntimos: As mulheres em Celaya-Mexico**. Tese de Doutorado em enfermagem psiquiátrica. Ribeirão Preto, São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2004.

CATINE, Nilza. **Problematizando o bullying para a realidade brasileira**. Tese de Doutorado em psicologia. Campinas, São Paulo: PUC - Pontifca Universidade Católica, 2004.

CENTER, Tahirih Justice. Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica In: **SEMINÁRIO DE TREINAMENTO PARA JUÍZES, PROCURADORES, PROMOTORES E ADVOGADOS DO BRASIL**. 01., 2001, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF, 2001.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. **Projeto Centro de Atendimento a Vitimas de Florianópolis**. Florianópolis, 2008.

_____. CEAV Florianópolis. **Atas das reuniões realizadas entre os dias 28 de outubro de 2008 a 04 de maio de 2011**. Livro 01, páginas 94-108.

_____. **Ecomapa CEAV Florianópolis**. Florianópolis, 2009.

_____. **Relatório semestral de atividades CEAV/SC- Agosto a dezembro de 2008**. Florianópolis, 2008.

_____. **Relatório de atividades anual CEA/SC de 2009.** Florianópolis, 2009.

_____. **Relatório anual de atividades CEA/SC de 2010.** Florianópolis, 2010.

_____. **Relatório Final de atividades CEA/SC- agosto de 2010 a julho de 2011.** Florianópolis, 2011.

_____. **Projeto Político e Pedagógico do Centro Cultural Escrava Anastácia.** Disponível em www.ccea.org.br. Acesso em março de 2010.

COSTA, J. F. **Violência e Psicanálise.** Rio de Janeiro: Graal, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades.** In: Revista História Oral. N° 06, 2003.

FLEURI. Reinaldo Matias, (org.). **Interculturalidade e Movimentos Sociais.** Florianópolis: Mover/NUP, 1998.

_____. **Educar para quê? Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde. Programa Saúde da Mulher. **Protocolo de Atenção as Vítimas de Violência Sexual de Florianópolis.** Tubarão: Ed. Copiarte, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. p.09-29.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2004**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em jan.de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa revela que homens se cuidam menos**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em jun.de 2011.

JORGE-BIROL, Aline Pedra. **Políticas públicas de prevenção da violência e a prevenção vitimaria**. Artigo disponível em: www.ambitojuridico.com.br. Acesso em 25, de abril de 2011.

JUNCKES, Neylen Brüggemann Bunn. **Violência sexual feminina e gênero: interfaces de um contexto**. 2010. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2010.

MAFFESOLI, Michel. **A Violência totalitária: Ensaio de antropologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 01-20.

MARTINS, Maria Alice H. **Metodologia de pesquisa**, 2002. Disponível em :WWW.mariaalicehof5.volabol.com.br. Acesso em: 10/05/2010.

MENDONÇA, Maria Luiza. **Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão** (coordenador Marcus Vinícius de Oliveira Silva). São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. 2004. p. 01-75.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M.C., **A violência social sob a perspectiva da saúde pública.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: Maio, 2010.

MICHELS, Ana Maria Maykot Prates . **Transtorno de Estresse Pós-Traumático em Vítimas de Crime Atendidas no Centro de Atendimento à Vítimas de Crime de Florianópolis.** 2008. Dissertação de mestrado (Mestrado em Saúde Pública)-Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2008.

MIGUEL, Alexandre. **O Movimento Vitimológico.** Disponível em <http://portal.tjro.jus.br>. Acesso em maio de 2011.

MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Acesso on line as bases estatísticas MJ.** Disponível em. www.mj.gov.br/sedh/ct/spddh/cgpvta/centros.htm. Acesso em janeiro de 2009.

MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: portal.mj.gov.br/sedh/ct/.../ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: março de 2010.

MINISTERIO DA SAÚDE. **Portal da Saúde.** Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/> Acesso em: jun de 2011.

MISSI, Michel. **Dizer a violência**. Revista Katalysis, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Florianópolis: UFSC, V.11, n.2, 2008.

MORAIS. Regis de. **O que é Violência Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6 Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

ODALIA, Nilo. **O que é Violência** São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAULILO. Maria Ângela Silveira. **Pesquisa Qualitativa e a História de Vida**. Disponível em:
http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm.
Acesso: outubro de 2011.

PEREIRA, Juliana Pedroso. **Assistência às Vítimas de Crimes em Alagoas: Limites e Possibilidades**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Maceió, 2008.

PIOVISAN, Flávia. **Tocando em antigas feridas**. Revista Direitos humanos 60 Anos. Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Secretaria Executiva de justiça e direitos humanos do estado de Pernambuco. p.04. Dez. de 2008.

RAMOS, Maria Eduarda. **HISTÓRIAS DE "MULHERES": a violência vivenciada singularmente e a Lei 11.340 como possível recurso jurídico**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Psicologia)-Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2010.

RESOLUÇÃO 40/34 DA ONU. **Normas e Princípios das Nações Unidas em matéria de prevenção do crime e de**

justiça penal. ACESSO ONLINE. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu>. Acesso em janeiro de 2010.

SANTOS, Eva Terezinha. **Acolhimento como processo de intervenção do serviço social junto a mulheres em situação de violência.** Trabalho de conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2005.

SANTOS. José Carlos Lopes dos. 2003. **Teoria do crime-Penal.** Florianópolis, março, 1998. Disponível em: Buscalegis. CCJ.UFSC.Br. Acesso em 25/02/2011.

SANTOS. Kelly Aparecida dos. **A melhoria da qualidade de vida dos aposentados da prefeitura municipal de Florianópolis através do programa grupo de aposentados: educação para vida.** Trabalho de conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2004.

SANTOS. Kelly Aparecida dos. **Desafios e perspectivas no Atendimento e apoio a vítimas de crime - Uma reflexão sobre o Centro de Atendimento a Vitimas de Crime de Florianópolis – CEAV.** Revista Visão Global, Joaçaba: Editora Unoeste,v.13, n.1, 2010.

SPINK, Mary Jane P. **A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica.** Porto Alegre: PSICO, jan/jul., 2000. P. 7-22.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ. **Estatísticas mostram que homens se cuidam menos.** Disponível em: <http://www.sesa.pr.gov.br>. Acesso em setembro de 2011.

SEMINÁRIO “CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA: UMA SAÍDA A VIOLÊNCIA, 1., 2001. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SEDH - Secretaria Especial de Direitos

Humanos;SEDESE-Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais; SOS RACISMO; NAVCV-Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos , 2001.

SEMINÁRIO “CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA: OS IMPASSES NO ATENDIMENTO A VITIMAS DE VIOLÊNCIA, 4., 2004. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos;SEDESE-Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais; SOS RACISMO; NAVCV-Núcleo de Atendimento as Vítimas de Crimes Violentos , 2004.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Diretrizes para os Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes**. Brasília (DF), 2009.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Educação em Direitos humanos. Disponível em:www.sdh.gov.br

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA-SSP/SC. **Informativo Secretaria de Segurança Publica**. Jan,2008.Disponível em: www.pm.sc.gov.br. Acesso em: janeiro de 2010.

SERASA. Guia Serasa de orientação cidadão. **Guia sobre Violência**. Disponível em www.serasa.com.br. Acesso em: janeiro de 2010.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Revista Katályses. **Editorial**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Florianópolis: UFSC, V.12, n.1, 2009.

SILVA, Luciane Lemos. **CEVIC: A violência denunciada.** Dissertação de mestrado (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis, 2005.

THEOPHILOS. Riffiotis; RODRIGUES. Tiago Hira. Organizadores. **Educação em Direitos Humanos: discursos Críticos e temas contemporâneos.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008 p.01-15.

TURRA, Nilda. **Texto referente ao Seminário "Integração das ações: Um serviço às vítimas da violência.** Minas Gerais, 2006"

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Entre violentados e Violentadores?**São Paulo: Editora Cidade Nova, 1998.

WAISELFISZ. Julio J. **Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil: Brasília,** Instituto Sangari;Ministério da justiça, 2011.

WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência.** *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

ZIMERMANN, David E., OSORIO, Luis Carlos. Et al. **Como trabalhar com grupos.** Porto Alegre: Artes Medicas, 1997.

REFERÊNCIA DAS REPORTAGENS

Ex-namorado tenta estrangular mulher em elevador em Florianópolis. A Notícia. Disponível em: <http://www.fusaobsb.com/Noticia-Brasil>. Acesso: março de 2011.

Homossexual agredido em Posto de São Paulo. Jornal SBT Brasil. Disponível em: www.sbt.com.br. Acesso em: março de 2011

Camareira é estuprada durante assalto a motel em SC. Jornal da Band. Disponível em : www.band.com.br. Acesso: abril de 2011.

Idoso é agredido durante assalto. Diário Catarinense de 07, de abril de 2011. Disponível em: www.dc.com.br . Acesso abril de 2011.

Tiros e Horror em Realendo, ex aluno de escola do Rio invadiu armado o estabelecimento e matou 12 crianças. Diário Catarinense de 08, de abril de 2011. Disponível em: www.dc.com.br. Acesso abril de 2011.

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, à Linha Educação e Movimentos Sociais, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Professor Dr. Reinaldo Matias Fleuri e co-orientação da Professora Dr^a. Lucienne Martins Borges.

Florianópolis, 2011

**Universidade
Federal de Santa
Catarina**

**Centro de Ciências
da Educação
Programa de Pós
Graduação em
Educação - Ppge**

www.ppge.ufsc.br

**Campus
Universitário
Trindade
Florianópolis - SC**